

Deutsche Bank (Portugal), S.A.



Rua Castilho, 20
Apartado 21103
1128-801 Lisboa
Tel. 21 311 12 00
Swift DEUTPTPL

Deutsche Bank (Portugal), S.A.
Relatório Anual 2007

Grupo **Deutsche Bank**



Deutsche Bank (Portugal), S.A.

Principais Indicadores

Em milhões de Euros (excepto rácios)	Banco		Grupo	
	2007	2006	2007	2006
Total do Activo	4.339	4.317	4.323	4.304
Aplicações em Instituições de Crédito	2.956	3.368	2.956	3.368
Crédito sobre Clientes	1.151	711	1.151	711
Activos Financeiros	84	69	84	69
Recursos de Instituições Financeiras	985	695	983	682
Recursos de Clientes	2.617	3.153	2.603	3.152
Passivos Financeiros	518	266	518	266
Empréstimos Subordinados	45	45	45	45
Situação Líquida	116	108	122	113
Resultado do Exercício	12	3	13	5
Juros e Rendimentos Similares	221	150	221	150
Juros e Encargos Similares	202	132	202	132
Margem Financeira	19	18	19	18
Produto Bancário	51	36	52	37
Cash Flow	14	6	14	7
Cash Flow / Total do Activo	0,32%	0,15%	0,32%	0,16%
Cash Flow / Situação Líquida	11,83%	6,00%	11,5%	5,94%
Taxa Média das Aplicações	5,10%	3,48%	5,12%	3,49%
Taxa Média dos Recursos	4,79%	3,14%	4,81%	3,15%
Resultado do Exercício/ Situação Líquida	10,25%	3,11%	10,80%	4,69%
Relevância de Recursos Financeiros	174%	328%	173%	332%
Rácio de Solvabilidade	9,9%	10%	9,8%	11%
Tier I	7,2%	6,6%	7,1%	7,6%
Nº. médio de trabalhadores	303	214	305	216

Grupo Deutsche Bank



Deutsche Bank (Portugal), S.A.

Membros dos Órgãos Sociais e Auditores a 31 de Dezembro de 2007

Conselho Geral e de Supervisão:

Frank Krings (Presidente)

Antonio Rodriguez-Pina

David Fass

Andreas Arndt

Werner Steinmüller

Fernando Olalla

Conselho de Administração Executivo:

Filipe Crisóstomo Silva (Presidente)

Joaquim António Furtado Baptista

Bernardo Meyrelles do Souto

Mesa da Assembleia Geral:

Vasco Vieira de Almeida (Presidente);

Pedro Cassiano Santos (Secretário);

Revisor Oficial de Contas e Auditores Internacionais:

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por
Jean-éric Gaign, ROC N° 1013

Grupo Deutsche Bank



Relatório do Conselho de Administração Executivo

1. O Meio Económico Envolvente

A nível Internacional

Na área do Euro, o ano de 2007 representou um período de desaceleração da actividade económica face ao período precedente. O crescimento real do PIB situou-se em 2,6 por cento, 0,2 p.p. abaixo do registado no ano anterior.

Situação semelhante registou-se nos EUA e no Japão onde o crescimento do produto em 2007 (2,2% e 2,1%) também se situou num ritmo inferior ao do ano anterior (2,9% e 2,4% respectivamente).

Esta evolução reflecte, em larga medida, os efeitos da turbulência verificada nos mercados financeiros internacionais a partir de Agosto de 2007.

A nível Nacional

A taxa de crescimento do PIB em 2007 foi de cerca de 1.9%. Comparativamente ao do ano anterior, representa uma aceleração (0,7%) e foi inferior ao verificado na zona Euro. Ao contrário de 2006, este crescimento não resultou tanto do contributo das exportações (+0.6 p.p.) mas, sobretudo, da procura interna.

A desaceleração na dinâmica das exportações resulta do esgotamento de alguns factores que contribuíram para o crescimento no ano anterior, como seja, refinação do petróleo, novo modelo de automóvel na Auto-Europa, aumento da produção mineira acompanhando o aumento de preços nos mercados internacionais. Em relação à procura interna, registou-se uma aceleração (+1,0 p.p.) que resulta, fundamentalmente, da dinâmica do investimento (+2.6% em 2007). No consumo privado há que referir o impacto quer do aumento da carga fiscal, quer o efeito da subida gradual das taxas de juro, que tende a promover a moderação do crescimento desta componente da despesa.

Em 2007 o Governo prosseguiu a consolidação da situação das finanças públicas, obtida, primordialmente através do aumento das receitas fiscais. O défice diminuiu de 3,1% para 2,6% do PIB, em 2007, tendo por essa razão que prosseguir ainda este esforço de consolidação orçamental, tendo em vista o objectivo de médio prazo de alcançar um défice estrutural de 0,5% do PIB em 2010.

O contributo da política monetária para a estabilização das expectativas de inflação, a apreciação da moeda europeia face à generalidade das moedas dos principais parceiros comerciais da área do euro (em particular face ao dólar) e, também, a intensificação do processo de globalização permitiram conter o crescimento dos preços no consumidor; a taxa de inflação média anual, medida pelo IHPC, situou-se em 2,4% em 2007, o que representa uma redução de 0,6p.p. em relação ao ano anterior e uma aproximação à taxa verificada na área do euro.



Deutsche Bank (Portugal), S.A.

2. As Principais Áreas de Actividade

Banca de Retalho e Privada

Nesta área, 2007 foi um ano de vincado crescimento nas áreas de retalho e banca privada. Foi dado seguimento ao Plano Estratégico de expansão da rede e de posicionamento do Banco nos segmentos médio alto / alto, com particular referência ao nível dos Produtos de Investimento.

Concretamente ao nível da expansão da rede, registou-se a abertura de 22 novos balcões próprios, para um total de 36, e o crescimento das equipas de Private Banking e de Consumer Finance para 19 e 17 gestores, respectivamente.

Paralelamente, continuou-se a reforçar a área de Promotores onde se preparou a expansão da rede com 6 novas agências, a abrir já em 2008.

De referir ainda que este canal Promotores continuou a evidenciar um crescimento sustentável da sua actividade, quer globalmente, quer em termos médios, o que denota que não só o todo é muito mais qualificado e competitivo, como a nível individual a qualidade e o desempenho têm tido evoluções notáveis.

Desta cooperação, no total, no final do ano em apreço, o Banco dispunha de 66 pontos de venda, entre Balcões Próprios e Promotores.

Ao nível de resultados, estes foram muito superiores aos inicialmente previstos. O volume de negócios sob gestão cresceu 61%, para € 1,6 mil milhões e as receitas cresceram 55%, para € 28,1 milhões.

A equipa total cresceu em mais de uma centena de novos colaboradores, ascendendo a 256, com especial incidência ao nível dos Balcões próprios, responsáveis por cerca de 90% destes novos colaboradores.

Igualmente foi dado particular ênfase ao desenvolvimento das plataformas de suporte, com vista a assegurar padrões de qualidade de serviço em linha com as expectativas dos clientes.

Também a carteira de clientes cresceu com qualidade, tendo o seu risco decrescido para 13 b.p., ou seja, cerca de 78% face a 2006.

Ao nível tecnológico, manteve-se a postura de investimento, não só ao nível dos projectos MiFID e SEPA (Single Euro Payments Area), mas também o lançamento da plataforma de e-branch para todos os Balcões e o novo Homebanking de Particulares.

Grupo Deutsche Bank



Deutsche Bank (Portugal), S.A.

Banca de Empresas

O ano 2007 foi de consolidação para a unidade de Banca Transaccional, que assim continua a reforçar o seu papel como área estratégica para o desenvolvimento futuro do DB em Portugal. Em linha com o plano de negócio traçado, foram concretizados investimentos significativos na plataforma informática de suporte, no lançamento de novos produtos, e no reforço das equipas locais. Este desenvolvimento insere-se na estratégia global do grupo Deutsche Bank para a área de Banca Transaccional, tendo como objectivo reforçar a posição do Banco entre os maiores players do sector nesta área de negócio.

Assumindo-se como líder europeu na área de Cash Management, o DB realizou investimentos significativos na preparação dos seus sistemas para o arranque do SEPA (Single Euro Payments Area), de forma a poder disponibilizar aos seus clientes todas as vantagens deste novo enquadramento, logo a partir do primeiro momento. Este reforço das capacidades do Banco na área de Banca Transaccional, tem conduzido a um aumento significativo do número de empresas que selecciona o DB Portugal como parceiro financeiro, para apoiar a sua gestão de tesouraria. A performance obtida em 2007 confirma este facto, com as receitas e os resultados antes de impostos a aumentarem, 16% e 6%, respectivamente, quando comparados com o ano anterior.

O Investment Banking em Portugal abarca os produtos tradicionais da área de Corporate Finance (assessoria financeira em Fusões e Aquisições e emissões de acções em mercado primário), assim como alguns dos produtos de Structured Finance. Em Portugal, a equipa de Investment Banking mantém uma estreita ligação funcional com as estruturas de Londres, tendo prosseguido durante 2007 a sua actuação como ponto de contacto privilegiado com os principais clientes, fornecendo suporte local na origem e execução das transacções.

3. Recursos Financeiros

Durante o ano de 2007, os fundos necessários ao desenvolvimento da actividade do Banco foram assegurados da seguinte forma:

- Recursos do Mercado Interbancário: o saldo no final do ano era de € 984 milhões. Esta rubrica registou uma variação positiva de 42%;
- Depósitos e Outros Recursos de Clientes: o saldo do fim do ano era de € 2,6 mil milhões. Esta rubrica teve uma diminuição de 17%.

Grupo Deutsche Bank



Deutsche Bank (Portugal), S.A.

4. Recursos Humanos

O quadro de Pessoal do Banco era, no final de 2007, de 358 funcionários (237 em 2006), sendo o número médio de funcionários, no Banco e Grupo durante 2007, de 305 funcionários (em 2006 de 235 funcionários). A idade média dos funcionários no Grupo DBP foi de 34 anos.

O nível de qualificações exigido continua a ser muito elevado, com 187 funcionários a possuir, pelo menos, um grau de bacharelato ou licenciatura, o que corresponde a cerca de 52% do Quadro de Pessoal.

5. Os Resultados de Gestão

O Exercício de 2007

O Resultado do Banco antes de Provisões e Amortizações ("Cash Flow") foi de € 13,7 milhões (€ 6,5 milhões em 2006). O Resultado Líquido de € 11,8 milhões (€ 3,3 milhões em 2006) foi influenciado pela anulação de Provisões para Outros Riscos e Encargos no montante de € 3 milhões e de € 1 milhão referente a mais valia obtida com a venda de um espaço imobiliário sito na Av^a da Liberdade. A variação dos impostos correntes mais impostos diferidos foi positiva no montante de € 0,7 milhões.

Em termos consolidados, o Cash Flow foi € 13,9 milhões (€ 6,7 milhões em 2006). O Resultado Líquido foi de € 13 milhões (€ 5,3 milhões em 2006).

O valor das Amortizações em 2007 foram de € 708 mil (€388 mil em 2006).

A partir de Janeiro de 2007, o Banco passou a pagar contribuições fixas para o Seguro de Pensões com uma periodicidade mensal. O montante a pagar de contribuição para o Seguro é calculado com base na remuneração do colaborador em cada período. Este montante em 2007 ascendeu a € 574 mil.

O Balanço

O Activo do Banco era de € 4,3 mil milhões em 31 de Dezembro 2007, representando uma variação positiva de 0,5% relativamente ao final do ano anterior.

Os Créditos sobre Clientes atingiram o valor de € 1,2 mil milhões (€ 711 milhões em 2006) tendo-se verificado uma variação positiva de 62%. Os Créditos sobre Instituições de Crédito atingiram o valor de € 2,9 mil milhões (€ 3,4 mil milhões em 2006), tendo-se verificado nesta rubrica uma variação negativa de 12%.

No lado dos recursos, os Débitos para com Instituições de Crédito atingiram € 985 milhões (€ 659 milhões em 2006), correspondendo a uma variação positiva de 42%. Os Depósitos para com Clientes atingiram os € 2,6 mil milhões (€ 3,1 mil milhões em 2006) o que corresponde a uma variação negativa de 17%, fruto de uma menor captação na actividade da SFE.

Grupo Deutsche Bank



Deutsche Bank (Portugal), S.A.

6. Rácio de Solvabilidade

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor dos Fundos Próprios Elegíveis totalizavam o montante de € 142,7 milhões, dos quais € 103,9 milhões respeitavam ao Tier I (Fundos Próprios de Base) e € 38,8 milhões ao Tier II (Fundos Próprios Complementares).

Em 31 de Dezembro de 2007, o rácio de solvabilidade do DBP, numa base não consolidada, era de 9,9%, e em termos consolidados de 9,8%, valores bem acima dos mínimos requeridos pelas Entidades Reguladoras.

7. Perspectivas para 2008

Para 2008, o Banco deverá manter em patamares elevados o seu nível de actividade nas áreas que constituem a Divisão de "Corporate and Investment Banking", reforçando assim a posição de liderança entre os bancos de investimento internacionais presentes em Portugal.

Paralelamente e a exemplo do exercício anterior, assistiremos ao investimento na expansão da rede de Retalho e de Banca Privada ("Private and Business Clients"), nomeadamente através do aumento do número de Balcões Próprios e de promotores.

Neste contexto, e apesar da situação económica internacional não perspectivar uma significativa recuperação economia Portuguesa, é expectável um significativo incremento do produto bancário face ao ano anterior.

8. Proposta de Aplicação de Resultados a submeter pelo Conselho de Administração Executivo ao parecer do Conselho Geral e de Supervisão

Uma vez que, no exercício de 2007, foi apurado um resultado líquido positivo de Eur 11.849.622,35, propõe-se a seguinte distribuição de resultados:

A proposta de aplicação do resultado do exercício de € 11.849.622,35, é a seguinte:

Para Reserva Legal (10%)	Eur	1.184.962,24
Para Reservas Estatutária (5%)	Eur	592.481,11
Para Dividendos	Eur	10.000.000,00
Para Resultados Transitados	Eur	72.179,00
	Eur	11.849.622,35

Grupo **Deutsche Bank**



Deutsche Bank (Portugal), S.A.

9. Actividade das sociedades participadas

Navegador - SGFTC, S.A.

Resultados da Actividade

Durante o exercício de 2007, a actividade da sociedade continuou a reflectir a liderança do grupo Deutsche Bank no mercado português de titularização de créditos, totalizando dezanove fundos de titularização de crédito sob gestão.

Em 31 de Dezembro de 2007, o total de activos sob gestão da Navegador, totalizava o montante de EUR 13.329.180.943.

À data de 10 de Outubro de 2007, ocorreu a liquidação do Fundo de Titularização de Créditos Eiffel nº 1.

Principais Indicadores

Em Euros	2007	2006
Total do Balanço	14.975.579	12.853.925
Activos sob Gestão	13.329.180.943	10.121.682.045
Situação Líquida	14.824.436	12.635.982
Proveitos Totais	1.177.737	1.131.552
Despesas Operacionais	327.292	353.066
Cash Flow	864.599	792.636
Resultados Líquidos	624.454	564.046

Grupo **Deutsche Bank**



Deutsche Bank (Portugal), S.A.

TAGUS - STC, S.A.

Actividade

No exercício de 2007 a sociedade efectuou a operação "Rose nº 1 Securitisation Notes"- que consistiu na aquisição de créditos futuros sobre receitas da Brisa SA.

No âmbito dessa aquisição foi efectuada uma emissão de obrigações "Rose Nº 1 Securitisation Notes" com valor nominal de € 400 milhões, igual ao valor de aquisição dos créditos.

Estas obrigações foram colocadas particularmente, não se encontrando prevista a admissão das obrigações titularizadas à negociação em mercado regulamentado, tendo contudo essas obrigações sido registadas junto da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (CMVM).

Principais Indicadores

Em Euros	2007*	2006
Total do Balanço	1.268.612	909,359
Situação Líquida	1.084.060	694.146
Proveitos Totais	60.773	32,292
Despesas Operacionais	107.397	15,207
Resultados Líquidos	(50.086)	13.544

* De acordo com o Regulamento n.º 11/2005 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), após 1 de Janeiro de 2007 as entidades sujeitas à supervisão da CMVM e com valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados, devem apresentar o seu relatório e contas em IAS/ IFRS.

Grupo **Deutsche Bank**



Deutsche Bank (Portugal), S.A.

10. Informação exigida pelo Artº. 447, N.º 5 do Código das Sociedades Comerciais

Acções da Sociedade detidas em 31 de Dezembro de 2007:

Membros do Conselho Geral e de supervisão	Acções adquiridas em 2007	Acções vendidas em 2007	Saldo em 31.12.2007
Sr. Frank Helmut Krings	0	1	0
Sr. Andreas Arndt	0	1	0
Sr. Antonio Rodriguez-Pina	0	1	0
Sr. Fernando Olalla	0	1	0
Sr. David Victor Fass	0	1	0
Sr. Werner Helmut Steinmüller	0	1	0
Sr. Antonio Linares Rodriguez	0	1	0
Membros da Direcção	Acções adquiridas em 2007	Acções vendidas em 2007	Saldo em 31.12.2007
Sr. Homero José de Pinho Coutinho	0	0	0
Sr. Filipe Crisóstomo Silva	0	0	0
Sr. Joaquim Baptista	0	0	0
Sr. Bernardo Meyrelles do Souto	0	0	0

Grupo **Deutsche Bank**



Deutsche Bank (Portugal), S.A.

Informação exigida pelo Artº. 448, N.º 4 do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas titulares de, pelo menos, metade do capital em 31 de Dezembro de 2007:
Deutsche Bank AG, titular de 100% do capital social e dos respectivos direitos de voto.

Lisboa, 23 de Abril de 2008

O Conselho de Administração Executivo

Filipe Crisóstomo Silva
(Presidente)

Joaquim Baptista

Bernardo Meyrelles do
Souto

Grupo Deutsche Bank

Deutsche Bank (Portugal), S.A.



Rua Castilho, 20
Apartado 21103
1128-801 Lisboa
Tel. 21 311 12 00
Swift DEUTPTPL

Deutsche Bank (Portugal), S.A.

**Relatório e parecer do Conselho Geral e de
Supervisão relativo ao exercício de 2007**

Grupo Deutsche Bank



Deutsche Bank (Portugal), S.A.

Relatório e parecer do Conselho Geral e de Supervisão relativo ao exercício de 2007

Compete ao Conselho Geral e de Supervisão elaborar um relatório sobre a sua actividade e apresentá-lo à Assembleia Geral, em conformidade com o disposto no artigo 441º alínea q) do Código das Sociedades Comerciais. Compete ainda ao Conselho Geral e de Supervisão dar o seu parecer sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração Executivo, em conformidade com o disposto no artigo 441º alínea h) do Código das Sociedades Comerciais. Este relatório tem, portanto, como objectivo o dar cumprimento às referidas obrigações legais.

1. Relatório sobre a sua actividade

Durante o ano de 2007, o Conselho Geral e de Supervisão realizou quatro reuniões: em 2 de Março, 25 de Maio, 31 de Agosto e 30 de Novembro.

Na reunião havida em 25 de Maio de 2007 o Conselho Geral e de Supervisão analisou e aprovou o Relatório do Conselho de Administração Executivo e as Contas Individuais e Consolidadas da Sociedade relativos ao exercício de 2006, tendo elaborado uma proposta de aplicação de resultados que mereceu a aprovação da Assembleia Geral anual.

Ao longo do exercício de 2007, o Conselho Geral e de Supervisão acompanhou a evolução dos negócios do Banco com base nas informações que foi recebendo regularmente do Conselho de Administração Executivo.

A actividade desenvolvida pelo Banco esteve em linha com os objectivos traçados, tendo as duas principais áreas de actividade ("Corporate and Investment Banking" e "Private and Business Clients") obtido resultados operacionais que, no contexto de um fraco crescimento económico, se consideram satisfatórios.

2. Parecer sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração Executivo

Proposta de Aplicação de Resultados submetida pela Direcção ao Conselho Geral

Uma vez que, no exercício de 2007, foi apurado um resultado líquido positivo de Eur 11.849.622,35, propõe-se a seguinte distribuição de resultados:

Para Reserva Legal (10%)	Eur	1.184.962,24
Para Reservas Estatutária (5%)	Eur	592.481,11
Para Dividendos	Eur	10.000.000,00
Para Resultados Transitados	Eur	72.179,00
	Eur	11.849.622,35

Parecer

Grupo Deutsche Bank



Deutsche Bank (Portugal), S.A.

No exercício das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 441º alínea h) do Código das Sociedades Comerciais e artigo 13º alínea c) do Contrato de Sociedade, o Conselho Geral e de Supervisão, tendo em conta a Certificação Legal de Contas bem como a opinião dos Auditores Internacionais, em reunião de 30 de Maio de 2008 deu parecer positivo ao Relatório do Conselho de Administração Executivo, incluindo a proposta de aplicação de resultados, e às Contas Individuais e Consolidadas relativas ao exercício de 2007.

Lisboa, 30 de Maio de 2008

Pelo Conselho Geral e de Supervisão

Frank Helmut Krings

Andreas Arndt

Werner Helmut Steinmuller

David Victor Fass

Fernando Olalla Merlo

Grupo Deutsche Bank



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2007

Exmos. Senhores Accionistas do
Deutsche Bank (Portugal), S.A.,

De acordo com o disposto nos artigos 420º e 421º do Código das Sociedades Comerciais, e no cumprimento das funções de Fiscal Único do **Deutsche Bank (Portugal), S.A.**, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, tomámos conhecimento dos actos do Conselho de Administração Executivo do Banco, averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos, procedemos à verificação dos livros e registos contabilísticos, e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos também à apreciação do Relatório de Gestão e à verificação da correcção, tanto das Contas Individuais do Banco, com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as alterações dos Capitais Próprios e as respectivas Notas Explicativas como ainda das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Do Conselho de Administração Executivo e dos Serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

1. O Relatório de Gestão e as Contas Individuais do Deutsche Bank (Portugal), S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, e os livros de contabilidade, satisfazem as disposições legais e estatutárias;
2. Os actos do Conselho de Administração Executivo do nosso conhecimento procuraram salvaguardar o cumprimento da Lei e dos Estatutos;
3. As Contas Consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, também satisfazem as disposições legais aplicáveis;
4. As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados, encontram-se devidamente evidenciados nas Notas Explicativas.

Ainda, apreciamos o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, referindo tanto as contas individuais como as consolidadas, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e tomámos conhecimento da sua Certificação Legal das Contas Individuais e da sua Certificação Legal das Contas Consolidadas, ambas sem reservas, e com cujos teores concordámos.

Face ao exposto, somos de parecer que sejam aprovados:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas Individuais relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, apresentados pelo Conselho de Administração Executivo, bem como a correspondente proposta de aplicação de resultados, contida no mencionado Relatório de Gestão;
- b) A gestão do Banco exercida em 2007 pelo Conselho de Administração Executivo;
- c) As Contas Consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, apresentadas pelo Conselho de Administração Executivo, bem como a parte correspondente do Relatório de Gestão.

Nesta oportunidade, manifestamos ao Conselho de Administração Executivo o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 16 de Maio de 2008

O Fiscal Único

KPMG & Associados - SROC, S.A.
representada por



Jean-éric Gauguier (ROC N.º 1013)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

Exmo. Conselho de Administração Executivo do
Deutsche Bank (Portugal), S.A.

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro e demais legislação aplicável.
2. Procedemos à revisão legal do **Deutsche Bank (Portugal), S.A.**, incluindo os exames das suas Contas tanto Individuais como Consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) tal como definidas pelo Banco de Portugal e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, respectivamente. Os nossos exames foram realizados de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência dos exames efectuados, emitimos nesta data, as respectivas Certificações Legais de Contas, ambas sem reservas.
3. De entre outros, foram realizados os seguintes procedimentos:

Relativamente às contas individuais:

- (1) Acompanhamento da gestão do Banco, através da leitura das actas do Conselho de Administração Executivo e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários.
- (2) Apreciação das políticas contabilísticas do Banco quanto à sua adequação e consistência.
- (3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras individuais que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as alterações no Capital Próprio do exercício então findo, bem como as Notas Explicativas a estas demonstrações financeiras, com as normas contabilísticas aplicáveis em Portugal, nomeadamente as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas pelo Banco de Portugal.
- (4) Verificação da conformidade das Contas com os registos contabilísticos de suporte.

- (5) Apreciação do sistema de controlo interno existente no Banco, tendo sido efectuados os testes de conformidade que considerámos apropriados.
- (6) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido, entre outros, efectuados os testes substantivos seguintes, considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
- Revisão analítica da rubrica Créditos a clientes;
 - Confirmação dos saldos das disponibilidades à vista e outros créditos sobre instituições de crédito;
 - Análise dos movimentos ocorridos nos outros activos tangíveis e activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações;
 - Análise dos Outros activos e passivos;
 - Análise das outras contas do Passivo, com realce para os Recursos de outras instituições de crédito e para os Recursos de clientes.
 - Análise e revisão da adequação das provisões para imparidade do crédito registadas no balanço, e da imparidade de outros activos financeiros, quer numa perspectiva económica, quer tendo em consideração as regras aplicáveis do Banco de Portugal;
 - Análise do inventário de derivados e do seu correcto registo contabilístico;
 - Análise da situação fiscal do Banco;
 - Revisão analítica das várias componentes dos custos e proveitos, perdas e ganhos, registados no exercício, com particular atenção ao seu reconhecimento;
 - Apreciação da informação divulgada nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras.

Relativamente às contas consolidadas:

O trabalho efectuado compreendeu, entre outros procedimentos, a conferência dos critérios de consolidação contabilística, relativamente à sua adequação, a verificação da correcção dos mapas de consolidação, relativamente aos valores das sociedades subsidiárias detidas pelo Banco, a verificação da correcção do Balanço consolidado, das Demonstrações dos Resultados, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, das alterações no Capital Próprio consolidado e a apreciação da informação divulgada nas respectivas Notas Explicativas.

4. Apreciamos ainda a conformidade do Relatório de Gestão do Conselho de Administração Executivo com as contas examinadas, tanto individuais como consolidadas, e verificámos que satisfaz os requisitos legais.
5. Solicitámos a Declaração do Órgão de Gestão prevista nas Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
6. Nesta oportunidade agradecemos toda a colaboração obtida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 16 de Maio de 2008

KPMG & Associados - SROC, S.A.
representada por



Jean-éric Gaign (ROC N.º 1013)

Deutsche Bank (Portugal)

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas**

31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Com a respectiva Certificação Legal das Contas)

*16 de Maio de 2008
Este relatório contém 80 páginas*



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Deutsche Bank (Portugal)**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 4.322.857 milhares de Euros e um total de capital próprio de 121.713 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 13.139 milhares de Euros), as Demonstrações consolidadas dos Resultados, dos Fluxos de Caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas pela União Europeia, que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Deutsche Bank (Portugal)**, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 16 de Maio de 2008

KPMG & Associados - SROC, S.A.
representada por


Jean-Éric Gaigne (RCC n° 1013)

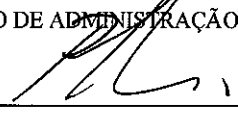
Demonstração dos Resultados Consolidados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

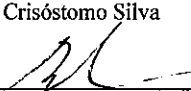
	Notas	2007	2006
		(Milhares de Euros)	
Juros e rendimentos similares	2	221.228	150.373
Juros e encargos similares	2	202.194	132.153
Margem financeira	2	19.034	18.220
Rendimentos de instrumentos de capital	3	22	19
Rendimentos de serviços e comissões	4	14.434	13.536
Encargos com serviços e comissões	4	2.317	3.638
Resultados de serviços e comissões	4	12.117	9.898
Resultados em operações financeiras	5	19.011	9.012
Outros resultados de exploração	6	1.767	(537)
Total de proveitos operacionais		51.951	36.612
Custos com pessoal	7	20.429	15.700
Gastos gerais administrativos	8	17.524	14.211
Amortizações do exercício	9	726	406
Total de custos operacionais		38.679	30.317
		13.272	6.295
Imparidade do crédito	10	1.080	(340)
Imparidade de outros activos	11	-	186
Outras provisões	12	(2.790)	(143)
Resultado operacional		14.982	6.592
Resultado antes de impostos		14.982	6.592
Impostos			
Correntes	13	1.054	252
Diferidos	13	789	1.050
Resultado após impostos		13.139	5.290
Resultado do exercício		13.139	5.290

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS


 Manuela Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO


 Filipe Quintin Crisóstomo Silva


 Joaquim António Furtado Baptista


 Bernardo Luis de Lima Mascarenhas Meyrelles do Souto

Deutsche Bank (Portugal)

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	Notas	2007	2006
Activo			
(Milhares de Euros)			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14	79.771	102.262
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	11.270	6.915
Aplicações em instituições de crédito	16	2.956.591	3.368.001
Crédito a clientes	17	1.150.885	710.702
Activos financeiros detidos para negociação	18	75.583	57.746
Activos financeiros disponíveis para venda	18	8.821	11.153
Propriedades de investimento		-	2.223
Outros activos tangíveis	19	6.074	2.266
Activos intangíveis	20	37	30
Activos por impostos correntes		2.057	1.578
Activos por impostos diferidos	21	1.220	2.280
Outros activos	22	30.548	38.779
Total do Activo		4.322.857	4.303.935
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	23	983.388	682.488
Recursos de clientes	24	2.603.122	3.151.747
Passivos financeiros detidos para negociação	25	99.057	63.969
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	26	419.398	202.244
Provisões	27	2.673	7.462
Passivos subordinados	28	45.360	45.286
Passivos por impostos correntes	29	797	9
Passivos por impostos diferidos	21	713	1.044
Outros passivos	30	46.636	36.867
Total do Passivo		4.201.144	4.191.116
Capital Próprio			
Capital	31	79.620	79.620
Reserva de justo valor	33	(181)	(13)
Outras reservas e resultados transitados	32 e 33	29.135	27.922
Resultado do exercício		13.139	5.290
Total do Capital Próprio		121.713	112.819
		4.322.857	4.303.935

Contas extrapatrimoniais (Nota 34)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuela Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Filipe Quintin Crisóstomo Silva

Joaquim António Furtado Baptista

Bernardo Luis de Lima Mascarenhas Meyrelles do Souto

Deutsche Bank (Portugal)

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	2007	2006
	(Milhares de Euros)	
<i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i>		
Juros recebidos	214.893	180.498
Comissões recebidas	14.409	13.540
Pagamento de juros	(199.421)	(160.438)
Pagamento de comissões	(6.234)	(3.638)
Recuperação de créditos e juros	838	363
Pagamentos a empregados e fornecedores	(37.395)	(19.978)
Outros pagamentos e recebimentos	29.807	22.115
	<u>16.897</u>	<u>32.462</u>
<i>Aumento / (diminuição) de activos operacionais</i>		
Créditos sobre instituições de crédito	439.111	91.019
Créditos sobre clientes	(437.645)	(82.170)
<i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais</i>		
Débitos para com instituições de crédito	300.027	138.975
Débitos para com clientes	(549.498)	(405.960)
	<u>(248.005)</u>	<u>(258.136)</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(1.980)	(344)
	<u>(233.088)</u>	<u>(226.018)</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i>		
Dividendos recebidos	22	19
(Compra) / venda de activos detidos para negociação	(17.837)	35.970
(Compra) / venda de activos disponíveis para venda	2.103	20.478
Propriedades de investimento	-	525
Aquisições de imobilizações	(4.326)	(1.468)
Alienações de imobilizações	787	-
Aumento / (diminuição) em outras contas de activo	7.925	(19.895)
	<u>(11.326)</u>	<u>35.629</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</i>		
(Compra) / venda de passivos detidos para negociação	35.088	(25.754)
(Compra) / venda de passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	217.154	202.244
Dividendos pagos	(2.857)	-
	<u>249.385</u>	<u>176.490</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	4.971	(13.899)
Caixa e equivalentes no início do exercício	8.265	22.164
Caixa e equivalentes no fim do exercício	<u>13.236</u>	<u>8.265</u>
Caixa (nota 14)	1.966	1.350
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 15)	11.270	6.915

Deutsche Bank (Portugal)

Mapa de Alterações no Capital Próprio Consolidado para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total do capital próprio	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Reserva de justo valor	Resultados transitados	Resultado Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	107.705	79.620	5.868	10.446	163	7.586	4.022
Reserva Legal	-	-	218	-	-	-	(218)
Outras reservas	-	-	-	76	-	-	(76)
Reserva de justo valor	(176)	-	-	-	(176)	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	-	3.728	(3.728)
Resultado líquido do exercício	5.290	-	-	-	-	-	5.290
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	<u>112.819</u>	<u>79.620</u>	<u>6.086</u>	<u>10.522</u>	<u>(13)</u>	<u>11.314</u>	<u>5.290</u>
Reserva Legal	-	-	392	-	-	-	(392)
Outras reservas	(1.220)	-	-	168	-	653	(2.041)
Dividendos	(2.857)	-	-	-	-	-	(2.857)
Reserva de justo valor	(168)	-	-	-	(168)	-	-
Resultado líquido do exercício	13.139	-	-	-	-	-	13.139
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	<u>121.713</u>	<u>79.620</u>	<u>6.478</u>	<u>10.690</u>	<u>(181)</u>	<u>11.967</u>	<u>13.139</u>

Deutsche Bank (Portugal)

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

1 Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

O Deutsche Bank (Portugal), S.A. ("Banco") é um Banco de capitais privados, constituído em 2 de Julho de 1990.

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos bancos de acordo com a legislação em vigor, tendo-se especializado designadamente em operações nos mercados de títulos, operações nos mercados monetários, serviços especializados de consultoria e operações de crédito e de locação financeira.

Indirectamente, através das suas subsidiárias Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito, S.A. e Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., o Banco efectua operações de gestão de fundos de titularização de créditos.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e das suas subsidiárias ("Grupo").

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo do Banco no dia 23 de Abril de 2008. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo devem ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') a partir do exercício de 2006. As IFRS incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, o Grupo adoptou a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações bem como a IAS 1 (alterada) Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, o Grupo adoptou ainda em 2007 a IFRIC 8 Âmbito da aplicação da IFRS2, a IFRIC 9 Reavaliação dos derivados embutidos e a IFRIC 10 Reporte financeiro interino e imparidade. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela União Europeia até 31 de Dezembro de 2007.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 1.23.

1.2 Bases de consolidação

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como alguns ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Grupo nessas entidades.

1.3 Crédito sobre clientes

A rubrica crédito sobre clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito sobre clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada como com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- a exposição de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- a viabilidade económico – financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados de um crédito com garantias reais, corresponde aos fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas ("IBNR") em créditos sujeitos à análise individual de imparidade (ver parágrafo (i) Análise individual).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas;
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de provisões por imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos no exercício em que ocorram.

1.4 Instrumentos financeiros

1. Classificação

Os instrumentos financeiros de negociação são os instrumentos detidos pelo Grupo com o objectivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. As flutuações no justo valor dos referidos instrumentos são reconhecidas em resultados do exercício. Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros que não se enquadram na definição de derivados e que não são classificados como investimentos detidos até à maturidade ou instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida.

Passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados são todos aqueles passivos financeiros que o Grupo determinou casuisticamente a sua classificação, tendo em consideração que são atendidos todos os requisitos enunciados na norma IAS 39, para a classificação nesta categoria.

(A) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

(i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) são classificados como de negociação.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

(ii) Activos ou passivos financeiros ao justo valor por decisão da própria entidade ("Fair value option")

O Grupo adoptou o "Fair value option" para os depósitos a prazo estruturados efectuados no decurso do exercício de 2006 que contêm derivados embutidos. As variações de risco de crédito do Banco associadas a passivos financeiros em "Fair Value Option" encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados em operações financeiras". Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor são reconhecidas na rubrica "Resultados em operações financeiras" da demonstração de resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira de acordo com a taxa efectiva de cada operação, assim como dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados em "Fair Value Option".

(B) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Para as obrigações, o custo é amortizado por contrapartida de resultados com base na taxa de juro efectiva. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou se encontram sujeitos a perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados em operações financeiras" da demonstração de resultados. Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado aos activos, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados de instrumentos de capital quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

(C) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

2. Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de uma evidência objectiva de imparidade nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas e reconhecida na demonstração dos resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração dos resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda quando se revertem são registadas por contrapartida de reservas.

3. Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício e apresentados na carteira de derivados de negociação.

1.5 Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Transferências de e para o portfólio de activos e passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados são proibidas.

1.6 Desreconhecimento

O Grupo desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos activos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

1.7 Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e rendimentos ou encargos similares.

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras (vendas) de investimentos com acordo de revenda (recompra) de investimentos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os investimentos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos. Os montantes pagos são reconhecidos em créditos sobre clientes ou instituições financeiras. Os valores a receber são apresentados como sendo colateralizados pelos títulos associados. Investimentos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com clientes ou instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e rendimentos ou encargos similares.

1.8 Locação financeira

Na óptica do locatário, os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.9 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas de imparidade. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

1.10 Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Os proveitos resultantes de serviços e comissões quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados na margem financeira pelo método da taxa de juro efectiva.

1.11 Resultados em operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)

Os Resultados em operações financeiras registam os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros classificados como de negociação (incluindo derivados e derivados embutidos) e os respectivos juros e dividendos associados a estas carteiras.

1.12 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
• Imóveis	50
• Obras em edifícios alheios	10
• Equipamento	4 a 12
• Outras imobilizações	3

1.13 Activos intangíveis

"Software"

Os custos incorridos com a aquisição de "software" são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

O Grupo não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

1.14 Aplicações por recuperação de crédito

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis e títulos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros activos sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam

perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

O Grupo está porém a avaliar as condições de enquadramento destes activos à luz do disposto na IFRS 5 ou alternativamente na IAS 40.

1.15 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.16 "Offsetting"

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor.

1.17 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

1.18 Benefícios a empregados

Plano de Benefícios Definidos

Até 31 de Dezembro de 2006, o Grupo tinha um Plano de Benefícios Definidos, cujas dotações para o seguro de complemento de reforma eram efectuadas com base num estudo actuarial efectuado por essa entidade seguradora. A contribuição mensal efectuada por colaborador era ajustada, para que a soma das contribuições realizadas pelo Grupo correspondesse ao complemento de reforma pretendido no futuro.

Plano de Contribuição Definida

A partir de 1 de Janeiro de 2007, o Grupo optou pela alteração do Plano de Benefícios Definidos para Plano de Contribuição Definida, consequentemente passou a entregar contribuições fixas para o Seguro com uma periodicidade mensal. O montante mensal a pagar de contribuição para o Seguro é calculado com base na remuneração do colaborador em cada período. As responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

Planos de remuneração com acções

O programa de remunerações com acções permite aos colaboradores do Grupo adquirir acções do Deutsche Bank AG. O justo valor das acções atribuídas na “grant date” é reconhecido em resultados, por contrapartida de passivos, durante o “vesting period”, tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Distribuição de resultados pelos empregados

Compete ao Deutsche Bank AG fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador. Os resultados atribuídos a colaboradores são registados por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

1.19 Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

1.20 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

O Grupo concentra a sua actividade através dos seguintes segmentos de negócio:

- Banca de retalho (denominada internamente por Private Clients and Asset Management – PCAM); e

- Banca de investimento (denominada internamente por Corporate and Investment Banking – CIB).

O Grupo concentra-se num único segmento geográfico.

1.21 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.22 Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas sejam as mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.3.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores

como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que existam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do Banco e dos Conselhos de Administração das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

1.23 Normas contabilísticas recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 1 (Alterada) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo European Financial Reporting Advisory Group - EFRAG (EFRAG).

Alterações face ao actual texto da IAS 1:

- A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

- Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de "comprehensive income".

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 23 (Alterada) – Custos de Empréstimos Obtidos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2007, a IAS - 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo Accounting Regulatory Committee (ARC).

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) é parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma, não esperando que daí resultem impactos significativos.

IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAG.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades empresariais

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAG.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica o reconhecimento total do

goodwill por contrapartida dos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam, aquando do calculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo como sendo pagamentos com base em acções com liquidação física ou com liquidação financeira.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRIC 12 Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo ARC.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

A presente norma não terá qualquer impacto ao nível do Grupo.

IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo ARC.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRIC 14 IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 14 IAS 19 - Limite de benefícios definidos e requisitos de financiamento mínimo e sua interacção, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAC.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

A presente norma não terá qualquer impacto ao nível do Grupo.

IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital uma vez que representam um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade.

Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

2 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

Juros e rendimentos similares:

Juros de aplicações
Juros de crédito
Juros de títulos
Outros juros e rendimentos similares

Juros e encargos similares:

Juros de depósitos de clientes
Juros de títulos emitidos
Juros de derivados
Outros juros e encargos similares

Margem financeira

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Juros e rendimentos similares:		
Juros de aplicações	180.539	120.560
Juros de crédito	39.853	29.024
Juros de títulos	239	643
Outros juros e rendimentos similares	597	146
	<u>221.228</u>	<u>150.373</u>
Juros e encargos similares:		
Juros de depósitos de clientes	188.454	125.635
Juros de títulos emitidos	2.135	1.593
Juros de derivados	11.237	4.794
Outros juros e encargos similares	368	131
	<u>202.194</u>	<u>132.153</u>
Margem financeira	<u>19.034</u>	<u>18.220</u>

3 Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	<u>22</u>	<u>19</u>

4 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Rendimentos de serviços e comissões:</i>		
Por garantias prestadas	390	294
Por compromissos perante terceiros	1.662	1.458
Por serviços bancários prestados	1.849	1.811
Outros rendimentos de serviços e comissões	<u>10.533</u>	<u>9.973</u>
	<u>14.434</u>	<u>13.536</u>
<i>Encargos com serviços e comissões:</i>		
Por garantias recebidas	50	253
Por serviços bancários prestados por terceiros	890	584
Outros encargos com serviços e comissões	<u>1.377</u>	<u>2.801</u>
	<u>2.317</u>	<u>3.638</u>
Resultados de serviços e comissões	<u>12.117</u>	<u>9.898</u>

A rubrica Rendimentos de serviços e comissões por compromissos perante terceiros inclui os montantes de Euros 638.000 (2006: Euros 550.000) e Euros 651.000 relativos a comissões recebidas da DWS Investment e da Xavex pela angariação de clientes, respectivamente conforme nota 38.

A rubrica Rendimentos de serviços e comissões por serviços bancários prestados inclui o montante de Euros 1.059.000 (2006: Euros 1.131.000) relativo a comissões de gestão recebidas pela Navegator - SGFTC, S.A. pela gestão dos fundos de titularização de créditos.

A rubrica Outros rendimentos de serviços e comissões inclui o montante de Euros 5.854.000 (2006: 5.896.000) referente a comissões relacionadas com outras empresas do Grupo Deutsche Bank conforme nota 38.

5 Resultados em operações financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Lucros em operações financeiras:</i>		
Derivados de negociação	46.782	68.242
Operações cambiais	503.481	32.205
Operações com instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	18.965	7.346
Outras operações	-	163
	<u>569.228</u>	<u>107.956</u>
<i>Prejuízos em operações financeiras:</i>		
Derivados de negociação	45.544	61.580
Operações cambiais	503.534	32.130
Operações com instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	1.139	5.163
Outras operações	-	71
	<u>550.217</u>	<u>98.944</u>
Resultados em operações financeiras	<u>19.011</u>	<u>9.012</u>

A rubrica Operações com instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados respeita à reavaliação dos passivos financeiros, nomeadamente depósitos estruturados, conforme nota 26.

6 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Outros proveitos de exploração:</i>		
Prestação de serviços	72	78
Reembolso de despesas	803	665
Outros proveitos de exploração	2.089	623
	<u>2.964</u>	<u>1.366</u>
<i>Outros custos de exploração:</i>		
Donativos e quotizações	99	78
Impostos	119	87
Outros custos de exploração	979	1.738
	<u>1.197</u>	<u>1.903</u>
	<u>1.767</u>	<u>(537)</u>

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui o montante de Euros 1.173.100 relativo à mais valia contabilística decorrente da venda do imóvel sito na Rua de São José.

A rubrica Outros custos de exploração inclui as contribuições anuais efectuadas para o Fundo de Garantia de Depósitos no montante de Euros 413.000 (2006: Euros 420.000).

7 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Remunerações	15.651	12.324
Encargos sociais obrigatórios	1.695	1.168
Encargos sociais facultativos	210	336
Outros encargos	2.873	1.872
	<u>20.429</u>	<u>15.700</u>

A rubrica Remunerações inclui o montante de Euros 4.457.000 (2006: Euros 4.460.000) relativo a bónus em dinheiro atribuído aos colaboradores.

A rubrica Outros encargos inclui o montante de Euros 782.000 (2006: 962.000) relativo a bónus em acções do Deutsche Bank AG atribuído aos colaboradores.

A referida rubrica inclui também o montante de Euros 654.000 relativo a Ganhos e perdas actuariais que foi reconhecido em resultados do exercício no momento em que o Grupo procedeu à transição do Plano de Benefícios Definidos para o Plano de Contribuição Definida, conforme referido na nota 22.

A rubrica Outros encargos inclui ainda o montante de Euros 576.000 relativo à contribuição definida anual, no âmbito do Plano de Contribuição Definida, conforme referido na nota 36.

O número médio de colaboradores ao serviço do Grupo, nos exercícios de 2007 e 2006, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2007	2006
Directores (Conselho)	4	4
Directores	18	16
Directores adjuntos	20	14
Subdirectores	40	20
Assistentes de direcção	17	15
Técnicos	134	90
Administrativos	70	55
Auxiliares	2	2
	<u>305</u>	<u>216</u>

O valor actual de remunerações atribuídas a todos os membros do Conselho de Administração Executivo do Banco, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, registados na rubrica de Custo com pessoal foi de Euros 1.638.000 (2006: Euros 1.498.000) incluindo o montante de remunerações variáveis dos membros do Conselho de Administração Executivo de Euros 945.000 (2006: Euros 826.000).

8 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2007	2006
	Euros'000	Euros'000
Água, energia e combustíveis	89	68
Impressos e material de consumo corrente	252	184
Rendas e alugueres	2.963	2.086
Comunicação e despesas de expedição	1.198	1.043
Deslocações, estadas e representação	152	161
Publicidade	772	508
Avenças e honorários	267	155
Conservação e reparação	680	626
Transportes	672	471
Formação de pessoal	188	95
Seguros	123	120
Serviços judiciais, de contencioso e notariado	440	397
Serviços especializados	9.694	8.258
Outros serviços de terceiros	34	39
	17.524	14.211

À data de 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 1.142.000 (2006: Euros 1.140.000) referente a custos incorridos com a renda do edifício Sede sito na Rua Castilho, nº20.

A rubrica Serviços especializados inclui os montantes de Euros 2.271.000 (2006: Euros 2.097.000) e Euros 1.684.000 (2006: Euros 1.071.000), referentes a custos com IT incorridos com o Deutsche Bank Spain e Deutsche Bank Frankfurt, respectivamente.

9 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Activos intangíveis:</i>		
“Software”	24	63
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
<i>Imóveis</i>		
De serviço próprio	23	-
Obras em imóveis arrendados	113	15
<i>Equipamento</i>		
Mobiliário e material	143	26
Máquinas e ferramentas	44	12
Equipamento informático	245	225
Instalações interiores	89	50
Equipamento de segurança	29	7
Outros activos tangíveis	16	8
	702	343
	726	406

10 Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Dotações do exercício	2.568	7.530
Reversões do exercício	(650)	(7.507)
Recuperações de crédito e juros	(838)	(363)
	1.080	(340)

11 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Imparidade de outros activos:</i>		
Dotações do exercício	20	201
<i>Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda:</i>		
Reversões do exercício	(20)	(15)
	-	186

12 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Provisões para outros riscos e encargos:</i>		
Dotações do exercício	210	24
Reversões do exercício	(3.000)	(167)
	(2.790)	(143)

13 Impostos

O encargo com impostos sobre os lucros, com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é analisado como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Imposto corrente:</i>		
Do exercício	1.054	252
<i>Imposto diferido:</i>		
Diferenças temporárias	(985)	453
Prejuízos fiscais utilizados / (reconhecidos)	1.774	597
	789	1.050
	1.843	1.302

O valor de impostos sobre lucros ascende ao montante de Euros 1.843.000 (2006: Euros 1.302.000), o que representa uma taxa média de imposto de 12,3% do resultado antes de impostos (2006: 19,8%).

A diferença entre a taxa nominal de imposto sobre o rendimento a que o Grupo se encontra sujeito e a taxa média acima referida, resulta dos ajustamentos considerados para efeitos da determinação da matéria colectável, nos termos previstos na legislação aplicável.

O montante negativo de Euros 985.000 (2006: Euros 453.000) registado na rubrica de Diferenças temporárias inclui o reconhecimento de impostos diferidos associados a provisões tributadas no exercício, cujo reconhecimento para efeitos fiscais ocorrerá apenas em exercícios futuros.

A análise dos principais ajustamentos efectuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria colectável e que assumem natureza temporária é apresentada como segue:

- Encargos com provisões que, nos termos da legislação aplicável, não foram considerados para efeitos de determinação da matéria colectável no exercício de 2007 e que serão objecto de reconhecimento fiscal em exercícios futuros, no montante de Euros 2.806.000 (2006: Euros 1.095.000).

Principais ajustamentos efectuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria colectável que assumem natureza permanente:

- Dividendos recebidos não considerados para a determinação da matéria colectável em virtude da aplicação do mecanismo de eliminação ou atenuação da dupla tributação económica, nos termos da legislação aplicável, no montante de Euros 11.000 (2006: Euros 4.500);

- Reconhecimento de mais valias fiscais realizadas na alienação de participações sociais no montante de Euros 410.442.

Resultado apurado pela sucursal financeira exterior instalada na zona franca da Madeira não considerado para a determinação da matéria colectável dentro dos limites previstos na lei, por força da isenção temporária aplicável até 31 de Dezembro de 2011, no montante de Euros 3.956.000 (2006: Euros 2.657.000).

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2007		2006	
	%	Euros'000	%	Euros'000
Lucro antes de impostos		14.982		6.592
Taxa de imposto corrente	26,5%	3.970	27,5%	1.813
Diferenças permanentes	-6,1%	(908)	-0,6%	(40)
Resultado Líquido SFE não tributado	-7,0%	(1.048)	-9,5%	(624)
Efeito da taxa de impostos diferidos	-1,5%	(224)	2,3%	153
Outros	0,4%	53	0,0%	-
	12,3%	<u>1.843</u>	19,8%	<u>1.302</u>

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível às seguintes rubricas:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Comissões associadas à taxa efectiva	(61)	(74)
Perdas por imparidade	715	(377)
Reavaliação de passivos financeiros ao justo valor	171	203
Derivados de negociação	67	80
Reavaliação de propriedades de investimento	93	(256)
Prejuízos fiscais	(1.774)	(597)
Outros	-	(29)
	<u>(789)</u>	<u>(1.050)</u>

14 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Caixa	1.966	1.350
Banco de Portugal	77.805	100.912
	<u>79.771</u>	<u>102.262</u>

A rubrica Banco de Portugal visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

15 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Instituições de crédito no país	6	7
Instituições de crédito no estrangeiro	7.652	3.435
Valores a cobrar	3.612	3.473
	<u>11.270</u>	<u>6.915</u>

A rubrica Instituições de crédito no estrangeiro inclui os montantes de Euros 5.873.000 (2006: Euros 2.661.000) e Euros 29.000, relativos a depósitos à ordem junto do Deutsche Bank AG – Frankfurt e Deutsche Bank Trust – Bankers Trust Company, respectivamente.

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

16 Aplicações em instituições de crédito

À data de 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Aplicações em instituições de crédito regista o montante de Euros 2.956.591 (2006: Euros 3.368.001) referente a aplicações de curto prazo efectuadas junto do Deutsche Bank AG.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Até 3 meses	2.510.831	3.005.344
De 3 meses a 1 ano	398.014	312.825
De 1 a 5 anos	47.746	49.832
	<u>2.956.591</u>	<u>3.368.001</u>

17 Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Crédito ao sector público	239.818	31.438
Crédito com garantias reais	468.432	406.760
Crédito com outras garantias	226.272	120.212
Crédito sem garantias	109.685	102.334
Crédito sobre o estrangeiro	19.301	4.061
Capital em locação	63.035	42.001
	<u>1.126.543</u>	<u>706.806</u>
<i>Crédito vencido:</i>		
Menos de 90 dias	22.956	2.492
Mais de 90 dias	16.189	14.703
	<u>39.145</u>	<u>17.195</u>
	<u>1.165.688</u>	<u>724.001</u>
Imparidade para riscos de crédito	<u>(14.803)</u>	<u>(13.299)</u>
	<u>1.150.885</u>	<u>710.702</u>

A rubrica Crédito a clientes inclui o montante de Euros 115.062.000 (2006: Euros 308.867.000) relativo a operações de securitização de activos titularizados por instituições de crédito referentes essencialmente a operações de crédito hipotecário, locação financeira, crédito ao consumo e aluguer de longa duração e operações de créditos titularizados sobre títulos.

As operações de titularização sobre créditos consistem na compra por parte do Grupo da componente de juros dos créditos titularizados a diversas instituições de crédito, enquanto o veículo adquire a respectiva componente de capital dos créditos titularizados. Nas operações de titularização sobre títulos, o Grupo adquire a carteira de títulos nacionais objecto de titularização.

Estes activos, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.16, são compensados e registados em Balanço pelo seu valor líquido.

A rubrica Crédito vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos, no caso de capital em locação.

A análise do crédito vincendo, por tipo de operação, é a seguinte:

	<u>2007</u> <u>Euros'000</u>	<u>2006</u> <u>Euros'000</u>
<i>Curto prazo:</i>		
Crédito automóvel	-	30
Capital em locação	3.785	-
Outros créditos concedidos a		
Empresas	350.517	131.096
Particulares	24.656	15.701
	<u>378.958</u>	<u>146.827</u>
<i>Médio e longo prazo:</i>		
Crédito hipotecário	479.620	402.876
Crédito automóvel	34.500	33.314
Capital em locação	59.250	42.001
Outros créditos concedidos a		
Empresas	90.123	44.861
Particulares	84.092	36.927
	<u>747.585</u>	<u>559.979</u>
	<u>1.126.543</u>	<u>706.806</u>

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Alimentação, bebidas e tabaco	349	80
Têxteis	412	228
Madeira e cortiça	493	268
Papel e celulose	30	13
Químicas	2.970	3.181
Máquinas e equipamento	1.325	303
Electricidade, água e gás	11.969	12.015
Construção	17.939	4.611
Comércio	27.153	11.219
Transportes e comunicações	31.255	28.608
Serviços	102.206	21.211
Serviços financeiros	1.042	2.305
Minerais não metálicos	3.799	839
Outras actividades	964.746	639.120
	<hr/> 1.165.688	<hr/> 724.001
Imparidade para riscos de crédito	(14.803)	(13.299)
	<hr/> 1.150.885	<hr/> 710.702

A análise do crédito sobre clientes, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o período findo em 31 de Dezembro de 2007 é a seguinte:

Créditos a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Alimentação, bebidas e tabaco	112	237	-	349
Têxteis	256	71	85	412
Madeira e cortiça	366	102	25	493
Papel e celulose	20	10	-	30
Químicas	2.831	113	26	2.970
Máquinas e equipamento	528	623	174	1.325
Electricidade, água e gás	10.245	13	1.711	11.969
Construção	5.685	10.211	2.043	17.939
Comércio	10.504	12.702	3.947	27.153
Transportes e comunicações	28.552	2.532	171	31.255
Serviços	35.065	27.345	39.796	102.206
Serviços financeiros	292	366	384	1.042
Minerais não metálicos	3.179	377	243	3.799
Outras actividades	332.660	105.035	527.051	964.746
	430.295	159.737	575.656	1.165.688

A análise do crédito sobre clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o período findo em 31 de Dezembro de 2007 é a seguinte:

Créditos a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Crédito ao sector público	238.850	968	-	239.818
Crédito com garantias reais	7.134	1.360	469.627	478.121
Crédito com outras garantias	94.784	88.828	46.984	230.596
Crédito sem garantias	78.161	39.278	14.131	131.570
Crédito sobre o estrangeiro	2.394	1.495	16.261	20.150
Capital em locação	8.972	27.808	28.653	65.433
	430.295	159.737	575.656	1.165.688

A carteira de crédito do Grupo dividida entre crédito com imparidade e sem imparidade, é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Crédito total	<u>1.238.217</u>	<u>865.104</u>
Crédito com imparidade		
Análise individual		
Valor bruto	29.434	6.266
Imparidade	<u>2.970</u>	<u>3.157</u>
Valor líquido	<u>26.464</u>	<u>3.109</u>
Análise colectiva		
Valor bruto	41.620	29.904
Imparidade	<u>5.809</u>	<u>5.456</u>
Valor líquido	<u>35.811</u>	<u>24.448</u>
Crédito sem imparidade	1.167.163	828.934
Imparidade (IBNR)	3.452	2.980
Juros e comissões	<u>10.754</u>	<u>6.297</u>
	<u>1.236.740</u>	<u>859.808</u>

A rubrica Crédito total inclui tanto o crédito directo concedido a clientes, como o crédito indirecto.

As rubricas Imparidade e Imparidade (IBNR) foram determinadas de acordo com o referido na política contabilística descrita na nota 1.3.

O Grupo utiliza como instrumentos de mitigação do risco de crédito colaterais físicos e colaterais financeiros. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações independentes efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de ponderação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e área geográfica respectiva.

Os colaterais financeiros são revistos com base nos valores de mercado dos respectivos activos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a reflectir a sua desvalorização.

O capital em locação, em 31 de Dezembro de 2007, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Créditos a clientes				
	Até 3	De 3 meses	De 1 ano	Mais de	Total
	meses	a 1 ano	até 5 anos	5 anos	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Rendas vincendas	4.072	13.201	42.778	3.714	63.765
Juros vincendos	(730)	(3.040)	(6.573)	(1.086)	(11.429)
Valores residuais	84	1.895	6.821	1.899	10.699
	3.426	12.056	43.026	4.527	63.035

A análise do crédito vencido por sector de actividade é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Alimentação, bebidas e tabaco	3	1
Têxteis	93	93
Madeira e cortiça	69	9
Químicas	1.000	-
Máquinas e equipamento	3	-
Electricidade, água e gás	3	-
Construção	403	186
Comércio	1.623	230
Transportes e comunicações	30	3
Serviços	3.116	1.719
Serviços financeiros	269	157
Minerais não metálicos	62	-
Outras actividades	32.471	14.797
	39.145	17.195

À data de 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Outras actividades inclui o montante de Euros 22.864.000 relativo, principalmente, a *overdrafts* autorizados concedidos a particulares.

A análise do crédito vencido por tipo de crédito é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Crédito ao sector público	-	8.270
Crédito com garantias reais	9.689	148
Crédito com outras garantias	4.324	5.894
Crédito sem garantias	21.885	-
Crédito sobre o estrangeiro	849	558
Capital em locação	2.398	2.325
	<u>39.145</u>	<u>17.195</u>

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Saldo em 1 de Janeiro	13.299	13.905
Dotações do exercício	2.568	7.530
Reversão do exercício	(650)	(7.507)
Utilizações de imparidade	(413)	(629)
Diferenças cambiais	(1)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>14.803</u>	<u>13.299</u>

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização de perdas de imparidade, quando estas, de acordo com a política contabilística referida na nota 1.3, correspondam a 100% do valor do crédito. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos do exercício em que ocorram, conforme nota 10.

Os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos. A 31 de Dezembro de 2007, a anulação de proveitos de contratos de locação financeira e de crédito ao consumo é de Euros 1.729.286 (2006: Euros 1.679.612).

O quadro seguinte apresenta, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2007:

	Classes de incumprimento					Total Euros '000
	Até 3 meses Euros '000	3-6 meses Euros '000	6-12 meses Euros '000	1-3 anos Euros '000	Mais 3 anos Euros '000	
Crédito vencido com garantia	4.499	391	1.145	3.130	2.998	12.163
Provisão existente	18	60	313	1.823	2.709	4.923
Crédito vencido sem garantia	18.451	130	299	1.808	6.294	26.982
Provisão existente	223	62	217	1.808	6.294	8.604
Total de crédito vencido	22.950	521	1.444	4.938	9.292	39.145
Total da imparidade para crédito vencido	241	122	530	3.631	9.003	13.527
Total da provisão para crédito vincendo associado ao vencido e outros						1.276
Total da provisão específica para crédito concedido						14.803

A análise da imparidade por sector de actividade é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Alimentação, bebidas e tabaco	1	-
Têxteis	93	93
Madeira e cortiça	9	9
Electricidade, água e gás	1	-
Construção	196	94
Comércio	247	331
Transportes e comunicações	17	2
Serviços	98	54
Serviços financeiros	352	436
Minerais não metálicos	1	-
Outras actividades	13.788	12.280
	14.803	13.299

A imparidade por tipo de crédito é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Crédito com garantias reais	5.091	4.013
Crédito sem garantias	7.051	6.856
Crédito sobre o estrangeiro	471	229
Capital em locação	2.190	2.201
	14.803	13.299

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por sector de actividade, é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Máquinas e equipamentos	30	-
Construção	-	19
Comércio	9	25
Outras actividades	374	585
	413	629

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Crédito sem garantias	363	457
Capital em locação	50	172
	<u>413</u>	<u>629</u>

A recuperação de créditos e de juros anulados, efectuada no decorrer de 2007 e 2006, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Madeira e cortiça	416	-
Construção	-	4
Comércio	19	24
Outras actividades	403	335
	<u>838</u>	<u>363</u>

A recuperação de créditos e de juros anulados, efectuada no decorrer de 2007 e 2006, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Crédito sem garantias	396	269
Capital em locação	442	94
	<u>838</u>	<u>363</u>

18 Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Activos financeiros disponíveis para venda:</i>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	6.008	3.053
de outros emissores	-	5.174
Acções	2.457	2.457
Outros títulos de rendimento variável de outros emissores	132	265
	<u>8.597</u>	<u>10.949</u>
Títulos vencidos	549	549
Imparidade para títulos vencidos	(325)	(345)
	<u>224</u>	<u>204</u>
	<u>8.821</u>	<u>11.153</u>
<i>Activos financeiros detidos para negociação:</i>		
Swaps de taxa de juro	72.484	57.746
Forwards cambiais	3.088	-
Opções cambiais	11	-
	<u>75.583</u>	<u>57.746</u>
	<u>84.404</u>	<u>68.899</u>

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda e detidos para negociação por tipo em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	2007			2006		
	Disponíveis para venda Euros '000	Negociação Euros '000	Total Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Negociação Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	6.008	-	6.008	3.053	-	3.053
Obrigações de outros emissores						
Estrangeiros	-	-	-	5.174	-	5.174
Cotados	6.008	-	6.008	8.227	-	8.227
Não cotados	-	-	-	-	-	-
Títulos de rendimento variável:						
Acções						
Nacionais	2.457	-	2.457	2.457	-	2.457
Outros títulos de rendimento variável	132	-	132	265	-	265
Títulos vencidos	549	-	549	549	-	549
Cotados	132	-	132	265	-	265
Não cotados	3.006	-	3.006	3.006	-	3.006
Imparidade para títulos vencidos	(325)	-	(325)	(345)	-	(345)
	8.821	-	8.821	11.153	-	11.153
Swaps de taxa de juro	-	72.484	72.484	-	57.746	57.746
Forwards cambiais	-	3.088	3.088	-	-	-
Opções cambiais	-	11	11	-	-	-
	-	75.583	75.583	-	57.746	57.746
	8.821	75.583	84.404	11.153	57.746	68.899

Os movimentos da imparidade de activos disponíveis para venda são analisados como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Saldo em 1 de Janeiro	345	360
Reversões do exercício	(20)	(15)
Saldo em 31 de Dezembro	325	345

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	Até três meses Euros '000	De três meses a um ano Euros '000	De um ano até 5 anos Euros '000	Mais de cinco anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	-	-	2.965	3.043	-	6.008
Obrigações de outros emissores						
Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.965</u>	<u>3.043</u>	<u>-</u>	<u>6.008</u>
Cotados	-	-	2.965	3.043	-	6.008
Não cotados	-	-	-	-	-	-
Títulos de rendimento variável:						
Acções						
Nacionais	-	-	-	-	2.457	2.457
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	132	-	132
Títulos vencidos	-	-	-	-	549	549
Cotados	-	-	-	132	-	132
Não cotados	-	-	-	-	3.006	3.006
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	-	(325)	(325)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.965</u>	<u>3.175</u>	<u>2.681</u>	<u>8.821</u>

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	<u>Até três meses</u> <u>Euros '000</u>	<u>De três meses</u> <u>a um ano</u> <u>Euros '000</u>	<u>De um ano até</u> <u>5 anos</u> <u>Euros '000</u>	<u>Mais de cinco</u> <u>anos</u> <u>Euros '000</u>	<u>Indeterminado</u> <u>Euros '000</u>	<u>Total</u> <u>Euros '000</u>
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	-	-	3.053	-	-	3.053
Obrigações de outros emissores						
Estrangeiros	-	-	-	5.174	-	5.174
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.053</u>	<u>5.174</u>	<u>-</u>	<u>8.227</u>
Cotados	-	-	3.053	5.174	-	8.227
Não cotados	-	-	-	-	-	-
Títulos de rendimento variável:						
Acções						
Nacionais	-	-	-	-	2.457	2.457
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	265	-	265
Títulos vencidos	-	-	-	-	549	549
Cotados	-	-	-	265	-	265
Não cotados	-	-	-	-	3.006	3.006
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	-	(345)	(345)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.053</u>	<u>5.439</u>	<u>2.661</u>	<u>11.153</u>

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros disponíveis para venda, por sector da actividade à data de 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	<u>Obrigações</u> <u>Euros '000</u>	<u>Acções</u> <u>Euros '000</u>	<u>Títulos</u> <u>vencidos</u> <u>Euros '000</u>	<u>Total</u> <u>Euros '000</u>
Electricidade, água e gás	132	-	-	132
Serviços financeiros	-	2.457	-	2.457
Outras actividades	-	-	549	549
	<u>132</u>	<u>2.457</u>	<u>549</u>	<u>3.138</u>
Títulos públicos	6.008	-	-	6.008
Imparidade para títulos vencidos	-	-	(325)	(325)
	<u>6.140</u>	<u>2.457</u>	<u>224</u>	<u>8.821</u>

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros disponíveis para venda, por sector da actividade à data de 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Obrigações Euros '000	Ações Euros '000	Títulos vencidos Euros '000	Total Euros '000
Electricidade, água e gás	265	-	-	265
Serviços financeiros	-	2.457	-	2.457
Outras actividades	-	-	549	549
	<u>265</u>	<u>2.457</u>	<u>549</u>	<u>3.271</u>
 Títulos públicos	 8.227	 -	 -	 8.227
Imparidade para títulos vencidos	-	-	(345)	(345)
	<u>8.492</u>	<u>2.457</u>	<u>204</u>	<u>11.153</u>

A análise da carteira de derivados de negociação, por maturidade, em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	Nacionais com prazo remanescente					Justo valor	
	Até três meses Euros '000	De três meses a um ano Euros '000	De um ano até 5 anos Euros '000	Mais de cinco anos Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Swaps de taxa de juro	4.781	47.658	895.234	756.425	1.704.098	72.484	95.953
Forwards cambiais	20.945	102.973	-	-	-	3.088	3.088
Opções cambiais	-	338.371	-	-	338.371	11	16
	25.726	489.002	895.234	756.425	2.166.387	75.583	99.057
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:							
Mercado de balcão	25.726	489.002	895.234	756.425	2.166.387	75.583	99.057
Bolsa	-	-	-	-	-	-	-

A análise da carteira de derivados de negociação, por maturidade, em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Nacionais com prazo remanescente					Justo valor	
	Até três meses Euros '000	De três meses a um ano Euros '000	De um ano até 5 anos Euros '000	Mais de cinco anos Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
<i>Swaps de taxa de juro</i>	6.750	720.154	114.136	825.978	1.667.018	57.746	63.969
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:							
Mercado de balcão	6.750	720.154	114.136	825.978	1.667.018	57.746	63.969
Bolsa	-	-	-	-	-	-	-

19 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Imóveis:</i>		
De serviço próprio	417	-
Obras em imóveis arrendados	2.713	428
<i>Equipamento:</i>		
Mobiliário e material	1.830	1.336
Máquinas e ferramentas	863	485
Equipamento informático	4.135	4.128
Instalações interiores	1.873	1.072
Equipamento de transporte	4	4
Equipamento de segurança	451	239
Património artístico	117	117
Outros activos tangíveis	553	335
Activos tangíveis em curso	156	489
	13.112	8.633
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(702)	(343)
Relativas a exercícios anteriores	(6.336)	(6.024)
	(7.038)	(6.367)
	6.074	2.266

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 2007 são analisados como segue:

	<u>Saldo em 01/01/07 Euros'000</u>	<u>Aquisições/ Dotações Euros'000</u>	<u>Abates Euros'000</u>	<u>Transf. Euros'000</u>	<u>Saldo em 31/12/07 Euros'000</u>
<i>Custo:</i>					
De serviço próprio	-	61	(1.102)	1.458	417
Obras em imóveis arrendados	428	2.074	-	211	2.713
Mobiliário e material	1.336	493	-	1	1.830
Máquinas e ferramentas	485	173	-	205	863
Equipamento informático	4.128	179	(174)	2	4.135
Instalações interiores	1.072	596	-	205	1.873
Equipamento de transporte	4	-	-	-	4
Equipamento de segurança	239	212	-	-	451
Património artístico	117	-	-	-	117
Outros activos tangíveis	335	218	-	-	553
Activos tangíveis em curso	489	288	-	(621)	156
	<u>8.633</u>	<u>4.294</u>	<u>(1.276)</u>	<u>1.461</u>	<u>13.112</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
De serviço próprio	-	22	(315)	456	163
Obras em imóveis arrendados	15	113	-	-	128
Mobiliário e material	1.185	143	-	1	1.329
Máquinas e ferramentas	353	44	-	-	397
Equipamento informático	3.731	246	(174)	1	3.804
Instalações interiores	772	89	-	-	861
Equipamento de transporte	4	-	-	-	4
Equipamento de segurança	42	29	-	-	71
Outros activos tangíveis	265	16	-	-	281
	<u>6.367</u>	<u>702</u>	<u>(489)</u>	<u>458</u>	<u>7.038</u>

O montante líquido das transferências ocorridas no exercício de 2007 resulta essencialmente da aquisição da carteira da DB Broker efectuada a 28 de Dezembro de 2007 e refere-se a mobiliário e material e equipamento informático.

20 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
"Software"	6.913	6.950
Outros activos intangíveis	1.461	1.393
	<u>8.374</u>	<u>8.343</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(24)	(63)
Relativas a exercícios anteriores	(8.313)	(8.250)
	<u>(8.337)</u>	<u>(8.313)</u>
	<u>37</u>	<u>30</u>

A rubrica Outros activos intangíveis inclui o montante de Euros 29.000 referente à aquisição da carteira da DB Broker efectuada a 28 de Dezembro de 2007.

Os movimentos da rubrica de imobilizado incorpóreo durante o ano de 2007, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo em 01/01/07 Euros'000	Aquisições/ Dotações Euros'000	Transf. Euros'000	Saldo em 31/12/07 Euros'000
"Software"	6.950	-	(37)	6.913
Outros activos intangíveis	1.393	31	37	1.461
	<u>8.343</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>8.374</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>				
"Software"	6.920	24	-	6.944
Outros activos intangíveis	1.393	-	-	1.393
	<u>8.313</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>8.337</u>

21 Activos e passivos por impostos diferidos

Os Activos e Passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2007		2006	
	Activos Euros'000	Passivos Euros'000	Activos Euros'000	Passivos Euros'000
Comissões associadas à taxa efectiva	186	-	247	-
Perdas por imparidade	968	-	253	-
Reavaliação de passivos financeiros ao justo valor	-	(511)	-	(682)
Derivados de negociação	-	(202)	-	(269)
Activos financeiros disponíveis para venda	65	-	5	-
Prejuízos fiscais	-	-	1.774	-
Reavaliação de propriedades de investimento	-	-	-	(93)
Outros	1	-	1	-
	<u>1.220</u>	<u>(713)</u>	<u>2.280</u>	<u>(1.044)</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>507</u>		<u>1.236</u>	

Os Activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de Activos por impostos diferidos.

A utilização dos Prejuízos fiscais reportáveis é analisada como segue:

	Prejuízos fiscais	
Exercício	Apuramento Euros'000	Utilização Euros'000
2000	2.305	-
2001	2.657	-
2002	3.081	-
2003	-	3.996
2004	5.455	-
2005	-	883
2006	-	1.771
2007	-	6.848
	<u>13.498</u>	<u>13.498</u>

Os Activos e Passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, o Grupo possa compensar Activos por impostos correntes com Passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do exercício da rubrica de impostos diferidos líquidos:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Saldo em 1 de Janeiro	1.236	2.219
Encargos do exercício	(789)	(1.050)
Movimentos em reservas	60	67
Saldo em 31 de Dezembro	<u>507</u>	<u>1.236</u>

22 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Imposto sobre o valor acrescentado a receber	2.379	2.939
Aplicações por recuperação de crédito	5.696	5.482
Outros devedores	1.684	3.320
Outros proveitos a receber	7.107	9.047
Despesas com custos diferidos	199	99
Ganhos e perdas actuariais	-	654
Contas diversas	<u>14.878</u>	<u>18.613</u>
	31.943	40.154
Imparidade para outros activos	<u>(1.395)</u>	<u>(1.375)</u>
	<u>30.548</u>	<u>38.779</u>

A rubrica Imposto sobre o valor acrescentado a receber representa o IVA a recuperar decorrente da actividade do Grupo, cujo reembolso foi solicitado ao Estado.

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito no montante de Euros 5.696.000 (2006: Euros 5.482.000) representa os valores relativos aos bens recuperados por resolução de contratos de leasing imobiliário e de crédito à habitação, conforme referido na nota 17. O montante desta rubrica representa o capital vincendo dos contratos, cujos bens foram recuperados, conforme referido na política contabilística 1.14.

A rubrica Outros proveitos a receber inclui o montante de Euros 1.756.000 (2006: Euros 1.798.000) referente ao *Service Level Agreement* entre o Deutsche Bank AG e o Banco, nomeadamente no que respeita à área de *Global Corporate Finance*.

A referida rubrica inclui também o montante de Euros 3.600.000 (2006: Euros 4.000.000) relativo a comissões recebidas do Deutsche Bank AG relativamente a vendas de produtos financeiros de instituições do Grupo Deutsche Bank aos seus clientes em Portugal.

O diferimento dos Ganhos e perdas actuariais, no montante de Euros 654.000, à data de 31 de Dezembro de 2006, foi registado como custos com o pessoal no momento da transição do Plano de Benefícios Definidos para o Plano de Contribuição Definida, conforme referido na nota 7.

A rubrica Contas diversas inclui o montante de Euros 4.009.000 (2006: Euros 1.702.000) referente a valores a receber de contratos de derivados.

A rubrica Contas diversas inclui ainda o montante de Euros 3.048.000 (2006: Euros 2.512.000) referente ao valor que o Banco tem junto da empresa de transporte de valores – Securitas, com a finalidade de efectuar carregamentos e levantamentos das ATM's e agências do Banco.

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Saldo em 1 de Janeiro	1.375	1.174
Dotações do exercício	20	201
Saldo em 31 de Dezembro	<u>1.395</u>	<u>1.375</u>

23 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007			2006		
	Não remunerados Euros'000	Remunerados Euros'000	Total Euros'000	Não remunerados Euros'000	Remunerados Euros'000	Total Euros'000
No país	12.240	179	12.419	1.029	42.774	43.803
No estrangeiro	456.898	514.071	970.969	22.907	615.778	638.685
	<u>469.138</u>	<u>514.250</u>	<u>983.388</u>	<u>23.936</u>	<u>658.552</u>	<u>682.488</u>

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito de acordo com o período remanescente das operações, é apresentada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Até 3 meses	675.619	417.224
3 meses até 1 ano	248.437	207.204
1 ano até 5 anos	22.462	4.046
Duração indeterminada (descobertos bancários)	36.870	54.014
	<u>983.388</u>	<u>682.488</u>

24 Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007			2006		
	Não remunerados Euros'000	Remunerados Euros'000	Total Euros'000	Não remunerados Euros'000	Remunerados Euros'000	Total Euros'000
Recursos de clientes						
Depósitos à ordem	-	127.142	127.142	-	110.762	110.762
Depósitos a prazo	210	2.469.365	2.469.575	210	3.038.049	3.038.259
Outros	6.102	303	6.405	2.424	302	2.726
	<u>6.312</u>	<u>2.596.810</u>	<u>2.603.122</u>	<u>2.634</u>	<u>3.149.113</u>	<u>3.151.747</u>

Nos termos da Portaria 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso 11/94 do Banco de Portugal.

Durante o exercício de 2007, o Grupo efectuou contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos no montante de Euros 465.000 (2006: Euros 402.500), conforme referido na nota 30.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Depósitos à ordem</i>	127.142	110.762
<i>Depósitos a prazo</i>		
Até 3 meses	2.366.917	2.882.612
3 meses até 6 meses	83.609	100.855
6 meses até 1 ano	17.869	33.724
1 ano até 5 anos	1.180	21.068
	<u>2.469.575</u>	<u>3.038.259</u>
<i>Outros empréstimos</i>		
3 meses até 6 meses	303	302
<i>Outros</i>		
Até 3 meses	6.102	2.424
	<u>2.603.122</u>	<u>3.151.747</u>

25 Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Swaps</i> de taxa de juro	95.953	63.969
<i>Forwards</i> cambiais	3.089	-
Opções cambiais	15	-
	<u>99.057</u>	<u>63.969</u>

26 Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Depósitos estruturados	<u>419.398</u>	<u>202.244</u>

Os passivos financeiros reavaliados pelo justo valor através dos resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com as variações associadas ao justo valor reconhecidas em resultados, conforme descrito na política contabilística 1.4 alínea (B).

A rubrica Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados no montante de Euros 419.398.000 (2006: Euros 202.244.000) refere-se a depósitos estruturados, que foram classificados pelo Grupo nesta categoria, pelo facto de estes depósitos conterem derivados embutidos, para os quais, o Grupo contratou derivados para efectuar, na perspectiva de gestão, a cobertura do seu risco.

27 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Provisões para outros riscos e encargos	<u>2.673</u>	<u>7.462</u>

Estas provisões foram constituídas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com riscos inerentes à actividade do Grupo.

Os movimentos da rubrica Provisões para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Saldo em 1 de Janeiro	7.462	7.875
Dotações do exercício	210	24
Reversões do exercício	(3.000)	(167)
Utilizações de provisões	(1.998)	(269)
Diferenças cambiais	(1)	(1)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>2.673</u>	<u>7.462</u>

28 Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Ago/02	Ago/12	Euribor 3m+0,65%	30.205	30.166
Dez/04	Mar/11	Euribor 3m+0,44%	15.155	15.120
			<u>45.360</u>	<u>45.286</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Mais de 5 anos	<u>45.360</u>	<u>45.286</u>

29 Passivos por impostos correntes

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Carga fiscal imputada (dotações)	1.054	252
Carga fiscal paga	257	243
<i>Diferença:</i>		
A pagar	797	9

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A provisão para impostos sobre lucros para o Grupo foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço. Cada empresa do Grupo prepara individualmente a declaração de impostos sobre os lucros.

30 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Imposto do selo a pagar	435	336
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	414	107
Sector público administrativo	800	1.051
Fornecedores de bens para locação	222	11
Adiantamentos	-	898
Outros credores	779	1.094
Custos a pagar com férias e subsídios	1.943	1.264
Bónus a pagar a colaboradores	5.204	5.419
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	465	403
Outros custos a pagar	6.331	7.089
Contas diversas	30.043	19.195
	46.636	36.867

A rubrica Fornecedores de bens para locação regista o montante de Euros 222.000 (2006: Euros 10.500) referente a credores diversos do negócio de locação financeira.

A 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Adiantamentos no montante de Euros 898.000 referia-se a adiantamentos efectuados por terceiros pela aquisição de imóveis que se encontravam registados como propriedades de investimento.

A rubrica Contas diversas inclui o montante de Euros 20.158.000 (2006: Euro 2.245.000) referente a valores de clientes sob custódia.

31 Capital

O Capital social de Euros 79.619.730, representado por 15.923.946 acções com o valor nominal de 5 Euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

À data de 31 de Dezembro de 2007, o capital social do Deutsche Bank (Portugal), S.A. é detido a 100% pelo Deutsche Bank AG.

32 Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. Adicionalmente, deverá ser constituída uma reserva estatutária com pelo menos 5% dos lucros anuais, conforme estabelecido nos estatutos do Banco.

33 Reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Reserva de justo valor:</i>		
Activos financeiros detidos para venda	(246)	(18)
Impostos diferidos	65	5
	<u>(181)</u>	<u>(13)</u>
<i>Reservas e resultados transitados:</i>		
Reserva legal	6.478	6.086
Outras reservas e resultados transitados	22.657	21.836
	<u>29.135</u>	<u>27.922</u>

A reserva de justo valor corresponde às variações acumuladas do valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.4.

34 Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Garantias e avales prestados	82.982	147.364
Garantias e avales recebidos	628.343	516.460
Garantias reais prestadas	1.030	5.106
Garantias reais recebidas	1.050.552	-
Outras garantias prestadas	284	-
Outras garantias recebidas	107.765	4.176
Compromissos assumidos perante terceiros	126.914	62.504
Compromissos assumidos por terceiros	900	5.000
Derivados de negociação – Compra	2.166.388	1.724.331
Derivados de negociação – Venda	(2.166.386)	(1.724.330)
Responsabilidades por prestação de serviços	15.278.958	12.046.602
Serviços prestados por terceiros	5	125
Outras contas extrapatrimoniais	-	59.764
Créditos abatidos ao activo	9.694	10.377
Juros e despesas de crédito vencido anulados	2.027	2.059
<i>Rendas vincendas:</i>		
De contratos sem rendas em atraso	58.754	39.740
De contratos com rendas em atraso	5.011	2.562
<i>Valores residuais:</i>		
De contratos sem rendas em atraso	10.117	4.811
De contratos com rendas em atraso	582	214

Os instrumentos financeiros são registados no balanço quando se tornam exigíveis. Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

35 Activos sobre gestão

Nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei 252/03, de 17 de Outubro, que regula os organismos de investimento colectivo, as Sociedades Gestoras, em conjunto com o banco depositário dos fundos, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo cumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei portuguesa e nos regulamentos de gestão dos fundos administrados. O valor total dos activos geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Navegator – SGFTC, S.A.	13.329.181	10.141.916
Tagus – STC, S.A.	780.000	380.000
	<u>14.109.181</u>	<u>10.521.916</u>

36 Pensões de reforma

Plano de contribuição definida

A partir de 1 de Janeiro de 2007, o Grupo passou a pagar contribuições fixas para o Seguro com uma periodicidade mensal. O montante mensal a pagar de contribuição para o Seguro é calculado com base na remuneração do colaborador em cada período.

A contribuição anual definida ascendeu a Euros 576.000, conforme referido na nota 7. O montante a contribuir previsto para 2008 é de Euros 698.000.

O montante de Euros 654.000 relativo ao diferimento dos Ganhos e perdas actuariais foi reconhecido totalmente em resultados do exercício no momento em que o Grupo procedeu à actualização do plano de benefícios definidos para contribuição definida, conforme referido na nota 22.

Plano de benefícios definidos

Em 31 de Dezembro de 2006, o número de participantes abrangidos por este seguro de complemento de reforma era o seguinte:

	2006
<i>Número de participantes:</i>	
Pessoal no Activo	<u>232</u>

De acordo com a política contabilística descrita em 1.18, a responsabilidade assumida pelo Grupo para o pagamento de pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2006, baseada no cálculo do valor actuarial dos benefícios projectados, é analisada como segue:

	2006 Euros'000
Responsabilidades por benefícios projectados	(3.871)
Cobertura do Seguro de Complemento de Reforma	3.871
(Deficit)/Excesso de cobertura	-
Responsabilidade com serviços futuros	15.052

De acordo com a política contabilística descrita em 1.18, o Grupo registou como custo do exercício o montante de Euros 394.000, o qual pode ser analisado da seguinte forma:

	2006 Euros'000
Custo dos serviços correntes	377
Custo dos juros	130
Rendimento esperado dos Activos	(118)
Outros custos	5
Custo do exercício	394

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actual das responsabilidades por complementos de reforma são os seguintes:

	2006
Método actuarial	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	GRM 95
Tábua de turnover	T-1 Crocker Sarason
Taxa técnica	2,5%
Taxa de crescimento salarial	2,5%
Taxa de desconto	4,2%
Taxa de rendimento do Fundo	4,3%
Taxa de crescimento das Pensões	2,5%

Os principais valores efectivamente verificados no exercício de 2006 não diferem dos pressupostos utilizados no ano anterior à excepção da tábua de mortalidade.

As avaliações actuariais das responsabilidades por complementos de reforma são efectuadas anualmente, sendo as últimas efectuadas com a data de referência de 31 de Dezembro de 2006.

Com base na informação histórica relativa ao plano de Pensões do Grupo, a evolução das responsabilidades e do valor do fundo é analisado como segue:

	2006 Euros'000	2005 Euros'000	2004 Euros'000	2003 Euros'000
Responsabilidades por benefícios projectados	(3.871)	(3.100)	(2.767)	(2.144)
Valor do Fundo	3.871	2.989	2.767	2.513
(Deficit) / Excesso de cobertura	-	(111)	-	369

37 Planos de remuneração com acções

Os detalhes de cada um dos planos atribuídos aos colaboradores do Grupo no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, são apresentados como segue:

Plano I – Restricted Equity Units Plan

Deste plano fazem parte duas componentes: O *Initial Award* de *DB Restricted Equity Units* e um *Exceptional award* adicional de *DB Restricted Equity Units*, que corresponde a 25% do número de *DB Restricted Equity Units* concedidas ao colaborador no *Initial Award*. O *Exceptional Award* é concedido ao colaborador como prémio de permanência (*loyalty premium*).

Numa fase inicial, um prémio de valor determinado é atribuído ao colaborador e convertido em número de acções (*awards*), sendo nessa data comunicado ao colaborador.

A acções atribuídas ao abrigo deste plano, ficam sujeitas a um período de retenção (*Restriction period*) de cerca de 54 meses, cumprido este prazo, as acções são entregues ao colaborador.

	2007 Nº de Acções	2006 Nº de Acções
Em aberto a 1 de Janeiro	34.987	30.880
Total atribuídas no exercício	-	5.932
Liquidadas no exercício	(12.267)	(1.825)
Em aberto a 31 de Dezembro	22.720	34.987

Plano II – DB REU Award

Deste plano fazem parte duas componentes: O *Initial Award*, (*DB REU award*) e um *Exceptional Award* (*DB REU Premium*), que corresponde a 10% do número de *DB REU award* concedidas ao colaborador no *Initial Award*. O *Exceptional Award* é concedido ao colaborador como prémio de permanência (*loyalty premium*).

Numa fase inicial, um prémio de valor determinado é atribuído ao colaborador e convertido em número de acções (*DB REU award*), sendo a sua atribuição, nessa data comunicada ao colaborador.

O *Vesting* das acções atribuídas ao abrigo deste plano, está definido da seguinte forma:

50% do *Initial Award* e do *Exceptional Award* é entregue (*vests*) ao colaborador 24 meses depois da sua atribuição, em Fevereiro, 25% no ano seguinte, e os últimos 25% no 4º ano.

	2007 Nº de Acções	2006 Nº de Acções
Total atribuídas no exercício	4.457	-
Em aberto a 31 de Dezembro	4.457	-

Plano III – DB Equity Plan - Retention

Numa fase inicial (*Award date*) um prémio atribuído ao colaborador é convertido em acções do DB, garantindo-lhe o direito a um determinado número de acções (*Award*), de acordo com as normas do plano. Existe um prazo a cumprir (*Restriction period*) até que as acções sejam entregues ao colaborador (*Vesting date*).

Este Plano *vests* de acordo com as regras do próprio plano, neste caso o prémio inicial é dividido em 3 tranches iguais de 1/3 cada.

	2007 Nº de Acções	2006 Nº de Acções
Em aberto a 1 de Janeiro	4.150	8.301
Liquidadas no exercício	(4.150)	(4.151)
Em aberto a 31 de Dezembro	-	4.150

Plano IV - DB DB Equity Plan - Buy Out –(Admissão)

Este plano não resultou de nenhuma atribuição de bónus, trata-se de um plano específico de compensação pela entrada de um novo colaborador em 2005 (*Buy out*).

Neste plano fica assegurado ao colaborador a entrega em acções do DB, como compensação por perdas a que o colaborador incorreu, por ter abandonado a sua anterior entidade empregadora previamente ao *vesting* de acções que lhe tinham sido “prometidas”.

	2007 Nº de Acções	2006 Nº de Acções
Em aberto a 1 de Janeiro	387	387
Liquidadas no exercício	(387)	-
Em aberto a 31 de Dezembro	-	387

Plano V – Global Share Plan

Em 01 Novembro de 2005, o Grupo no âmbito do programa DB Global Share procedeu à oferta de 10 acções aos seus colaboradores, que em 1 de Novembro de 2005 tinham 1 ano completo de trabalho. As referidas acções ficam retidas por um período de 1 ano. No ano seguinte, na mesma data, os colaboradores recebem as acções e podem escolher se querem vender as acções ou conservá-las em seu nome. O DBP criou um administrador central, uma entidade externa ao Banco, com o objectivo de administrar as referidas acções.

Se durante o ano de retenção, o colaborador não trabalhar o ano completo, recebe apenas um pró-rata das 10 acções. O mesmo acontece se for empregado part-time. Quando o colaborador abandona o DB, durante o período de retenção, perde integralmente o prémio.

Porque este plano é para todos os empregados do Grupo DB AG, quando os empregados são transferidos para um país diferente, durante o período de retenção, o valor a ser suportado por cada entidade legal é também calculado com fórmula pró-rata do total.

Este plano foi atribuído em Novembro de 2007 pela última vez.

	2007	2006
	Nº de Acções	Nº de Acções
Em aberto a 1 de Janeiro	1.674	1.625
Total atribuídas no exercício	2.164	1.674
Liquidadas no exercício	(1.674)	(1.625)
Em aberto a 31 de Dezembro	<u>2.164</u>	<u>1.674</u>

Os custos reconhecidos pelo Banco com os planos de remuneração com acções são analisados como segue:

	2007	2006
	Euros'000	Euros'000
Plano I – Restricted Equity Units Plan e Plano II – DB REU Award	524	498
Plano III – DB Equity Plan – Retention	59	273
Plano IV – DB Equity Plan – Buy out – (Admissão)	9	14
Plano V – Global Share Plan	190	177
	<u>782</u>	<u>962</u>

38 Partes relacionadas

A posição accionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, é a seguinte:

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos		Movimento no exercício de 2007			Preço unitário Euros
				Aquisições	Alienações	Data	
		à data de					
		31-12-07	31-12-06				
Membros do Conselho geral							
Frank Helmut Krings	Acções	-	1	-	1	03.05.2007	5
Andreas Arndt	Acções	-	1	-	1	03.05.2007	5
António Rodriguez-Pina	Acções	-	1	-	1	03.05.2007	5
Fernando Olalla	Acções	-	1	-	1	09.05.2007	5
David Victor Fass	Acções	-	1	-	1	03.05.2007	5
Werner Helmut Steinnmuller	Acções	-	1	-	1	04.05.2007	5
António Linares Rodriguez	Acções	-	1	-	1	03.05.2007	5
Membros da Direcção							
Homero José de Pinho Coutinho		-	-	-	-		
Filipe Crisóstomo Silva		-	-	-	-		
Joaquim António Furtado Baptista		-	-	-	-		
Bernardo Meyrelles do Souto		-	-	-	-		
Gert Spennemann		-	-	-	-		

À data de 31 de Dezembro de 2007, os principais proveitos e custos com partes relacionadas, são analisados como segue:

	Comissões recebidas (inclui SLA) Euros'000	Comissões pagas (inclui SLA) Euros'000	Seguros Euros'000	IT Euros'000	Recursos Humanos Euros'000	Outros Euros'000	Total Euros'000
DWS	638	-	-	-	-	-	638
Xavex	651	-	-	-	-	-	651
Deutsche Bank Luxemburg	76	-	-	-	-	-	76
Deutsche Bank London	5.954	-	-	(153)	-	(196)	5.605
Deutsche Bank Frankfurt	13	(791)	-	(1.684)	(152)	(117)	(2.731)
Deutsche Bank Spain	-	(12)	-	(2.271)	-	(48)	(2.331)
Deutsche Bank Amsterdam	-	-	-	(217)	-	-	(217)
Deutsche Bank Singapore	-	-	-	(44)	-	-	(44)
Deutsche Bank New York	-	-	-	-	-	(36)	(36)
Primelux Insurance, S.A.	-	-	(78)	-	-	-	(78)
	<u>7.332</u>	<u>(803)</u>	<u>(78)</u>	<u>(4.369)</u>	<u>(152)</u>	<u>(397)</u>	<u>1.533</u>

SLA – Service Level Agreement

À data de 31 de Dezembro de 2006, os principais proveitos e custos com partes relacionadas, são analisados como segue:

	Comissões recebidas (inclui SLA) Euros'000	Comissões pagas (inclui SLA) Euros'000	Seguros Euros'000	IT Euros'000	Recursos Humanos Euros'000	Outros Euros'000	Total Euros'000
DWS	550	-	-	-	-	-	550
Deutsche Bank Luxemburg	42	-	-	-	-	-	42
Deutsche Bank London	5.947	-	-	(155)	-	(69)	5.723
Deutsche Bank Frankfurt	3	(533)	-	(1.071)	(113)	(65)	(1.779)
Deutsche Bank Spain	-	(12)	-	(2.097)	-	-	(2.109)
Deutsche Bank Amsterdam	-	-	-	(244)	-	-	(244)
Deutsche Bank Singapore	-	-	-	(90)	-	-	(90)
Deutsche Bank New York	-	-	-	(16)	-	-	(16)
Deutsche Bank Securities Inc	-	-	-	(7)	-	-	(7)
Primelux Insurance, S.A.	-	-	(16)	-	-	-	(16)
	<u>6.542</u>	<u>(545)</u>	<u>(16)</u>	<u>(3.680)</u>	<u>(113)</u>	<u>(134)</u>	<u>2.054</u>

SLA – Service Level Agreement

À data de 31 de Dezembro de 2007, os principais activos e passivos com partes relacionadas, são analisados como segue:

	Disponibilidades em OIC Euros'000	Aplicações em OIC Euros'000	Crédito clientes Euros'000	Outros activos Euros'000	Recursos de OIC Euros'000	Recursos de clientes Euros'000	Passivos subordinados Euros'000	Outros passivos Euros'000	Total Euros'000
DB Frankfurt	5.873	2.956.591	-	1	(1.085.643)	-	(15.155)	-	1.861.667
DB Barcelona	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DB London	1	-	-	-	(135)	-	-	-	(134)
DB Luxemburg	-	-	-	-	-	-	(30.205)	-	(30.205)
DB Broker	-	-	-	-	-	(303)	-	(83)	(386)
DB Real Estate	-	-	-	-	-	(7.821)	-	-	(7.821)
DB Real GMBH	-	-	-	-	-	(35)	-	-	(35)
DB Real Madeira	-	-	-	-	-	(3.233)	-	-	(3.233)
DB Consuffin	-	-	-	-	-	(18.020)	-	-	(18.020)
DB Trust	28	-	-	-	(1)	-	-	-	27
DB Geneva	-	-	-	-	(207)	-	-	-	(207)
Alvenaria Soc. Imobiliária	-	-	16	-	-	(3)	-	-	13
	<u>5.902</u>	<u>2.956.591</u>	<u>16</u>	<u>1</u>	<u>(1.085.986)</u>	<u>(29.415)</u>	<u>(45.360)</u>	<u>(83)</u>	<u>1.801.666</u>

À data de 31 de Dezembro de 2006, os principais activos e passivos com partes relacionadas, são analisados como segue:

	Disponibilidades em OIC Euros'000	Aplicações em OIC Euros'000	Crédito clientes Euros'000	Outros activos Euros'000	Recursos de OIC Euros'000	Recursos de clientes Euros'000	Passivos subordinados Euros'000	Outros passivos Euros'000	Total Euros'000
DB Frankfurt	2.661	3.358.602	-	1	(891.912)	-	(15.120)	-	2.454.232
DB Barcelona	23	-	-	-	-	-	-	-	23
DB London	1	-	-	-	(8.680)	-	-	-	(8.679)
DB Luxemburg	-	-	-	-	-	-	(30.166)	-	(30.166)
DB Broker	-	-	-	-	-	(241)	-	(62)	(303)
DB Real Estate	-	-	-	-	-	(4.031)	-	-	(4.031)
DB Real GMBH	-	-	-	-	-	(1.838)	-	-	(1.838)
DB Real Madeira	-	-	-	-	-	(1.515)	-	-	(1.515)
DB Consuffin	-	-	-	-	-	(7.812)	-	-	(7.812)
DB Trust	-	-	-	-	(1.041)	(1)	-	-	(1.042)
DB Geneva	-	-	-	-	(200)	-	-	-	(200)
Alvenaria Soc. Imobiliária, Lda.	-	-	19	-	-	-	-	-	19
	<u>2.685</u>	<u>3.358.602</u>	<u>19</u>	<u>1</u>	<u>(901.833)</u>	<u>(15.438)</u>	<u>(45.286)</u>	<u>(62)</u>	<u>2.398.688</u>

À data de 31 de Dezembro de 2007, o montante de crédito directo concedido pelo Grupo Deutsche Bank aos Órgãos de Administração ascendia a Euros 1.742.000 (2006: Euros 1.460.000) e o montante de crédito indirecto concedido ascendia a Euros 44.000 (2006: Euros 13.000).

À data de 31 de Dezembro de 2007, o montante de Recursos de clientes associado aos Órgãos de Administração ascendia a Euros 430.000 (2006: 343.000).

39 Empresas subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2007 o grupo de empresas subsidiárias do Grupo, era constituído como segue:

Subsidiária	Sede	Act. Econ.	Capital Euros'000	Activos Euros'000	Passivos Euros'000	Proveitos Euros'000	Res. Líq. Euros'000	%
Navegator	Lisboa	(a)	7.500	14.976	151	1.179	624	100%
Tagus	Lisboa	(b)	250	1.269	185	61	(50)	100%

(a) Gestão de Fundos de Titularização de créditos

(b) Titularização de Créditos

40 Indicadores do Balanço e Demonstração dos resultados consolidados por segmentos de negócio

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho e de Banca de Investimento.

Caracterização dos segmentos

Banca de Retalho

A área denominada por PCAM - Private Clients and Asset Management é responsável por todos os clientes particulares e pequenas empresas assim como pela gestão e fornecimento de produtos de gestão em fundos.

Esta área divide-se em duas, a AWM- Asset and Private Wealth Management com a responsabilidade de fornecer a clientes institucionais (Fundos, seguradoras, etc.) produtos de gestão de activos e o PBC- Private and Business clients, com a responsabilidade de fornecer o leque de produtos de banca tradicional (desde os depósitos à ordem passando por produtos de gestão de activos) a todos os clientes particulares.

Banca de Investimento

A área denominada por CIB - Corporate and Investment Banking é responsável por todos os produtos de capital markets, seja na sua vertente de originação de vendas ou de trading, assim como pelos produtos de crédito a empresas e ainda por todos os produtos de banca transaccional. Os clientes principais são instituições financeiras, sector público, empresas multinacionais, e outras empresas em geral.

Esta área divide-se em termos de produtos em duas grandes áreas, Corporate Banking com a responsabilidade dos produtos de capital markets, e dos produtos de crédito a empresas e Global Transaction Banking responsável pelos produtos de banca transaccional, como seja o cash-management, e todo o negócio de trade, apoio à exportação e importação.

Infraestrutura

A área denominada infraestrutura engloba todas as denominadas áreas operacionais que dão suporte às áreas acima referidas. São por exemplo consideradas como áreas operacionais, a Informática, as Operações, a Tesouraria, o Finance, os Recursos Humanos, o Compliance, Legal,

Gestão de Patrimónios, Tax, departamento de risco de Crédito e departamento Inspeção. No reporte por segmentos esta área está incluída na coluna “Outros”.

Em 31 de Dezembro de 2007, a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Banca de Retalho Euros'000	Banca de Investimento Euros'000	Outros Euros'000	Total Euros'000
Juros e rendimentos similares	35.513	188.278	(2.563)	221.228
Juros e encargos similares	24.574	174.164	3.456	202.194
Margem financeira	10.939	14.114	(6.019)	19.034
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	22	22
Serviços e Comissões e outros resultados de exploração	17.334	13.181	(16.631)	13.884
Resultados em operações financeiras	(963)	(16.650)	36.624	19.011
Custos com o pessoal e outros gastos administrativos	27.880	3.524	6.549	37.953
Amortizações do exercício	(591)	(20)	1.337	726
Total de custos operacionais	27.289	3.504	7.886	38.679
Imparidade e provisões	440	1	(2.151)	(1.710)
Resultado antes de impostos	(419)	7.140	8.261	14.982
Impostos	-	-	(1.843)	(1.843)
Resultado do exercício	(419)	7.140	6.418	13.139

Indicadores de balanço	Banca de Retalho Euros'000	Banca de Investimento Euros'000	Outros Euros'000	Total Euros'000
Caixa e aplicações em instituições de crédito	1.310	3.022.039	24.283	3.047.632
Crédito a clientes	860.145	286.259	4.481	1.150.885
Activos financeiros disponíveis para venda	549	6.014	2.258	8.821
Outros activos	23.693	92.598	(772)	115.519
Total do Activo	885.697	3.406.910	30.250	4.322.857
Depósitos em instituições de crédito	-	968.050	15.338	983.388
Depósitos de clientes	580.010	2.479.933	(456.821)	2.603.122
Outros passivos	9.273	105.960	499.401	614.634
Total do Passivo	589.283	3.553.943	57.918	4.201.144
Total do Capital Próprio	(419)	7.140	114.992	121.713
Total do Passivo e Capital Próprio	588.864	3.561.083	172.910	4.322.857

Em 31 de Dezembro de 2006, a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rentabilidade	Banca de Retalho Euros'000	Banca de Investimento Euros'000	Outros Euros'000	Total Euros'000
Juros e rendimentos similares	21.669	127.310	1.394	150.373
Juros e encargos similares	11.720	121.325	(892)	132.153
Margem financeira	9.949	5.985	2.286	18.220
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	19	19
Serviços e Comissões e outros resultados de exploração	8.108	4.191	(2.938)	9.361
Resultados em operações financeiras	7	1.693	7.312	9.012
Custos com o pessoal e outros gastos administrativos	20.495	4.362	5.054	29.911
Amortizações do exercício	260	28	118	406
Total de custos operacionais	20.755	4.390	5.172	30.317
Imparidade e provisões	(1.830)	90	2.037	297
Resultado antes de impostos	(4.521)	7.569	3.544	6.592
Impostos	-	-	(1.302)	(1.302)
Resultado exercício	(4.521)	7.569	2.242	5.290

Indicadores de balanço	Banca de Retalho Euros'000	Banca de Investimento Euros'000	Outros Euros'000	Total Euros'000
Caixa e aplicações em instituições de crédito	589	3.463.893	12.696	3.477.178
Crédito a clientes	571.782	122.150	16.770	710.702
Activos financeiros disponíveis para venda	-	8.302	2.851	11.153
Outros activos	21.504	247.149	(163.751)	104.902
Total do Activo	593.875	3.841.494	(131.434)	4.303.935
Depósitos em instituições de crédito	-	697.564	(15.076)	682.488
Depósitos de clientes	270.348	3.042.121	(160.722)	3.151.747
Outros passivos	328.049	94.241	(65.409)	356.881
Total do Passivo	598.397	3.833.926	(241.207)	4.191.116
Total do Capital Próprio	(4.522)	7.568	109.773	112.819
Total do Passivo e Capital Próprio	593.875	3.841.494	(131.434)	4.303.935

41 Activos e passivos financeiros - justo valor

As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas de acordo com o custo histórico, mas modificadas pela aplicação do justo valor às rubricas de Activos e passivos financeiros detidos para negociação ou reavaliados ao justo valor através de resultados, Activos disponíveis para venda.

A metodologia utilizada pelo Grupo para o cálculo do justo valor, para cada categoria de activos e passivos financeiros, é descrita como segue:

- Às rubricas à vista, como sejam, Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades e recursos em outras instituições de crédito (à ordem), Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos e restantes elementos activos e passivos do balanço ao custo amortizado foi considerado que o valor contabilístico, devido à natureza de curto prazo destes instrumentos financeiros, um justo valor razoável a atribuir aos mesmos.
- Em relação aos Activos financeiros disponíveis para venda, a aplicação do justo valor tem por base o preço de mercado quando disponível. Para Activos Financeiros não cotados, o Grupo excepcionalmente utiliza o custo de aquisição.
- Os passivos subordinados são avaliados através de modelos de *discount cash flow* com a utilização de curvas de mercado no que respeita ao risco de taxa de juro.
- Por fim, no Crédito a clientes e instituições de crédito, Recursos de clientes e de instituições de crédito e Activos ou passivos detidos para negociação ou ao justo valor através de resultados, foram utilizados modelos de "Pricing" baseados no "Net Present Value", dos cash outflows e inflows futuros esperados, os quais têm em conta as condições de mercado para os instrumentos em causa, o "Time Value" (taxa de desconto), a "Yield Curve" e ainda factores de volatilidade.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Grupo contabilizados ao custo amortizado e ao justo valor é analisada como segue:

2007				
Negociação	Disponíveis	Custo	Valor	Justo
Euros '000	para venda	amortizado	contabilístico	valor
Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Activos financeiros:</i>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	79.771	79.771	79.771
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	11.270	11.270	11.270
Aplicações em instituições de crédito	-	2.956.591	2.956.591	2.970.329
Crédito a clientes	-	1.150.885	1.150.885	1.151.680
Activos financeiros detidos para negociação	75.583	-	75.583	75.583
Activos financeiros disponíveis para venda	-	8.821	8.821	8.821
75.583	8.821	4.198.517	4.282.920	4.297.454
<i>Passivos financeiros:</i>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	983.388	983.388	991.628
Recursos de clientes	-	2.603.122	2.603.122	2.608.233
Passivos financeiros detidos para negociação	99.057	-	99.057	99.057
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	419.398	-	419.398	419.398
Passivos subordinados	-	45.360	45.360	45.648
518.455	-	3.631.870	4.150.325	4.163.964

2006					
	Negociação	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Activos financeiros:</i>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	102.262	102.262	102.262
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	6.915	6.915	6.915
Aplicações em instituições de crédito	-	-	3.368.001	3.368.001	3.375.477
Crédito a clientes	-	-	710.702	710.702	711.858
Activos financeiros detidos para negociação	57.746	-	-	57.746	57.746
Activos financeiros disponíveis para venda	-	11.153	-	11.153	11.153
	<u>57.746</u>	<u>11.153</u>	<u>4.187.880</u>	<u>4.256.779</u>	<u>4.265.411</u>
<i>Passivos financeiros:</i>					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	682.488	682.488	686.523
Recursos de clientes	-	-	3.151.747	3.151.747	3.354.116
Passivos financeiros detidos para negociação	63.969	-	-	63.969	63.969
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	202.244	-	-	202.244	202.244
Passivos subordinados	-	-	45.286	45.286	45.286
	<u>266.213</u>	<u>-</u>	<u>3.879.521</u>	<u>4.145.734</u>	<u>4.352.138</u>

42 Gestão de risco

A gestão integrada dos riscos - Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional e outros - constitui um dos vectores primordiais de suporte a uma estratégia de crescimento sustentada e à manutenção de uma adequada relação entre o nível de fundos próprios e a actividade desenvolvida, assim como uma correcta avaliação do perfil de risco/retorno das diferentes linhas de negócio.

De forma a garantir uma gestão eficiente dos riscos e a universalidade de práticas, o Grupo Deutsche Bank instituiu um modelo transversal de gestão de risco, tendo concentrado o risco de crédito (CRM) e de mercado em áreas de gestão específica com segregação total entre as funções de originação das de gestão e controle de risco.

Compete ao Executive Board do Deutsche Bank AG com o apoio do Market Risk Management a definição da política de risco, incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser adoptadas na gestão dos riscos, assim como a aprovação dos limites globais pelos vários tipos de risco.

Compete à Administração executiva do Deutsche Bank Portugal, garantir a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de risco que permitam a implementação dos limites aprovados, assim como uma visão consolidada dos riscos e uma análise individual por linha de negócio e/ou empresa participada.

Os vários tipos de risco

Os riscos de crédito, de mercado e operacional são os riscos mais significativos em que o Deutsche Bank Portugal incorre.

Risco de Crédito

O risco de crédito reflecte o grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador de um empréstimo (e seu garante, se existir), quer do emitente de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Para além da quantificação dos riscos do balanço, a avaliação regular das exposições fora de balanço, montantes não utilizados e outro tipo de instrumentos enquadra-se num conjunto de controlos que visa uma maior eficácia no modelo de gestão do risco de crédito.

A existência de um único sistema de notação de risco para as empresas, constitui um dos factos de maior relevância, em matéria de risco de crédito. Este modelo traduz a probabilidade de incumprimento esperada, acomodando os resultados dos diferentes sistemas de monitorização do crédito, imparidade, sinais de alerta, crédito vencido, entre outros.

Entre outros realça-se ainda o modelo de scoring para os particulares assim como o sistema de gestão de colaterais. Ao nível da gestão de colaterais registou-se um reforço do alinhamento da gestão informática dos colaterais com as exigências regulamentares, nomeadamente, ao nível da elegibilidade dos instrumentos de mitigação e da respectiva associação as operações e crédito.

Em 2007 e tendo em vista o aperfeiçoamento das métricas utilizadas para a quantificação do risco de crédito, iniciou-se o desenvolvimento de um modelo de Homogéneos Portfólio, de acordo com os requisitos do Pilar II de Basileia II. Trata-se de um modelo actuarial, baseado no facto de um suficientemente grande número dos riscos individuais terem uma baixa probabilidade de ocorrência, que permite, a partir das exposições e características específicas da carteira de crédito obter a distribuição de probabilidade das perdas totais.

Risco de Mercado

O conceito de riscos de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada em resultado de alterações adversas de taxas (de juro e de câmbio), de preços de acções, obrigações.

Na quantificação dos riscos incorridos, que se pretende sistemática e completa, várias métricas tem vindo a ser progressivamente desenvolvidas e implementadas. Na carteira de negociação, desenvolveram-se métricas baseadas numa medida de risco que inclui um modelo de "Value at Risk -VaR".

A monitorização dos riscos de mercado, nas carteiras de negociação e bancária, é efectuada através de um conjunto alargado de actividades que envolvem o acompanhamento diário das carteiras, exercício de backtesting, validação complementar dos modelos e pressupostos utilizados, controlos de operações caracterizadas nos sistemas e a atribuição de limites prudenciais sustentados nos fundos próprios do Grupo.

O Deutsche Bank Portugal utiliza também um conjunto de cenários de "stress", de mercado, históricos e customizados, para simular a perda económica potencial decorrente de variações extremas nos factores de risco de mercado, identificar situações não capturadas pelo modelo de VaR, identificar maiores sensibilidades e limitar exposições consideradas excessivas.

A principal medida utilizada pelo Grupo na avaliação dos riscos de mercado é o VaR. O cálculo do VaR é efectuado com base na aproximação analítica, sendo calculado considerando um horizonte temporal de dez dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%. É apurado valor de VaR em termos consolidados considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

De forma a assegurar que o modelo de VaR adoptado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de back-testing, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados.

O processo de cálculo do VAR é efectuado centralmente (DB Frankfurt) para todas as empresas participadas do Grupo DB com actividades nas áreas de mercado, através de um software desenvolvido por entidade externa, permitindo assim a todos os Países com risco de taxa de juro o acesso on-line aos valores de risco das respectivas carteiras.

O VAR é utilizado como medida de avaliação dos riscos incorridos pelas áreas de negociação e de cobertura, conforme decidido no âmbito do ALCO.

As posições são maioritariamente assumidas em instrumentos de taxa de juro, assumindo que o risco cambial e o de participações financeiras apresentam valores inexpressivos.

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2007, por moeda, é analisado como segue:

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	Outros	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79.771	-	-	-	-	-	79.771
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10.899	170	11	104	-	86	11.270
Aplicações em instituições de crédito	2.484.399	459.734	9.087	909	68	2.394	2.956.591
Crédito a clientes	1.149.913	968	2	-	-	2	1.150.885
Activos financeiros detidos para negociação	75.583	-	-	-	-	-	75.583
Activos financeiros disponíveis para venda	8.821	-	-	-	-	-	8.821
Outros activos tangíveis	6.074	-	-	-	-	-	6.074
Activos intangíveis	37	-	-	-	-	-	37
Activos por impostos correntes	2.057	-	-	-	-	-	2.057
Activos por impostos diferidos	1.220	-	-	-	-	-	1.220
Outros activos	29.118	800	(31)	266	2	393	30.548
	<u>3.847.892</u>	<u>461.672</u>	<u>9.069</u>	<u>1.279</u>	<u>70</u>	<u>2.875</u>	<u>4.322.857</u>
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	981.499	9	1.444	-	1	435	983.388
Recursos de clientes	2.132.735	460.187	6.869	943	1	2.387	2.603.122
Passivos financeiros detidos para negociação	99.054	3	-	-	-	-	99.057
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	419.398	-	-	-	-	-	419.398
Provisões	2.667	6	-	-	-	-	2.673
Passivos subordinados	45.360	-	-	-	-	-	45.360
Passivos por impostos correntes	1.621	-	-	-	-	-	1.621
Passivos por impostos diferidos	713	-	-	-	-	-	713
Outros passivos	45.517	31	-	264	-	-	45.812
	<u>3.728.564</u>	<u>460.236</u>	<u>8.313</u>	<u>1.207</u>	<u>2</u>	<u>2.822</u>	<u>4.201.144</u>

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2006, por moeda, é analisado como segue:

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	Outros	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	102.262	-	-	-	-	-	102.262
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.150	77	546	125	1	16	6.915
Aplicações em instituições de crédito	2.910.299	431.869	5.185	12.206	69	8.373	3.368.001
Crédito a clientes	707.122	1.708	1.862	8	-	2	710.702
Activos financeiros detidos para negociação	57.746	-	-	-	-	-	57.746
Activos financeiros disponíveis para venda	11.153	-	-	-	-	-	11.153
Propriedades de investimento	2.266	-	-	-	-	-	2.266
Outros activos tangíveis	30	-	-	-	-	-	30
Activos intangíveis	2.223	-	-	-	-	-	2.223
Activos por impostos correntes	1.578	-	-	-	-	-	1.578
Activos por impostos diferidos	2.280	-	-	-	-	-	2.280
Outros activos	38.072	800	-	(93)	-	-	38.779
	<u>3.841.181</u>	<u>434.454</u>	<u>7.593</u>	<u>12.246</u>	<u>70</u>	<u>8.391</u>	<u>4.303.935</u>
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	681.353	1.063	66	-	-	6	682.488
Recursos de clientes	2.691.085	433.001	7.088	12.236	-	8.337	3.151.747
Passivos financeiros detidos para negociação	63.969	-	-	-	-	-	63.969
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	202.244	-	-	-	-	-	202.244
Provisões	7.455	7	-	-	-	-	7.462
Passivos subordinados	45.286	-	-	-	-	-	45.286
Passivos por impostos correntes	9	-	-	-	-	-	9
Passivos por impostos diferidos	1.044	-	-	-	-	-	1.044
Outros passivos	36.523	331	4	9	-	-	36.867
	<u>3.728.968</u>	<u>434.402</u>	<u>7.158</u>	<u>12.245</u>	<u>-</u>	<u>8.343</u>	<u>4.191.116</u>

Risco de Liquidez

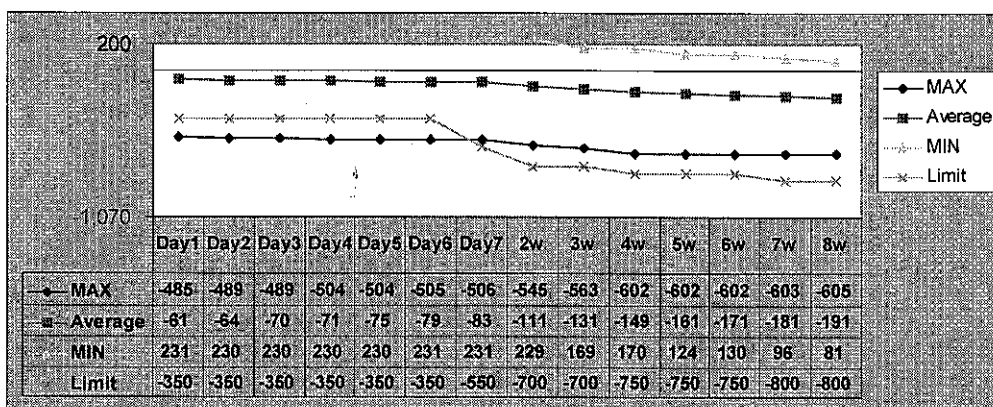
O risco de liquidez reflecte a possibilidade de se incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda de activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado) para suprir necessidades de fundos decorrentes das obrigações a que o Banco se encontra sujeito.

A gestão da posição de liquidez do Deutsche Bank Portugal é efectuada de uma forma centralizada (Deutsche Bank Frankfurt) para as principais moedas de exposição. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez, totalmente, geridos por via de operações concretizadas com o Deutsche Bank Frankfurt.

A política de financiamento das empresas do Grupo Deutsche Bank encontra-se definida ao nível de um regulamento interno que estabelece um conjunto de regras a respeitar em termos de gaps máximos de liquidez por intervalo de tempo, visando garantir que a estrutura de financiamento das mesmas se encontra, em base individual, adequada as características da respectiva carteira de activos.

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é efectuada utilizando indicadores regulamentares definidos pela Autoridade de Supervisão, assim como por via de outras métricas internas para as quais se encontram, igualmente, definidos limites de exposição. A evolução da situação de liquidez do Grupo, é efectuada diariamente, avaliando as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projecções de cash-flows para todos os períodos até 56 dias.

Estes valores são reportadas diariamente as áreas responsáveis pela gestão da posição de liquidez e confrontados com os limites de exposição em vigor, conforme quadro abaixo.



A gestão da liquidez é coordenada ao nível consolidado pelo Group Treasurer (DB AG), cabendo-lhes ainda a coordenação, ao nível de cada País, das diferentes unidades de gestão de liquidez. É também o Group Treasurer que coordena as entidades do Grupo no esforço contínuo de acesso ao mercado, via relacionamento com financiadores, diversificação de passivos e venda de activos e que assegura a conformidade das duas ferramentas principais de gestão da liquidez a nível estrutural o Plano de Liquidez e o Plano de Contingência de Liquidez.

Risco Operacional

Por risco operacional entende-se as perdas potenciais resultantes de falhas ou inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas ou ainda, de eventos externos.

O Deutsche Bank Portugal tem adoptado, desde sempre, princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente, através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações, os limites de exposição, os códigos deontológicos e de conduta os indicadores chave, os controlos ao nível informático os planos de contingência, os acessos físicos e lógicos, as actividades de reconciliação, os relatórios de excepção e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

Sem prejuízo da responsabilização de toda a estrutura na gestão do risco operacional, o DB Portugal possui um departamento dedicado em exclusividade à gestão deste risco em conformidade com as recomendações do Banco de Portugal e com as práticas consagradas na Secção 404 do Sarbanes-Oxley Act.

43 Solvabilidade

Fundos Próprios

O Deutsche Bank calcula os seus Fundos Próprios de acordo com os requisitos definidos pelo Banco de Portugal, nomeadamente no Aviso 12/92.

Em Dezembro de 2006, o valor de Fundos Próprios Elegíveis totalizava 145,8 milhões de euros, dos quais 109,6 respeitam a Tier I (de Base) e 45,5 milhões de euros a Tier II (Complementares). Em termos de deduções, o Grupo apresenta um valor na ordem dos 9,3 milhões de euros.

Em 1 de Janeiro de 2006, o Grupo adoptou as NCA/NIC e optou por não diferir os impactos daí decorrentes conforme o regime previsto no nº 10 do Aviso 2/2005, incorporando os mesmos em resultados transitados.

Em Dezembro de 2007, o valor de Fundos Próprios Elegíveis totalizava 140,7 milhões de euros, dos quais 108,5 respeitam a Tier I (de Base) e 39 milhões de euros a Tier II (Complementares). Em termos de deduções, o Grupo apresenta um valor na ordem dos 6,8 milhões de euros. O quadro seguinte sintetiza a evolução dos Fundos Próprios do Grupo no final dos exercícios de 2006 e 2007:

Fundos Próprios	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Tier I		
Capital	79.620	79.620
Reservas	16.922	16.608
Resultados Transitados	11.967	13.389
	<u>108.509</u>	<u>109.617</u>
Tier II		
Reservas de reavaliação positivas excluindo as que estão associadas a diferenças cambiais	-	32
45% dos ganhos não realizados em propriedades de investimento	-	421
Empréstimos subordinados	39.000	45.000
	<u>39.000</u>	<u>45.453</u>
Deduções	(6.797)	(9.250)
Total	140.712	145.820

O Tier II apresentava uma evolução negativa, pelo facto de um dos Empréstimos Subordinados ter atingido em 2007 o prazo de cinco anos, a partir do qual apresenta uma dedução de 20% ao ano, conforme a carta circular 29/97 DSB de 17-12-1997 do Banco de Portugal. Por outro lado, e ao nível das deduções, verificamos uma ligeira variação devido a um incremento na imparidade na ordem dos 1,5 milhões de euros.

Rácio Banco de Portugal

O Deutsche Bank calcula o Ratio de Solvabilidade ponderando os seus elementos activos e extrapatrimoniais de acordo com os requisitos previstos nos Avisos 1/93 e 07/96 do Banco de Portugal. O quadro seguinte sintetiza a evolução do Rácio da Instituição no final dos exercícios de 2006 e 2007:

Rácio de Solvabilidade	2007	2006	Variação %
	Euros '000	Euros '000	
Ratio	9,8%	11,0%	-10,5%
Tier I	7,1%	7,6%	-6,3%
Tier II	2,7%	3,4%	-21,3%
Total de requisitos de Fundos Próprios (Av. 1/93)	110.101	105.871	4,0%
Total de requisitos de Risco Operacional (Av.9/07)	4,628	-	100,0%
Total de activos e elementos extrapatrimoniais ponderados	1.376.263	1.323.387	4,0%

Em Dezembro de 2006, o Banco apresentava um Rácio de 11%, o qual registou um decréscimo de 10,5% no final Dezembro de 2007. Se por um lado, houve um aumento dos activos ponderados, houve também por outro um incremento dos requisitos de Fundos Próprios por via da implementação do Risco Operacional, decorrente do disposto no Aviso 09/2007 do Banco de Portugal. Neste âmbito, a Instituição optou pelo Método do Indicador Básico (BIA). Adicionalmente, e em termos de Risco de Crédito, a opção foi pelo Método Padrão, a entrar em vigor apenas no início de 2008.

44 Eventos subsequentes

A 4 de Março de 2008, o Grupo Deutsche Bank anunciou a nomeação de Filipe Quintin Crisóstomo Silva como o novo Presidente do Conselho Administrativo Executivo para Portugal, sucedendo assim a Homero José de Pinho Coutinho que cessa ao fim de nove anos as funções que desempenhava no Grupo.

Filipe Quintin Crisóstomo Silva ingressou no Deutsche Bank em 1999 e tem desempenhado as funções de responsável pela área de *Corporate Investment Banking* e membro do Conselho de Administração Executivo.

Deutsche Bank (Portugal), S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Com a respectiva Certificação Legal das Contas)

15 de Maio de 2008

Este relatório contém 77 páginas



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Deutsche Bank (Portugal), S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 4.338.867 milhares de Euros e um total de capital próprio de 115.603 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 11.850 milhares de Euros), as Demonstrações dos Resultados, dos Fluxos de Caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA"), que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;

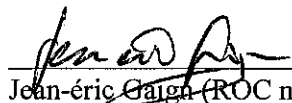
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Deutsche Bank (Portugal), S.A.**, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 15 de Maio de 2008

KPMG & Associados - SROC, S.A.
representada por


Jean-éric Gaigne (ROC nº 1013)

Deutsche Bank (Portugal), S.A.

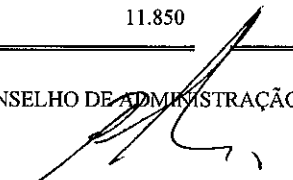
Demonstração dos Resultados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006


	Notas	2007	2006
(Milhares de Euros)			
Juros e rendimentos similares	2	221.228	150.373
Juros e encargos similares	2	202.294	132.153
Margem financeira	2	18.934	18.220
Rendimentos de instrumentos de capital	3	522	604
Rendimentos de serviços e comissões	4	13.540	12.572
Encargos com serviços e comissões	4	2.317	3.638
Resultados de serviços e comissões	4	11.223	8.934
Resultados em operações financeiras	5	19.011	9.012
Outros resultados de exploração	6	1.768	(537)
Total de proveitos operacionais		51.458	36.233
Custos com pessoal	7	20.358	15.630
Gastos gerais administrativos	8	17.420	14.128
Amortizações do exercício	9	708	388
Total de custos operacionais		38.486	30.146
		12.972	6.087
Provisões para crédito	10	2.733	2.259
Imparidade de outros activos	11	-	186
Outras provisões	12	(2.790)	(143)
Resultado operacional		13.029	3.785
Resultado antes de impostos		13.029	3.785
Impostos			
Correntes	13	828	38
Diferidos	13	351	386
Resultado após impostos		11.850	3.361
Resultado do exercício		11.850	3.361

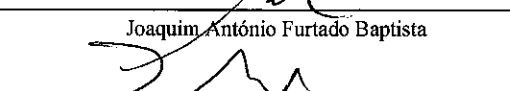
O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS


Manuela Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO


Filipe Quintin Crisóstomo Silva


Joaquim António Furtado Baptista


Bernardo Luis de Lima Mascarenhas Meyrelles do Souto

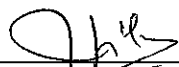
Deutsche Bank (Portugal), S.A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

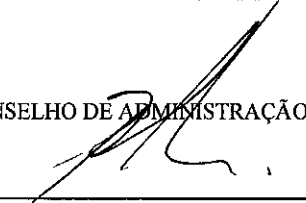
	Notas	2007	2006
<i>Activo</i>		(Milhares de Euros)	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14	79.771	102.262
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	11.270	6.915
Aplicações em instituições de crédito	16	2.956.591	3.368.001
Crédito a clientes	17	1.151.109	710.874
Activos financeiros detidos para negociação	18	75.583	57.746
Activos financeiros disponíveis para venda	18	8.821	11.153
Propriedades de investimento		-	2.223
Outros activos tangíveis	19	6.074	2.266
Activos intangíveis	20	34	9
Investimentos em filiais e associadas	21	14.752	12.248
Activos por impostos correntes		2.044	1.578
Activos por impostos diferidos	22	3.006	3.628
Outros activos	23	29.812	38.559
Total do Activo		4.338.867	4.317.462
<i>Passivo</i>			
Recursos de outras instituições de crédito	24	984.610	695.106
Recursos de clientes	25	2.617.393	3.152.651
Passivos financeiros detidos para negociação	26	99.057	63.969
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	27	419.398	202.244
Provisões	28	9.635	12.719
Passivos subordinados	29	45.360	45.286
Passivos por impostos correntes		753	-
Passivos por impostos diferidos	22	713	1.044
Outros passivos	30	46.345	36.445
Total do Passivo		4.223.264	4.209.464
<i>Capital Próprio</i>			
Capital	31	79.620	79.620
Reserva de justo valor	33	(181)	(13)
Outras reservas e resultados transitados	32 e 33	24.314	25.030
Resultado do exercício		11.850	3.361
Total do Capital Próprio		115.603	107.998
		4.338.867	4.317.462

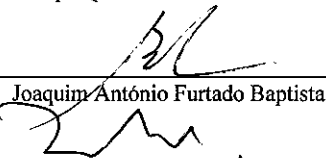
Contas extrapatrimoniais (Nota 34)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS


Manuela Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO


Filipe Quintin Crisóstomo Silva


Joaquim António Furtado Baptista

Bernardo Luis de Lima Mascarenhas Meyrelles do Souto

Modelo III

Período:

31-12-2007

Instituição: DEUTSCHE BANK PORTUGAL S.A.
 Rua Castilho, nº20 1250-069 Lisboa
 Conservatória Registo Comercial Lisboa - Matricula n. 1383
 Capital Social - EUR - 79.619.730
 Contribuinte N° 502349620

Balanço em base individual (NCA)

€

Rubricas de Ingresso 23/2004 (referências indicativas)	Notas Quadros anexos	Ano 2007			Ano anterior
		Valor antes de provisões imparidade e amortização	Provisões imparidade amortização	Valor líquido	
10 + 3300	Activo				
11 + 3301	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79,771,329.72		79,771,329.72	102,262,134.44
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 16 + 191 (1) - 3713 (1)	Disponibilidades em outras instituições de crédito	11,269,525.32		11,269,525.32	6,915,392.39
162 (1) + 1648 (1) + 158 (1) + 17 + 191 (1) - 3713 (1)	Activos financeiros detidos para negociação	75,582,714.87		75,582,714.87	57,745,626.00
153 + 1548 (1) + 158 (1) + 18 + 192 + 34888 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 53888(1) - 3713 (1)	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 3303 + 3310 (1) + 34018 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 5300 - 53028 (1) - 3710	Activos financeiros disponíveis para venda	8,693,564.29		8,693,564.29	10,944,441.59
14 + 151 + 1540 + 158 (1) + 190 + 3304 + 3305 + 3310 (1) + 34008 + 340108 + 34880 - 3518 - 35211 - 35221 - 3531 - 370 - 3711 - 3712 - 5210 (1) - 53018 - 530208 - 53880	Aplicações em instituições de crédito	2,956,591,164.47		2,956,591,164.47	3,368,000,842.39
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 3713 (1) - 5210 (1) - 53028 (1) - 5303	Crédito a clientes	1,165,815,461.51	14,578,717.26	1,151,236,744.25	711,082,886.33
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408(1) - 354 - 3523 - 3713 (1) - 5210 (1) - 5308	Investimentos detidos até à maturidade				
21	Activos com acordo de recompra				
25 - 3580 - 3713 (1)	Derivados de cobertura				
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Activos não correntes detidos para venda				
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento				2,222,614.48
29 - 3582 - 3583 - 361	Outros activos tangíveis	13,111,760.29	7,037,847.51	6,073,912.78	2,265,892.75
24 - 357 - 3713 (1)	Activos intangíveis	8,276,690.45	8,242,979.58	33,710.87	8,906.32
300	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14,752,000.00		14,752,000.00	12,248,000.00
301	Activos por impostos correntes	2,044,131.44		2,044,131.44	1,578,135.30
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408(1) + 348 (1) - 3584 - 3525 - 371 (1) + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1)(3)	Activos por impostos diferidos	3,005,704.34		3,005,704.34	3,627,349.52
	Outros activos	31,208,329.29	1,395,592.17	29,812,737.12	38,560,171.13
	Total do Activo	4,370,722,375.39	31,255,136.52	4,339,467,238.87	4,517,482,364.64

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor

Modelo III

Período: 2007-12-31

Instituição: DEUTSCHE BANK PORTUGAL S.A.

Rua Castilho, nº20 1250-069 Lisboa

Conservatória Registo Comercial Lisboa - Matricula n. 1383

Capital Social - EUR - 79.619.730

Contribuinte N° 502349620

Balanco em base individual (NCA)

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)		Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior
38 - 3311(1) - 3410 + 5200 + 5211(1) + 5318(1)	Passivo			
43(1)	Recursos de bancos centrais			
43(1)	Passivos financeiros detidos para negociação		99,058,801.54	63,968,657.00
39 - 3311(1) - 3411 + 5201 + 5211(1) + 5318(1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		419,398,322.20	202,243,721.29
40 + 41 - 3311(1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211(1) + 5310 + 5311	Recursos de outras instituições de crédito		984,609,807.15	695,105,874.10
42 - 3311(1) - 3414 + 5204 + 5211(1) + 5312	Recursos de clientes e outros empréstimos		2,617,392,668.48	3,152,651,036.35
46 - 3311(1) - 3415 + 5205 + 5211(1) + 5313	Responsabilidades representadas por títulos			
44	Passivos financeiros associados a activos transferidos			
45	Derivados de cobertura			
47	Passivos não correntes detidos para venda			
490	Provisões		9,635,392.73	12,719,115.27
491	Passivos por impostos correntes		753,468.16	
481 +/- 489(1) - 3311(1) - 3416(1) + 5206(1) + 5211(1) + 5314(1)	Passivos por impostos diferidos		713,076.51	1,043,931.21
480 + 488 +/- 489(1) - 3311(1) - 3416(1) + 5206(1) + 5211(1) + 5314(1)	Instrumentos representativos de capital			
51 - 3311(1) - 3417 - 3418 + 50(1)(2) + 5207 + 5208 + 5211(1) + 528 + 538 - 5388 + 5318(1) + 54(1)(3)	Outros passivos subordinados		45,359,579.54	45,285,803.72
	Outros passivos		48,345,291.67	36,446,457.40
	Total de Passivo		4,223,254,198.18	4,209,464,696.34
55	Capital			
602	Capital		79,619,730.00	79,619,730.00
57	Prémios de emissão			
- 55	Outros instrumentos de capital			
58 + 59	Ações próprias			
60 - 602 + 61	Reservas de reavaliação		-180,648.63	-13,204.88
	Outras reservas e resultados transitados		24,314,337.97	25,030,295.84
- 63	Resultado do exercício		11,849,622.35	3,360,977.39
	(Dividendos antecipados)			
	Total de Capital		115,603,041.69	107,987,798.35
	Total de Passivo + Capital		4,338,857,239.87	4,317,452,394.69

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

Modelo IV

Instituição: DEUTSCHE BANK PORTUGAL S.A.
 Rua Castilho, n.º 20 1250-069 Lisboa
 Conservatória do Registo Comercial Lisboa - Matricula n. 1383
 Capital Social - EUR - 79.619.730
 Contribuinte N.º 502349620

Período: 2007-12-31

Demonstração de Resultados em base individual (NCA)

€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas Quadros anexos	Ano 2007	Ano anterior
79+80+8120 56+67+6820	Juros e rendimentos similares Juros e encargos similares	221,227,628.00 202,283,539.29	150,372,385.35 132,151,300.41
82	Margem financeira	18,634,089.71	18,221,064.94
81-8120 66-6820	Rendimentos de instrumentos de capital Rendimentos de serviços e comissões Encargos com serviços e comissões	22,015.00 13,539,864.03 -2,317,372.42	18,594.00 12,571,447.77 -3,637,892.98
-692-693-695(1)-698(1)-699-69900-69910 +832+833+835(1)-836(1)+838+83900+83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	19,084,064.70	9,006,125.41
-694+834 -690+830	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda Resultados de reavaliação cambial	-52,580.16	-71,209.17
-691-697-699(1)-725(1)-726(1)+831+ 837+839(1)+843(1)+844(1)	Resultados de alienação de outros activos	500,000.00	585,000.00
-695(1)-696(1)-69901-69911-75-720- 721-722-723-725(1)-726(1)-728+835(1)+ 836(1)+83901+83911+840+843(1)+844(1)+848	Outros resultados de exploração	2,607,139.64	-172,934.25
70	Produto financeiro	62,287,242.50	36,598,111.34
71	Custos com pessoal	20,357,794.73	15,629,630.95
77	Gastos gerais administrativos	17,420,611.95	14,128,154.63
781+783+784+785+786+788-881- 883-884-885-886-888	Amortizações do Exercício Provisões líquidas de reposições e anulações	707,757.54 -1,082,242.19	388,462.14 366,613.16
78000 + 78001+78010+78011+7820+ 7821+7822-88000-88001-88010- 88011-8820-8821-8822	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores(líquidas de reposições e anulações)	1,844,064.97	2,097,067.34
760+7620+7616+76211+76221+ 7623+7624+7625+7630+7641+765+ 766+78002(1)+78012(1)+7823+7828 (1)-870-8720-8718-87211-87221- 8723-8724-8726-8730-8741-875- 876-88002(1)-88012(1)-8823-8828 (1)	Imparidade do outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+ 7828(1)-877-878-88002(1)-88012 (1)-8828(1)	Imparidade do outros activos líquida de reversões e recuperações	20,466.98	201,000.00
65	Resultado antes de impostos	13,028,788.54	3,788,183.12
74-86	Impostos		
	Correntes	827,984.85	37,855.42
	Diferidos	351,161.34	288,350.31
-72600-7280+8480+84400	Resultado após impostos	1,849,622.35	3,360,877.39
(1)-Parte aplicável do saldo desta rubrica	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		0.00

Deutsche Bank (Portugal), S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	2007	2006
	(Milhares de Euros)	
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	214.763	180.498
Comissões recebidas	13.515	12.894
Pagamento de juros	(199.421)	(160.438)
Pagamento de comissões	(6.234)	(3.638)
Recuperação de créditos e juros	838	363
Pagamentos a empregados e fornecedores	(37.092)	(27.521)
Outros pagamentos e recebimentos	29.810	29.015
	<u>16.179</u>	<u>31.173</u>
Aumento / (diminuição) de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito	439.111	91.019
Créditos sobre clientes	(437.645)	(82.170)
Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais		
Débitos para com instituições de crédito	288.631	151.593
Débitos para com clientes	(536.230)	(418.225)
	<u>(246.133)</u>	<u>(257.783)</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	<u>(1.776)</u>	<u>(61)</u>
	<u>(231.730)</u>	<u>(226.671)</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	522	604
(Compra) / venda de activos detidos para negociação	(17.837)	35.970
(Compra) / venda de activos disponíveis para venda	2.103	20.478
(Aquisição) / cedência de investimentos em subsidiárias e associadas	(2.504)	(226)
Propriedades de investimento	-	525
Aquisições de imobilizações	(4.326)	(1.460)
Alienações de imobilizações	787	-
Aumento / (diminuição) em outras contas de activo	8.571	(19.609)
	<u>(12.684)</u>	<u>36.282</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
(Compra) / venda de passivos detidos para negociação	35.088	(25.754)
(Compra) / venda de passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	217.154	202.244
Dividendos pagos	(2.857)	-
	<u>249.385</u>	<u>176.490</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	<u>4.971</u>	<u>(13.899)</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	<u>8.265</u>	<u>22.164</u>
Caixa e equivalentes no fim do exercício	<u><u>13.236</u></u>	<u><u>8.265</u></u>
Caixa (nota 14)	1.966	1.350
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 15)	11.270	6.915

Deutsche Bank (Portugal), S.A.

Mapa de Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total do capital próprio	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Reserva de justo valor	Resultados transitados	Resultado Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	104.813	79.620	5.724	10.147	163	4.494	4.665
Reserva legal	-	-	152	-	-	-	(152)
Outras reservas	-	-	-	76	-	-	(76)
Reserva de justo valor	(176)	-	-	-	(176)	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	-	4.437	(4.437)
Resultado líquido do exercício	3.361	-	-	-	-	-	3.361
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	<u>107.998</u>	<u>79.620</u>	<u>5.876</u>	<u>10.223</u>	<u>(13)</u>	<u>8.931</u>	<u>3.361</u>
Reserva legal	-	-	336	-	-	-	(336)
Outras reservas	(1.220)	-	-	168	-	(1.220)	(168)
Reserva de justo valor	(168)	-	-	-	(168)	-	-
Dividendos	(2.857)	-	-	-	-	-	(2.857)
Resultado líquido do exercício	11.850	-	-	-	-	-	11.850
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	<u>115.603</u>	<u>79.620</u>	<u>6.212</u>	<u>10.391</u>	<u>(181)</u>	<u>7.711</u>	<u>11.850</u>

Deutsche Bank (Portugal), S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2007 e 2006

1 Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

O Deutsche Bank (Portugal), S.A. ("Banco") é um Banco de capitais privados, constituído em 2 de Julho de 1990.

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos bancos de acordo com a legislação em vigor, tendo-se especializado designadamente em operações nos mercados de títulos, operações nos mercados monetários, serviços especializados de consultoria e operações de crédito e de locação financeira. Indirectamente, através das suas subsidiárias Navegador – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito, S.A. e Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., o Banco efectua operações de gestão de fundos de titularização de créditos.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo do Banco no dia 23 de Abril de 2008. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que tem como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA").

As NCA incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") e pelos respectivos órgãos antecessores com excepção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime; ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19; e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, o Banco adoptou o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações bem como a IAS 1 (alterada) Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Banco. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, o Banco adoptou ainda em 2007 o IFRIC 8 Âmbito da aplicação do IFRS2, o IFRIC 9 Reavaliação dos derivados embutidos e o IFRIC 10 Reporte financeiro interino e imparidade. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras do Banco.

As demonstrações financeiras do Banco, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foram preparadas em conformidade com as NCA emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras anuais de acordo com as NCA requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 1.22.

1.2 Crédito sobre clientes

A rubrica crédito sobre clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Banco expiram; ou (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito sobre clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.1, o Banco aplica nas suas contas individuais as NCA pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Banco nos exercícios anteriores, como segue:

(i) Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos incluindo os créditos vincendos associados, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada

periodicamente pelo Banco, tomando em consideração a existência de garantias e o período de incumprimento e actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99, de 15 de Janeiro e n.º 8/03 de 8 de Fevereiro.

(ii) Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída com base no disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99, de 26 de Janeiro, n.º 7/00, de 26 de Novembro e n.º 8/03, de 08 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

(iii) Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução N.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

(iv) Anulação contabilística de créditos ("write-offs")

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de provisões para crédito quando estas, de acordo com os critérios definidos nesta política, correspondem a 100% do valor dos créditos. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos no exercício em que ocorram.

1.3 Instrumentos Financeiros

1. Classificação

Os instrumentos financeiros de negociação são os instrumentos detidos pelo Banco com o objectivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. As flutuações no justo valor dos referidos instrumentos são reconhecidas em resultados do exercício. Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros que não se enquadram na definição de derivados e que não são classificados como investimentos detidos até à maturidade ou instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida.

Passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados são todos aqueles passivos financeiros que o Banco determinou casuisticamente a sua classificação, tendo em consideração que são atendidos todos os requisitos enunciados na norma IAS 39, para a classificação nesta categoria.

(A) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

(i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) são classificados como de negociação.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

(ii) Activos ou passivos financeiros ao justo valor por decisão da própria entidade ("Fair value option")

O Banco adoptou o "Fair value option" para os depósitos a prazo estruturados efectuados no decurso do exercício de 2006 que contêm derivados embutidos. As variações de risco de crédito do Banco associadas a passivos financeiros em "Fair Value Option" encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados em operações financeiras". Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor são reconhecidas na rubrica "Resultados em operações financeiras" da demonstração de resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira de acordo com a taxa efectiva de cada operação, assim como dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados em "Fair Value Option".

(B) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Banco, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Para as obrigações, o custo é amortizado por contrapartida de resultados com base na taxa de juro efectiva. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou se encontram sujeitos a perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados em operações financeiras" da demonstração de resultados. Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado aos activos, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados de instrumentos de capital quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

(C) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

2. Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de uma evidência objectiva de imparidade nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas e reconhecida na demonstração dos resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração dos resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda quando se revertem são registadas por contrapartida de reservas.

3. Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício e apresentados na carteira de derivados de negociação.

1.4 Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Transferências de e para o portfólio de activos e passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados são proibidas.

1.5 Desreconhecimento

O Banco desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou o Banco não mantém controlo dos activos.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

1.6 Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras.

Proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e rendimentos ou encargos similares.

(ii) Acordos de recompra

O Banco realiza compras (vendas) de investimentos com acordo de revenda (recompra) de investimentos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os investimentos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos. Os montantes pagos são reconhecidos em créditos sobre clientes ou instituições financeiras. Os valores a receber são apresentados como sendo colateralizados pelos títulos associados. Investimentos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com clientes ou instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros.

1.7 Locação financeira

Na óptica do locatário, os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.8 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas de imparidade. O cálculo inclui as

comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

1.9 Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;

- quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Os proveitos resultantes de serviços e comissões quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados na margem financeira pelo método da taxa de juro efectiva.

1.10 Resultados em operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)

Os Resultados em operações financeiras registam os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros classificados como de negociação (incluindo derivados e derivados embutidos) e os respectivos juros e dividendos associados a estas carteiras.

1.11 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Banco procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
• Imóveis	50
• Obras em edifícios alheios	10
• Equipamento	4 a 12
• Outras imobilizações	3

1.12 Activos intangíveis

"Software"

Os custos incorridos com a aquisição de "software" são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

O Banco não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

1.13 Aplicações por recuperação de crédito

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros activos sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pelo Banco.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

O Banco está porém a avaliar as condições de enquadramento destes activos à luz do disposto na IFRS 5 ou alternativamente na IAS 40.

1.14 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.15 "Offsetting"

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Banco tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor.

1.16 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

1.17 Benefícios a empregados

Plano de Benefícios Definidos

Até 31 de Dezembro de 2006, o Banco tinha um Plano de Benefícios Definidos, cujas dotações para o seguro de complemento de reforma eram efectuadas com base num estudo actuarial efectuado por essa entidade seguradora. A contribuição mensal efectuada por colaborador era ajustada, para que a soma das contribuições realizadas pelo Banco correspondesse ao complemento de reforma pretendido no futuro.

Plano de Contribuição Definida

A partir de 1 de Janeiro de 2007, o Banco optou pela alteração do Plano de Benefícios Definidos para Plano de Contribuição Definida, consequentemente passou a entregar contribuições fixas para o Seguro com uma periodicidade mensal. O montante mensal a pagar de contribuição para o Seguro é calculado com base na remuneração do colaborador em cada período. As responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Banco são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

Planos de remuneração com acções

O programa de remunerações com acções permite aos colaboradores do Banco adquirir acções do Deutsche Bank AG. O justo valor das acções atribuídas na "grant date" é reconhecido em resultados, por contrapartida de passivos, durante o "vesting period", tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Distribuição de resultados pelos empregados

Compete ao Deutsche Bank AG fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador. Os resultados atribuídos a colaboradores são registados por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

1.18 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

1.19 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um componente identificável do Banco, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável do Banco, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

O Banco concentra a sua actividade através dos seguintes segmentos de negócio:

- Banca de retalho (denominada internamente por Private Clients and Asset Management – PCAM); e
- Banca de investimento (denominada internamente por Corporate and Investment Banking – CIB).

O Banco concentra-se num único segmento geográfico.

1.20 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.21 Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas sejam as mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Banco avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

Perdas por imparidade em créditos sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.3.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Banco.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do Banco e dos Conselhos de Administração das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

1.22 Normas contabilísticas recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 1 (Alterada) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo European Financial Reporting Advisory Group - EFRAG (EFRAG).

Alterações face ao actual texto da IAS 1:

- A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma

correção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

- Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Banco decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “comprehensive income”.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 23 (Alterada) – Custos de Empréstimos Obtidos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2007, a IAS - 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo Accounting Regulatory Committee (ARC).

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) é parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma, não esperando que daí resultem impactos significativos.

IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAG.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades empresariais

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAG.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica o reconhecimento total do goodwill por contrapartida dos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam, aquando do calculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços

contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo como sendo pagamentos com base em acções com liquidação física ou com liquidação financeira.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRIC 12 Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo ARC.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

A presente norma não terá qualquer impacto ao nível do Banco.

IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo ARC.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRIC 14 IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 14 IAS 19 - Limite de benefícios definidos e requisitos de financiamento mínimo e sua interacção, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAC.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

A presente norma não terá qualquer impacto ao nível do Banco.

IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital uma vez que representam um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade.

Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

O Banco não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

2 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Juros e rendimentos similares:</i>		
Juros de aplicações	180.539	120.560
Juros de crédito	39.853	29.024
Juros de títulos	239	643
Outros juros e rendimentos similares	597	146
	<u>221.228</u>	<u>150.373</u>
<i>Juros e encargos similares:</i>		
Juros de depósitos de clientes	188.554	125.635
Juros de títulos emitidos	2.135	1.593
Juros de derivados	11.237	4.794
Outros juros e encargos similares	368	131
	<u>202.294</u>	<u>132.153</u>
Margem financeira	<u>18.934</u>	<u>18.220</u>

3 Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	22	19
Rendimentos de empresas subsidiárias e associadas	500	585
	<u>522</u>	<u>604</u>

4 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Rendimentos de serviços e comissões:</i>		
Por garantias prestadas	390	294
Por compromissos perante terceiros	1.662	1.458
Por serviços bancários prestados	791	679
Outros rendimentos de serviços e comissões	10.697	10.141
	<u>13.540</u>	<u>12.572</u>
<i>Encargos com serviços e comissões:</i>		
Por garantias recebidas	50	253
Por serviços bancários prestados por terceiros	890	584
Outros encargos com serviços e comissões	1.377	2.801
	<u>2.317</u>	<u>3.638</u>
Resultados de serviços e comissões	<u>11.223</u>	<u>8.934</u>

A rubrica Rendimentos de serviços e comissões por compromissos perante terceiros inclui os montantes de Euros 638.000 (2006: Euros 550.000) e Euros 651.000 relativos a comissões recebidas da DWS Investment e da Xavex pela angariação de clientes, respectivamente conforme nota 37.

A rubrica Outros rendimentos de serviços e comissões inclui o montante de Euros 5.854.000 (2006: 5.896.000) referente a comissões relacionadas com outras empresas do Grupo Deutsche Bank conforme nota 37.

5 Resultados em operações financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Lucros em operações financeiras:</i>		
Derivados de negociação	46.782	68.242
Operações cambiais	503.481	32.205
Operações com instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	18.965	7.346
Outras operações	-	163
	<u>569.228</u>	<u>107.956</u>
<i>Prejuízos em operações financeiras:</i>		
Derivados de negociação	45.544	61.580
Operações cambiais	503.534	32.130
Operações com instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	1.139	5.163
Outras operações	-	71
	<u>550.217</u>	<u>98.944</u>
Resultados em operações financeiras	<u><u>19.011</u></u>	<u><u>9.012</u></u>

A rubrica Operações com instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados respeita à reavaliação dos passivos financeiros, nomeadamente depósitos estruturados, conforme nota 27.

6 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Outros proveitos de exploração:</i>		
Prestação de serviços	72	78
Reembolso de despesas	803	665
Outros proveitos de exploração	2.088	623
	<u>2.963</u>	<u>1.366</u>
<i>Outros custos de exploração:</i>		
Donativos e quotizações	99	78
Impostos	119	87
Outros custos de exploração	977	1.738
	<u>1.195</u>	<u>1.903</u>
	<u>1.768</u>	<u>(537)</u>

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui o montante de Euros 1.173.100 referente à mais valia contabilística obtida com a alienação do imóvel sito na Av. da Liberdade.

A referida rubrica inclui ainda os montantes de Euros 166.000 (2006: Euros 166.000) e Euros 49.000 relativos ao *Service Level Agreement* entre o Banco e a Navigator, SGFTC, S.A. e entre o Banco e a Tagus, STC, S.A., respectivamente.

A rubrica Outros custos de exploração inclui as contribuições anuais efectuadas para o Fundo de Garantia de Depósitos no montante de Euros 413.000 (2006: Euros 420.000).

7 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Remunerações	15.596	12.268
Encargos sociais obrigatórios	1.684	1.159
Encargos sociais facultativos	209	334
Outros encargos	2.869	1.869
	<u>20.358</u>	<u>15.630</u>

A rubrica Remunerações inclui o montante de Euros 4.446.000 (2006: Euros 4.450.000) relativo a bónus em dinheiro atribuído aos colaboradores.

A rubrica Outros encargos inclui o montante de Euros 780.000 (2006: 960.000) relativo a bónus em acções do Deutsche Bank AG atribuído aos colaboradores.

A referida rubrica inclui também o montante de Euros 653.000 relativo a Ganhos e perdas actuariais que foi reconhecido em resultados do exercício no momento em que o Banco procedeu à transição do Plano de Benefícios Definidos para o Plano de Contribuição Definida, conforme referido na nota 23.

A rubrica Outros encargos inclui ainda o montante de Euros 574.000 relativo à contribuição definida anual, no âmbito do Plano de Contribuição Definida conforme referido na nota 35.

O número médio de colaboradores ao serviço do Banco, nos exercícios de 2007 e 2006, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2007	2006
Directores (Conselho)	4	4
Directores	18	16
Directores adjuntos	20	14
Subdirectores	40	20
Assistentes de direcção	16	15
Técnicos	134	90
Administrativos	69	53
Auxiliares	2	2
	<u>303</u>	<u>214</u>

O valor actual de remunerações atribuídas a todos os membros do Conselho de Administração Executivo do Banco, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, registados na rubrica de Custo com pessoal foi de Euros 1.638.000 (2006: Euros 1.498.000) incluindo o montante de remunerações variáveis dos membros do Conselho de Administração Executivo de Euros 945.000 (2006: Euros 826.000).

8 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Água, energia e combustíveis	89	68
Impressos e material de consumo corrente	252	184
Rendas e alugueres	2.963	2.086
Comunicação e despesas de expedição	1.198	1.043
Deslocações, estadas e representação	152	161
Publicidade	772	501
Avenças e honorários	260	148
Conservação e reparação	679	626
Transportes	672	471
Formação de pessoal	188	95
Seguros	123	120
Serviços judiciais, de contencioso e notariado	411	396
Serviços especializados	9.627	8.190
Outros serviços de terceiros	34	39
	<u>17.420</u>	<u>14.128</u>

À data de 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 1.142.000 (2006: Euros 1.140.000) referente a custos incorridos com a renda do edifício Sede sito na Rua Castilho, nº20.

A rubrica Serviços especializados inclui os montantes de Euros 2.271.000 (2006: Euros 2.097.000) e Euros 1.684.000 (2006: Euros 1.071.000), referentes a custos com IT incorridos com o Deutsche Bank Spain e Deutsche Bank Frankfurt, respectivamente.

9 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Activos intangíveis:</i>		
“Software”	6	45
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
<i>Imóveis</i>		
De serviço próprio	23	-
Obras em imóveis arrendados	113	15
<i>Equipamento</i>		
Mobiliário e material	143	26
Máquinas e ferramentas	44	12
Equipamento informático	245	225
Instalações interiores	89	50
Equipamento de segurança	29	7
Outros activos tangíveis	16	8
	702	343
	708	388

10 Provisões para crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Provisão específica para crédito concedido:</i>		
Dotações do exercício	2.494	2.572
Reversões do exercício	(650)	(475)
Recuperações de crédito e juros	(838)	(363)
	1.006	1.734
<i>Provisão para riscos gerais de crédito:</i>		
Dotações do exercício	2.941	4.958
Reversões do exercício	(1.214)	(4.433)
	1.727	525
	2.733	2.259

11 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Imparidade de outros activos:</i>		
Dotações do exercício	20	201
<i>Imparidade de activos disponíveis para venda:</i>		
Reversões do exercício	(20)	(15)
	<u>-</u>	<u>186</u>

12 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Provisões para outros riscos e encargos:</i>		
Dotações do exercício	210	24
Reversões do exercício	(3.000)	(167)
	<u>(2.790)</u>	<u>(143)</u>

13 Impostos

O encargo com impostos sobre os lucros, com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é analisado como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Imposto corrente:</i>		
Do exercício	828	38
<i>Imposto diferido:</i>		
Diferenças temporárias	(1.423)	(211)
Prejuízos fiscais utilizados / (reconhecidos)	1.774	597
	<u>351</u>	<u>386</u>
	<u>1.179</u>	<u>424</u>

O valor de impostos sobre lucros ascende ao montante de Euros 1.179.000 (2006: Euros 424.000), o que representa uma taxa média de imposto de 9,1% do resultado antes de impostos (2006: 11,2%).

A diferença entre a taxa nominal de imposto sobre o rendimento a que o Banco se encontra sujeito e a taxa média acima referida, resulta dos ajustamentos considerados para efeitos da determinação da matéria colectável, nos termos previstos na legislação aplicável.

O montante negativo de Euros 1.423.000 (2006: montante negativo de Euros 211.000) registado na rubrica de Diferenças temporárias inclui o reconhecimento de impostos diferidos associados a provisões tributadas no exercício, cujo reconhecimento para efeitos fiscais ocorrerá apenas em exercícios futuros.

A análise dos principais ajustamentos efectuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria colectável e que assumem natureza temporária é apresentada como segue:

- Encargos com provisões que, nos termos da legislação aplicável, não foram considerados para efeitos de determinação da matéria colectável no exercício de 2007 e que serão objecto de reconhecimento fiscal em exercícios futuros, no montante de Euros 5.523.000 (2006: Euros 5.881.000).

Principais ajustamentos efectuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria colectável que assumem natureza permanente:

- Dividendos recebidos não considerados para a determinação da matéria colectável em virtude da aplicação do mecanismo de eliminação ou atenuação da dupla tributação económica, nos termos da legislação aplicável, no montante de Euros 511.000 (2006: Euros 594.000);

- Reconhecimento de mais valias fiscais realizadas na alienação de imóveis no montante de Euros 410.442.

Resultado apurado pela sucursal financeira exterior instalada na zona franca da Madeira não considerado para a determinação da matéria colectável dentro dos limites previstos na lei, por força da isenção temporária aplicável até 31 de Dezembro de 2011, no montante de Euros 3.956.000 (2006: Euros 2.657.000).

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2007		2006	
	%	Euros'000	%	Euros'000
Lucro antes de impostos		13.029		3.785
Taxa de imposto corrente	26,5%	3.453	27,5%	1.041
Diferenças permanentes	(8,0%)	(1.041)	(5,3%)	(201)
Resultado Líquido SFE não tributado	(8,0%)	(1.048)	(16,5%)	(624)
Efeito da taxa de impostos diferidos	(1,8%)	(238)	5,5%	208
Outros	0,4%	53	0,0%	-
	9,1%	<u>1.179</u>	11,2%	<u>424</u>

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível às seguintes rubricas:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Comissões associadas à taxa efectiva	(61)	(74)
Provisões para crédito	1.153	287
Reavaliação de passivos financeiros ao justo valor	171	203
Derivados de negociação	67	80
Reavaliação de propriedades de investimento	93	(256)
Prejuízos fiscais	(1.774)	(597)
Outros	-	(29)
	<u>(351)</u>	<u>(386)</u>

14 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Caixa	1.966	1.350
Banco de Portugal	<u>77.805</u>	<u>100.912</u>
	<u>79.771</u>	<u>102.262</u>

A rubrica Banco de Portugal visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

15 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Instituições de crédito no país	6	7
Instituições de crédito no estrangeiro	7.652	3.435
Valores a cobrar	<u>3.612</u>	<u>3.473</u>
	<u>11.270</u>	<u>6.915</u>

A rubrica Instituições de crédito no estrangeiro inclui os montantes de Euros 5.873.000 (2006: Euros 2.661.000) e Euros 29.000, relativos a depósitos à ordem junto do Deutsche Bank AG – Frankfurt e Deutsche Bank Trust - Bankers Trust Company, respectivamente.

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

16 Aplicações em instituições de crédito

À data de 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Aplicações em instituições de crédito regista o montante de Euros 2.956.591 (2006: Euros 3.368.001) referente a aplicações de curto prazo efectuadas junto do Deutsche Bank AG.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Até 3 meses	2.510.831	3.005.344
De 3 meses a 1 ano	398.014	312.825
De 1 a 5 anos	47.746	49.832
	<u>2.956.591</u>	<u>3.368.001</u>

17 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Crédito ao sector público	239.818	31.438
Crédito com garantias reais	468.432	406.760
Crédito com outras garantias	226.272	120.212
Crédito sem garantias	109.685	102.334
Crédito sobre o estrangeiro	19.301	4.061
Capital em locação	63.035	42.001
	<u>1.126.543</u>	<u>706.806</u>
<i>Crédito vencido:</i>		
Menos de 90 dias	22.956	2.492
Mais de 90 dias	16.189	14.703
	<u>39.145</u>	<u>17.195</u>
	<u>1.165.688</u>	<u>724.001</u>
Provisão específica para crédito concedido	<u>(14.579)</u>	<u>(13.127)</u>
	<u>1.151.109</u>	<u>710.874</u>

A rubrica Crédito a clientes inclui o montante de Euros 115.062.000 (2006: Euros 308.867.000) relativo a operações de securitização de activos titularizados por instituições de crédito referentes essencialmente a operações de crédito hipotecário, locação financeira, crédito ao consumo e aluguer de longa duração e operações de créditos titularizados sobre títulos.

As operações de titularização sobre créditos consistem na compra por parte do Banco da componente de juros dos créditos titularizados a diversas instituições de crédito, enquanto o veículo adquire a respectiva componente de capital dos créditos titularizados. Nas operações de titularização sobre títulos, o Banco adquire a carteira de títulos nacionais objecto de titularização.

Estes activos, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.15, são compensados e registados em Balanço pelo seu valor líquido.

A rubrica Crédito vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos, no caso de capital em locação.

A análise do crédito vincendo, por tipo de operação, é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Curto prazo:</i>		
Crédito automóvel	-	30
Capital em locação	3.785	-
Outros créditos concedidos a		
Empresas	350.517	131.096
Particulares	24.656	15.701
	<u>378.958</u>	<u>146.827</u>
<i>Médio e longo prazo:</i>		
Crédito hipotecário	479.620	402.876
Crédito automóvel	34.500	33.314
Capital em locação	59.250	42.001
Outros créditos concedidos a		
Empresas	90.123	44.861
Particulares	84.092	36.927
	<u>747.585</u>	<u>559.979</u>
	<u>1.126.543</u>	<u>706.806</u>

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Alimentação, bebidas e tabaco	349	80
Têxteis	412	228
Madeira e cortiça	493	268
Papel e celulose	30	13
Químicas	2.970	3.181
Máquinas e equipamento	1.325	303
Electricidade, água e gás	11.969	12.015
Construção	17.939	4.611
Comércio	27.153	11.219
Transportes e comunicações	31.255	28.608
Serviços	102.206	21.211
Serviços financeiros	1.042	2.305
Minerais não metálicos	3.799	839
Outras actividades	964.746	639.120
	<u>1.165.688</u>	<u>724.001</u>
Provisão específica para crédito vencido	(14.579)	(13.127)
	<u>1.151.109</u>	<u>710.874</u>

A análise do crédito sobre clientes, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o período findo em 31 de Dezembro de 2007 é a seguinte:

	Créditos a clientes			
	Até 1	De 1 a	A mais de	Total
	ano	5 anos	5 anos	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Alimentação, bebidas e tabaco	112	237	-	349
Têxteis	256	71	85	412
Madeira e cortiça	366	102	25	493
Papel e celulose	20	10	-	30
Químicas	2.831	113	26	2.970
Máquinas e equipamento	528	623	174	1.325
Electricidade, água e gás	10.245	13	1.711	11.969
Construção	5.685	10.211	2.043	17.939
Comércio	10.504	12.702	3.947	27.153
Transportes e comunicações	28.552	2.532	171	31.255
Serviços	35.065	27.345	39.796	102.206
Serviços financeiros	292	366	384	1.042
Minerais não metálicos	3.179	377	243	3.799
Outras actividades	332.660	105.035	527.051	964.746
	430.295	159.737	575.656	1.165.688

A análise do crédito sobre clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o período findo em 31 de Dezembro de 2007 é a seguinte:

	Créditos a clientes			
	Até 1	De 1 a	A mais de	Total
	ano	5 anos	5 anos	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito ao sector público	238.850	968	-	239.818
Crédito com garantias reais	7.134	1.360	469.627	478.121
Crédito com outras garantias	94.784	88.828	46.984	230.596
Crédito sem garantias	78.161	39.278	14.131	131.570
Crédito sobre o estrangeiro	2.394	1.495	16.261	20.150
Capital em locação	8.972	27.808	28.653	65.433
	430.295	159.737	575.656	1.165.688

O capital em locação, em 31 de Dezembro de 2007, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Créditos a clientes				
	Até 3	De 3 meses	De 1 ano	Mais de	Total
	meses	a 1 ano	até 5 anos	5 anos	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Rendas vincendas	4.072	13.201	42.778	3.714	63.765
Juros vincendos	(730)	(3.040)	(6.573)	(1.086)	(11.429)
Valores residuais	84	1.895	6.821	1.899	10.699
	3.426	12.056	43.026	4.527	63.035

A análise do crédito vencido por sector de actividade é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Alimentação, bebidas e tabaco	3	1
Têxteis	93	93
Madeira e cortiça	69	9
Químicas	1.000	-
Máquinas e equipamento	3	-
Electricidade, água e gás	3	-
Construção	403	186
Comércio	1.623	230
Transportes e comunicações	30	3
Serviços	3.116	1.719
Serviços financeiros	269	157
Minerais não metálicos	62	-
Outras actividades	32.471	14.797
	39.145	17.195

À data de 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Outras actividades inclui o montante de Euros 22.864.000 relativo a *overdrafts* concedidos a particulares.

A análise do crédito vencido por tipo de crédito é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Crédito ao sector público	-	8.270
Crédito com garantias reais	9.689	148
Crédito com outras garantias	4.324	5.894
Crédito sem garantias	21.885	-
Crédito sobre o estrangeiro	849	558
Capital em locação	2.398	2.325
	39.145	17.195

Os movimentos da Provisão específica para crédito concedido são analisados como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Saldo em 1 de Janeiro	13.127	11.659
Dotações do exercício	2.494	2.572
Reversões do exercício	(650)	(475)
Utilizações de provisão	(413)	(629)
Transferências	22	-
Diferenças cambiais	(1)	-
Saldo em 31 de Dezembro	14.579	13.127

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização de provisão, quando esta, de acordo com a política contabilística referida na nota 1.2, corresponda a 100% do valor do crédito. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos do exercício em que ocorram, conforme nota 10.

Os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos. A 31 de Dezembro de 2007, a anulação de proveitos de contratos de locação financeira e de crédito ao consumo é de Euros 1.729.286 (2006: Euros 1.679.612).

O quadro seguinte apresenta, a desagregação da provisão específica para crédito concedido existente em 31 de Dezembro de 2007:

	Classes de incumprimento					Total Euros '000
	Até 3 meses Euros '000	3-6 meses Euros '000	6-12 meses Euros '000	1-3 anos Euros '000	Mais 3 anos Euros '000	
Crédito vencido com garantia	4.499	391	1.145	3.130	2.998	12.163
Provisão existente	18	60	313	1.823	2.709	4.923
Crédito vencido sem garantia	18.451	130	299	1.808	6.294	26.982
Provisão existente	223	62	217	1.808	6.294	8.604
Total de crédito vencido	22.950	521	1.444	4.938	9.292	39.145
Total da imparidade para crédito vencido	241	122	530	3.631	9.003	13.527
Total da provisão para crédito vincendo associado ao vencido e outros						1.052
Total da provisão específica para crédito concedido						14.579

A provisão específica para crédito concedido, por sector de actividade, é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Alimentação, bebidas e tabaco	1	-
Têxteis	93	93
Madeira e cortiça	9	9
Electricidade, água e gás	1	-
Construção	196	94
Comércio	247	331
Transportes e comunicações	17	2
Serviços	98	54
Serviços financeiros	352	436
Minerais não metálicos	1	-
Outras actividades	13.564	12.108
	<u>14.579</u>	<u>13.127</u>

A provisão específica para crédito concedido, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Crédito com garantias reais	5.091	4.013
Crédito sem garantias	6.827	6.684
Crédito sobre o estrangeiro	471	229
Capital em locação	2.190	2.201
	<u>14.579</u>	<u>13.127</u>

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por sector de actividade, é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Máquinas e equipamentos	30	-
Construção	-	19
Comércio	9	25
Outras actividades	374	585
	<u>413</u>	<u>629</u>

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, efectuada no decorrer de 2007 e 2006, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Crédito sem garantias	363	457
Capital em locação	50	172
	<u>413</u>	<u>629</u>

A recuperação de créditos e de juros anulados, efectuada no decorrer de 2007 e 2006, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Madeira e cortiça	416	-
Construção	-	4
Comércio	19	24
Outras actividades	403	335
	<u>838</u>	<u>363</u>

A recuperação de créditos e de juros anulados, efectuada no decorrer de 2007 e 2006, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Crédito sem garantias	396	269
Capital em locação	442	94
	<u>838</u>	<u>363</u>

18 Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Activos financeiros disponíveis para venda:</i>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	6.008	3.053
de outros emissores	-	5.174
Acções	2.457	2.457
Outros títulos de rendimento variável de outros emissores	132	265
	<u>8.597</u>	<u>10.949</u>
Títulos vencidos	549	549
Imparidade para títulos vencidos	(325)	(345)
	<u>224</u>	<u>204</u>
	<u>8.821</u>	<u>11.153</u>
<i>Activos financeiros detidos para negociação:</i>		
Swaps de taxa de juro	72.484	57.746
Forwards cambiais	3.088	-
Opções cambiais	11	-
	<u>75.583</u>	<u>57.746</u>
	<u>84.404</u>	<u>68.899</u>

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda e detidos para negociação por tipo em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	2007			2006		
	Disponíveis para venda Euros '000	Negociação Euros '000	Total Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Negociação Euros '000	Total Euros '000
Titulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	6.008	-	6.008	3.053	-	3.053
Obrigações de outros emissores						
Estrangeiros	-	-	-	5.174	-	5.174
Cotados	6.008	-	6.008	8.227	-	8.227
Não cotados	-	-	-	-	-	-
Titulos de rendimento variável:						
Acções						
Nacionais	2.457	-	2.457	2.457	-	2.457
Outros títulos de rendimento variável	132	-	132	265	-	265
Títulos vencidos	549	-	549	549	-	549
Cotados	132	-	132	265	-	265
Não cotados	3.006	-	3.006	3.006	-	3.006
Imparidade para títulos vencidos	(325)	-	(325)	(345)	-	(345)
	8.821	-	8.821	11.153	-	11.153
Swaps de taxa de juro	-	72.484	72.484	-	57.746	57.746
Forwards cambiais	-	3.088	3.088	-	-	-
Opções cambiais	-	11	11	-	-	-
	-	75.583	75.583	-	57.746	57.746
	8.821	75.583	84.404	11.153	57.746	68.899

Os movimentos da imparidade de activos disponíveis para venda são analisados como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Saldo em 1 de Janeiro	345	360
Reversões do exercício	(20)	(15)
Saldo em 31 de Dezembro	325	345

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	Até três meses Euros '000	De três meses a um ano Euros '000	De um ano até 5 anos Euros '000	Mais de cinco anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	-	-	2.965	3.043	-	6.008
Obrigações de outros emissores						
Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
	-	-	2.965	3.043	-	6.008
Cotados	-	-	2.965	3.043	-	6.008
Não cotados	-	-	-	-	-	-
Títulos de rendimento variável:						
Acções						
Nacionais	-	-	-	-	2.457	2.457
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	132	-	132
Títulos vencidos	-	-	-	-	549	549
Cotados	-	-	-	132	-	132
Não cotados	-	-	-	-	3.006	3.006
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	-	(325)	(325)
	-	-	2.965	3.175	2.681	8.821

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Até três meses Euros '000	De três meses a um ano Euros '000	De um ano até 5 anos Euros '000	Mais de cinco anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	-	-	3.053	-	-	3.053
Obrigações de outros emissores						
Estrangeiros	-	-	-	5.174	-	5.174
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.053</u>	<u>5.174</u>	<u>-</u>	<u>8.227</u>
Cotados	-	-	3.053	5.174	-	8.227
Não cotados	-	-	-	-	-	-
Títulos de rendimento variável:						
Acções						
Nacionais	-	-	-	-	2.457	2.457
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	265	-	265
Títulos vencidos	-	-	-	-	549	549
Cotados	-	-	-	265	-	265
Não cotados	-	-	-	-	3.006	3.006
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	-	(345)	(345)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.053</u>	<u>5.439</u>	<u>2.661</u>	<u>11.153</u>

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros disponíveis para venda, por sector da actividade à data de 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	Obrigações Euros '000	Acções Euros '000	Títulos vencidos Euros '000	Total Euros '000
Electricidade, água e gás	132	-	-	132
Serviços financeiros	-	2.457	-	2.457
Outras actividades	-	-	549	549
	<u>132</u>	<u>2.457</u>	<u>549</u>	<u>3.138</u>
Títulos públicos	6.008	-	-	6.008
Imparidade para títulos vencidos	-	-	(325)	(325)
	<u>6.140</u>	<u>2.457</u>	<u>224</u>	<u>8.821</u>

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros disponíveis para venda, por sector da actividade à data de 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Obrigações Euros '000	Acções Euros '000	Títulos vencidos Euros '000	Total Euros '000
Electricidade, água e gás	265	-	-	265
Serviços financeiros	-	2.457	-	2.457
Outras actividades	-	-	549	549
	265	2.457	549	3.271
Títulos públicos	8.227	-	-	8.227
Imparidade para títulos vencidos	-	-	(345)	(345)
	8.492	2.457	204	11.153

A análise da carteira de derivados de negociação, por maturidade, em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	Nocionais com prazo remanescente					Justo valor	
	Até três meses Euros '000	De três meses a um ano Euros '000	De um ano até 5 anos Euros '000	Mais de cinco anos Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Swaps de taxa de juro	4.781	47.658	895.234	756.425	1.704.098	72.484	95.953
Forwards cambiais	20.945	102.973	-	-	-	3.088	3.088
Opções cambiais	-	338.371	-	-	338.371	11	16
	25.726	489.002	895.234	756.425	2.166.387	75.583	99.057
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:							
Mercado de balcão	25.726	489.002	895.234	756.425	2.166.387	75.583	99.057
Bolsa	-	-	-	-	-	-	-

A análise da carteira de derivados de negociação, por maturidade, em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Nocionais com prazo remanescente					Justo valor	
	Até três meses Euros '000	De três meses a um ano Euros '000	De um ano até 5 anos Euros '000	Mais de cinco anos Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Swaps de taxa de juro	6.750	720.154	114.136	825.978	1.667.018	57.746	63.969
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:							
Mercado de balcão	6.750	720.154	114.136	825.978	1.667.018	57.746	63.969
Bolsa	-	-	-	-	-	-	-

19 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Imóveis:</i>		
De serviço próprio	417	-
Obras em imóveis arrendados	2.713	428
<i>Equipamento:</i>		
Mobiliário e material	1.830	1.336
Máquinas e ferramentas	863	485
Equipamento informático	4.135	4.128
Instalações interiores	1.873	1.072
Equipamento de transporte	4	4
Equipamento de segurança	451	239
Património artístico	117	117
Outros activos tangíveis	553	335
Activos tangíveis em curso	156	489
	13.112	8.633
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(702)	(343)
Relativas a exercícios anteriores	(6.336)	(6.024)
	(7.038)	(6.367)
	6.074	2.266

Os movimentos da rubrica de outros activos tangíveis durante o ano de 2007 são analisados como segue:

	<u>Saldo em 01/01/07 Euros'000</u>	<u>Aquisições/ Dotações Euros'000</u>	<u>Abates Euros'000</u>	<u>Transf. Euros'000</u>	<u>Saldo em 31/12/07 Euros'000</u>
<i>Custo:</i>					
De serviço próprio	-	61	(1.102)	1.458	417
Obras em imóveis arrendados	428	2.074	-	211	2.713
Mobiliário e material	1.336	493	-	1	1.830
Máquinas e ferramentas	485	173	-	205	863
Equipamento informático	4.128	179	(174)	2	4.135
Instalações interiores	1.072	596	-	205	1.873
Equipamento de transporte	4	-	-	-	4
Equipamento de segurança	239	212	-	-	451
Património artístico	117	-	-	-	117
Outros activos tangíveis	335	218	-	-	553
Activos tangíveis em curso	489	288	-	(621)	156
	<u>8.633</u>	<u>4.294</u>	<u>(1.276)</u>	<u>1.461</u>	<u>13.112</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
De serviço próprio	-	22	(315)	456	163
Obras em imóveis arrendados	15	113	-	-	128
Mobiliário e material	1.185	143	-	1	1.329
Máquinas e ferramentas	353	44	-	-	397
Equipamento informático	3.731	246	(174)	1	3.804
Instalações interiores	772	89	-	-	861
Equipamento de transporte	4	-	-	-	4
Equipamento de segurança	42	29	-	-	71
Outros activos tangíveis	265	16	-	-	281
	<u>6.367</u>	<u>702</u>	<u>(489)</u>	<u>458</u>	<u>7.038</u>

O montante líquido das transferências ocorridas no exercício de 2007 resulta essencialmente da aquisição da carteira da DB Broker efectuada a 28 de Dezembro de 2007 e refere-se a mobiliário e material e equipamento informático.

20 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
"Software"	6.853	6.853
Outros activos intangíveis	1.424	1.393
	<u>8.277</u>	<u>8.246</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(6)	(45)
Relativas a exercícios anteriores	<u>(8.237)</u>	<u>(8.192)</u>
	<u>(8.243)</u>	<u>(8.237)</u>
	<u>34</u>	<u>9</u>

A rubrica Outros activos intangíveis inclui o montante de Euros 29.000 referente à aquisição da carteira da DB Broker efectuada a 28 de Dezembro de 2007.

Os movimentos da rubrica de activos intangíveis durante o ano de 2007 são analisados como segue:

	Saldo em 01/01/07 Euros'000	Aquisições/ Dotações Euros'000	Transf. Euros'000	Saldo em 31/12/07 Euros'000
"Software"	6.853	-	-	6.853
Outros activos intangíveis	<u>1.393</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>1.424</u>
	<u>8.246</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>8.277</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>				
"Software"	6.844	6	-	6.850
Outros activos intangíveis	<u>1.393</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.393</u>
	<u>8.237</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>8.243</u>

21 Investimentos em filiais e associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Investimentos em associadas</i>		
Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A.	7.500	7.500
Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	250	250
	<u>7.750</u>	<u>7.750</u>
<i>Prestações Suplementares:</i>		
Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A.	6.116	4.052
Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	886	446
	<u>7.002</u>	<u>4.498</u>
	<u>14.752</u>	<u>12.248</u>

Em Novembro de 2004 foi constituída a sociedade Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., com um capital de Euros 250.000.

À semelhança da prática de anos anteriores, em Dezembro de 2006 foram efectuadas prestações acessórias de capital da Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. no montante de Euros 226.000 (2005: Euros 220.000) pelo accionista Deutsche Bank (Portugal), S.A.

Em Dezembro de 2007 foram efectuadas prestações acessórias de capital da Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. no montante de Euros 440.000 pelo accionista Deutsche Bank (Portugal), S.A.

Nos meses de Março, Setembro e Dezembro de 2007 foram efectuadas prestações acessórias de capital da Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito, S.A. no montante de Euros 330.000, Euros 1.075.000 e Euros 659.000, pelo accionista Deutsche Bank (Portugal), S.A., respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007, a percentagem de participação nas empresas subsidiárias era a seguinte:

Subsidiárias	Actividade	% detida pelo Banco	Método de consolidação	Observações
Navegator	Gestão de Fundos de Titularização de créditos	100%	Integral	(1)
Tagus	Titularização de créditos	100%	Integral	(2)

(1) Sociedade constituída em Agosto de 2002 tendo iniciado a sua actividade em 2 de Dezembro de 2002.

(2) Sociedade constituída em Novembro de 2004 tendo iniciado a sua actividade em 21 de Janeiro de 2005.

22 Activos e passivos por impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2007		2006	
	Activos Euros'000	Passivos Euros'000	Activos Euros'000	Passivos Euros'000
Comissões associadas à taxa efectiva	186	-	247	-
Provisões para crédito	2.754	-	1.601	-
Reavaliação de passivos financeiros ao justo valor	-	(511)	-	(682)
Derivados de negociação	-	(202)	-	(269)
Activos financeiros disponíveis para venda	65	-	5	-
Prejuízos fiscais	-	-	1.774	-
Reavaliação de propriedades de investimento	-	-	-	(93)
Outros	1	-	1	-
	<u>3.006</u>	<u>(713)</u>	<u>3.628</u>	<u>(1.044)</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>2.293</u>		<u>2.584</u>	

Os Activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de Activos por impostos diferidos.

A utilização dos Prejuízos fiscais reportáveis é analisada como segue:

	Prejuízos fiscais	
Exercício	Apuramento Euros'000	Utilização Euros'000
2000	2.305	-
2001	2.657	-
2002	3.081	-
2003	-	3.996
2004	5.455	-
2005	-	883
2006	-	1.771
2007	-	6.848
	<u>13.498</u>	<u>13.498</u>

Os Activos e Passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, o Banco possa compensar Activos por impostos correntes com Passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do exercício da rubrica de impostos diferidos líquidos:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Saldo em 1 de Janeiro	2.584	2.903
Encargos do exercício	(351)	(386)
Movimentos em reservas	60	67
Saldo em 31 de Dezembro	2.293	2.584

23 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Imposto sobre o valor acrescentado a receber	2.379	2.939
Aplicações por recuperação de crédito	5.696	5.482
Outros devedores	1.037	3.320
Outros proveitos a receber	7.018	8.828
Despesas com custos diferidos	199	99
Ganhos e perdas actuariais	-	653
Contas diversas	14.878	18.613
	31.207	39.934
Imparidade para outros activos	(1.395)	(1.375)
	29.812	38.559

A rubrica Imposto sobre o valor acrescentado a receber representa o IVA a recuperar decorrente da actividade do Banco, cujo reembolso foi solicitado ao Estado.

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito no montante de Euros 5.696.000 (2006: Euros 5.482.000) representa os valores relativos aos bens recuperados por resolução de contratos de leasing imobiliário e de crédito à habitação, conforme referido na nota 17. O montante desta rubrica representa o capital vincendo dos contratos, cujos bens foram recuperados, conforme referido na política contabilística 1.13.

A rubrica Outros proveitos a receber inclui o montante de Euros 1.756.000 (2006: Euros 1.798.000) referente ao *Service Level Agreement* entre o Deutsche Bank AG e o Banco, nomeadamente no que respeita à área de *Global Corporate Finance*.

A referida rubrica inclui também o montante de Euros 3.600.000 (2006: Euros 4.000.000) relativo a comissões recebidas do Deutsche Bank AG relativamente a vendas de produtos financeiros de instituições do Grupo Deutsche Bank aos seus clientes em Portugal.

O diferimento dos Ganhos e perdas actuariais, montante de Euros 653.000, à data de 31 de Dezembro de 2006, foi registado com Custos com Pessoal no momento da transição do Plano de Benefícios Definidos para o Plano de Contribuição Definida, conforme referido na nota 7.

A rubrica Contas diversas inclui o montante de Euros 4.009.000 (2006: Euros 1.702.000) referente a valores a receber de contratos de derivados.

A rubrica Contas diversas inclui ainda o montante de Euros 3.048.000 (2006: Euros 2.512.000) referente ao valor que o Banco tem junto da empresa de transporte de valores – Securitas, com a finalidade de efectuar carregamentos e levantamentos das ATM's e agências do Banco.

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Saldo em 1 de Janeiro	1.375	1.174
Dotações do exercício	20	201
Saldo em 31 de Dezembro	<u>1.395</u>	<u>1.375</u>

24 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007			2006		
	Não remunerados Euros'000	Remunerados Euros'000	Total Euros'000	Não remunerados Euros'000	Remunerados Euros'000	Total Euros'000
No país	13.462	179	13.641	1.029	42.774	43.803
No estrangeiro	<u>456.898</u>	<u>514.071</u>	<u>970.969</u>	<u>22.907</u>	<u>628.396</u>	<u>651.303</u>
	<u>470.360</u>	<u>514.250</u>	<u>984.610</u>	<u>23.936</u>	<u>671.170</u>	<u>695.106</u>

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito de acordo com o período remanescente das operações, é apresentada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Até 3 meses	676.841	429.842
3 meses até 1 ano	248.437	207.204
1 ano até 5 anos	22.462	4.046
Duração indeterminada (descobertos bancários)	<u>36.870</u>	<u>54.014</u>
	<u>984.610</u>	<u>695.106</u>

25 Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007			2006		
	Não remunerados Euros'000	Remunerados Euros'000	Total Euros'000	Não remunerados Euros'000	Remunerados Euros'000	Total Euros'000
Recursos de clientes						
Depósitos à ordem	-	128.356	128.356	-	111.666	111.666
Depósitos a prazo	210	2.482.422	2.482.632	210	3.038.049	3.038.259
Outros	6.102	303	6.405	2.424	302	2.726
	<u>6.312</u>	<u>2.611.081</u>	<u>2.617.393</u>	<u>2.634</u>	<u>3.150.017</u>	<u>3.152.651</u>

Nos termos da Portaria 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso 11/94 do Banco de Portugal.

Durante o exercício de 2007, o Banco efectuou contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos no montante de Euros 465.000 (2006: Euros 402.500), conforme referido na nota 30.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Depósitos à ordem</i>	128.356	111.666
<i>Depósitos a prazo</i>		
Até 3 meses	2.379.974	2.882.612
3 meses até 6 meses	83.609	100.855
6 meses até 1 ano	17.869	33.724
1 ano até 5 anos	1.180	21.068
	<u>2.482.632</u>	<u>3.038.259</u>
<i>Outros empréstimos</i>		
3 meses até 6 meses	303	302
<i>Outros</i>		
Até 3 meses	6.102	2.424
	<u>2.617.393</u>	<u>3.152.651</u>

26 Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Swaps</i> de taxa de juro	95.953	63.969
<i>Forwards</i> cambiais	3.089	-
Opções cambiais	15	-
	<u>99.057</u>	<u>63.969</u>

27 Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Depósitos estruturados	<u>419.398</u>	<u>202.244</u>

Os passivos financeiros reavaliados pelo justo valor através dos resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com as variações associadas ao justo valor reconhecidas em resultados, conforme descrito na política contabilística 1.3 alínea (B).

A rubrica Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados no montante de Euros 419.398.000 (2006: Euros 202.244.000) refere-se a depósitos estruturados, que foram classificados pelo Banco nesta categoria, pelo facto de estes depósitos conterem derivados embutidos, para ao quais, o Banco contratou derivados para efectuar, na perspectiva de gestão, a cobertura do seu risco.

28 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Provisão para riscos gerais de crédito	6.962	5.257
Provisões para outros riscos e encargos	2.673	7.462
	<u>9.635</u>	<u>12.719</u>

Estas provisões foram constituídas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com riscos inerentes à actividade do Banco.

Os movimentos da rubrica Provisão para riscos gerais de crédito é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Saldo em 1 de Janeiro	5.257	4.732
Dotações do exercício	2.941	4.958
Reversões do exercício	(1.214)	(4.433)
Transferências do exercício	(22)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>6.962</u>	<u>5.257</u>

Os movimentos da rubrica Provisões para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Saldo em 1 de Janeiro	7.462	7.875
Dotações do exercício	210	24
Reversões do exercício	(3.000)	(167)
Utilizações de provisões	(1.998)	(269)
Diferenças cambiais	(1)	(1)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>2.673</u>	<u>7.462</u>

29 Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Ago/02	Ago/12	Euribor 3m+0,65%	30.205	30.166
Dez/04	Jul/14	Euribor 3m+0,44%	15.155	15.120
			<u>45.360</u>	<u>45.286</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Mais de 5 anos	<u>45.360</u>	<u>45.286</u>

30 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Imposto do selo a pagar	428	336
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	409	107
Sector público administrativo	786	1.050
Fornecedores de bens para locação	222	11
Adiantamentos	-	898
Outros credores	775	1.092
Custos a pagar com férias e subsídios	1.936	1.264
Bónus a pagar a colaboradores	5.193	5.409
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	465	403
Outros custos a pagar	6.274	7.288
Contas diversas	29.857	18.990
	<u>46.345</u>	<u>36.445</u>

A rubrica Fornecedores de bens para locação regista o montante de Euros 222.000 (2006: Euros 10.500) referente a credores diversos do negócio de locação financeira.

A 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Adiantamentos no montante de Euros 898.000 referia-se a adiantamentos efectuados por terceiros pela aquisição de imóveis que se encontravam registados como propriedades de investimento.

A rubrica Contas diversas inclui o montante de Euros 20.158.000 (2006: Euro 2.245.000) referente a valores de clientes sob custódia.

31 Capital

O Capital social de Euros 79.619.730, representado por 15.923.946 acções com o valor nominal de 5 Euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

À data de 31 de Dezembro de 2007, o capital social do Deutsche Bank (Portugal), S.A. é detido a 100% pelo Deutsche Bank AG.

32 Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. Adicionalmente deverá ser constituída uma reserva estatutária com pelo menos 5% dos lucros anuais, conforme estabelecido nos estatutos do Banco.

33 Reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
<i>Reserva de justo valor:</i>		
Activos financeiros disponíveis para venda	(246)	(18)
Impostos diferidos	65	5
	<u>(181)</u>	<u>(13)</u>
<i>Reservas e resultados transitados:</i>		
Reserva legal	6.212	5.876
Outras reservas e resultados transitados	18.102	19.154
	<u>24.314</u>	<u>25.030</u>

A reserva de justo valor corresponde às variações acumuladas do valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade e de impostos diferidos em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.3.

34 Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Garantias e avales prestados	82.982	147.364
Garantias e avales recebidos	628.343	516.460
Compromissos assumidos perante terceiros	126.914	62.504
Compromissos assumidos por terceiros	900	5.000
Garantias reais prestadas	1.030	5.106
Garantias reais recebidas	1.050.552	-
Outras garantias prestadas	284	-
Outras garantias recebidas	107.765	4.176
Derivados de negociação – Compra	2.166.388	1.724.331
Derivados de negociação – Venda	(2.166.386)	(1.724.330)
Responsabilidades por prestação de serviços	1.932.948	1.904.685
Serviços prestados por terceiros	5	125
Outras contas extrapatrimoniais	86.185	59.764
Créditos abatidos ao activo	9.694	10.377
Juros e despesas de crédito vencido anulados	2.027	2.059
<i>Rendas vincendas:</i>		
De contratos sem rendas em atraso	58.754	39.740
De contratos com rendas em atraso	5.011	2.562
<i>Valores residuais:</i>		
De contratos sem rendas em atraso	10.117	4.811
De contratos com rendas em atraso	582	214

Os instrumentos financeiros são registados no Balanço quando se tornam exigíveis. Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

35 Pensões de reforma

Plano de contribuição definida

A partir de 1 de Janeiro de 2007, o Banco passou a pagar contribuições fixas para o Seguro com uma periodicidade mensal. O montante mensal a pagar de contribuição para o Seguro é calculado com base na remuneração do colaborador em cada período.

A contribuição anual definida ascendeu a Euros 574.000, conforme referido na nota 7. O montante a contribuir previsto para 2008 é de Euros 696.000.

O montante de Euros 653.000 relativo ao diferimento dos Ganhos e perdas actuariais foi reconhecido totalmente em resultados do exercício no momento em que o Banco procedeu à actualização do plano de benefícios definidos para contribuição definida, conforme referido na nota 23.

Plano de benefícios definidos

Em 31 de Dezembro de 2006, o número de participantes abrangidos por este seguro de complemento de reforma era o seguinte:

	<u>2006</u>
<i>Número de participantes:</i>	
Pessoal no Activo	<u>230</u>

De acordo com a política contabilística descrita em 1.17, a responsabilidade assumida pelo Banco para o pagamento de pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2006, baseada no cálculo do valor actuarial dos benefícios projectados, é analisada como segue:

	<u>2006</u> <u>Euros'000</u>
Responsabilidades por benefícios projectados	<u>(3.861)</u>
Cobertura do Seguro de Complemento de Reforma	<u>3.861</u>
(Deficit)/Excesso de cobertura	<u>-</u>
Responsabilidade com serviços futuros	<u>14.999</u>

A 31 de Dezembro de 2006, de acordo com a política contabilística descrita em 1.17, o Banco registou como custo do exercício o montante de Euros 393.000, o qual pode ser analisado da seguinte forma:

	2006 Euros'000
Custo dos serviços correntes	376
Custo dos juros	130
Rendimento esperado dos Activos	(118)
Outros custos	5
Custo do exercício	393

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actual das responsabilidades por complementos de reforma são os seguintes:

	2006
Método actuarial	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	GRM 95
Tábua de turnover	T-1 Crocker Sarason
Taxa técnica	2,5%
Taxa de crescimento salarial	2,5%
Taxa de desconto	4,2%
Taxa de rendimento do Fundo	4,3%
Taxa de crescimento das Pensões	2,5%

Os principais valores efectivamente verificados no exercício de 2006 não diferem dos pressupostos utilizados no ano anterior à excepção da tábua de mortalidade.

As avaliações actuariais das responsabilidades por complementos de reforma são efectuadas anualmente, sendo as últimas efectuadas com a data de referência de 31 de Dezembro de 2006.

Com base na informação histórica relativa ao plano de Pensões do Banco, a evolução das responsabilidades e do valor do fundo é analisado como segue:

	2006 Euros'000	2005 Euros'000	2004 Euros'000	2003 Euros'000
Responsabilidades por benefícios projectados	(3.861)	(3.092)	(2.767)	(2.144)
Valor do Fundo	3.861	2.981	2.767	2.513
(Deficit) / Excesso de cobertura	-	(111)	-	369

36 Planos de remuneração com acções

Os detalhes de cada um dos planos atribuídos aos colaboradores do Grupo no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, são apresentados como segue:

Plano I – Restricted Equity Units Plan

Deste plano fazem parte duas componentes: O *Initial Award* de *DB Restricted Equity Units* e um *Exceptional award* adicional de *DB Restricted Equity Units*, que corresponde a 25% do número de *DB Restricted Equity Units* concedidas ao colaborador no *Initial Award*. O *Exceptional Award* é concedido ao colaborador como prémio de permanência (*loyalty premium*).

Numa fase inicial, um prémio de valor determinado é atribuído ao colaborador e convertido em número de acções (*awards*), sendo nessa data comunicado ao colaborador.

A acções atribuídas ao abrigo deste plano, ficam sujeitas a um período de retenção (*Restriction period*) de cerca de 54 meses, cumprido este prazo, as acções são entregues ao colaborador.

	2007 Nº de Acções	2006 Nº de Acções
Em aberto a 1 de Janeiro	34.987	30.880
Total atribuídas no exercício	-	5.932
Liquidadas no exercício	(12.267)	(1.825)
Em aberto a 31 de Dezembro	22.720	34.987

Plano II – DB REU Award

Deste plano fazem parte duas componentes: O *Initial Award*, (*DB REU award*) e um *Exceptional Award* (*DB REU Premium*), que corresponde a 10% do número de *DB REU award* concedidas ao colaborador no *Initial Award*. O *Exceptional Award* é concedido ao colaborador como prémio de permanência (*loyalty premium*).

Numa fase inicial, um prémio de valor determinado é atribuído ao colaborador e convertido em número de acções (*DB REU award*), sendo a sua atribuição, nessa data comunicada ao colaborador.

O *Vesting* das acções atribuídas ao abrigo deste plano, está definido da seguinte forma:

50% do *Initial Award* e do *Exceptional Award* é entregue (*vests*) ao colaborador 24 meses depois da sua atribuição, em Fevereiro, 25% no ano seguinte, e os últimos 25% no 4º ano.

	2007 Nº de Acções	2006 Nº de Acções
Total atribuídas no exercício	4.457	-
Em aberto a 31 de Dezembro	4.457	-

Plano III – DB Equity Plan - Retention

Numa fase inicial (*Award date*) um prémio atribuído ao colaborador é convertido em acções do DB, garantindo-lhe o direito a um determinado número de acções (*Award*), de acordo com as normas do plano. Existe um prazo a cumprir (*Restriction period*) até que as acções sejam entregues ao colaborador (*Vesting date*).

Este Plano *vests* de acordo com as regras do próprio plano, neste caso o prémio inicial é dividido em 3 tranches iguais de 1/3 cada.

	2007 Nº de Acções	2006 Nº de Acções
Em aberto a 1 de Janeiro	4.150	8.301
Liquidadas no exercício	(4.150)	(4.151)
Em aberto a 31 de Dezembro	-	4.150

Plano IV - DB DB Equity Plan - Buy Out –(Admissão)

Este plano refere-se a um plano específico de compensação pela entrada de um novo colaborador em 2005 (*Buy out*).

Neste plano fica assegurado ao colaborador a entrega em acções do DB, como compensação por perdas a que o colaborador incorreu, por ter abandonado a sua anterior entidade empregadora previamente ao *vesting* de acções que lhe tinham sido “prometidas”.

	2007 Nº de Acções	2006 Nº de Acções
Em aberto a 1 de Janeiro	387	387
Liquidadas no exercício	(387)	-
Em aberto a 31 de Dezembro	-	387

Plano V – Global Share Plan

Em 01 Novembro de 2005, o Grupo no âmbito do programa DB Global Share procedeu à oferta de 10 acções aos seus colaboradores, que em 1 de Novembro de 2005 tinham 1 ano completo de trabalho. As referidas acções ficam retidas por um período de 1 ano. No ano seguinte, na mesma data, os colaboradores recebem as acções e podem escolher se querem vender as acções ou conservá-las em seu nome. O DBP criou um administrador central, uma entidade externa ao Banco, com o objectivo de administrar as referidas acções.

Se durante o ano de retenção, o colaborador não trabalhar o ano completo, recebe apenas um pró-rata das 10 acções. O mesmo acontece se for empregado part-time. Quando o colaborador abandona o DB, durante o período de retenção, perde integralmente o prémio.

Porque este plano é para todos os empregados do Grupo DB AG, quando os empregados são transferidos para um país diferente, durante o período de retenção, o valor a ser suportado por cada entidade legal é também calculado com formula pró-rata do total.

Este plano foi atribuído em Novembro de 2007 pela última vez.

	2007 Nº de Acções	2006 Nº de Acções
Em aberto a 1 de Janeiro	1.654	1.605
Total atribuídas no exercício	2.144	1.654
Liquidadas no exercício	(1.654)	(1.605)
Em aberto a 31 de Dezembro	2.144	1.654

Os custos reconhecidos pelo Banco com os planos de remuneração com acções são analisados como segue:

	2007 Euros'000	2006 Euros'000
Plano I – Restricted Equity Units Plan e Plano II – DB REU Award	524	498
Plano III – DB Equity Plan – Retention	59	273
Plano IV – DB Equity Plan – Buy out – (Admissão)	9	14
Plano V – Global Share Plan	188	175
	780	960

37 Partes relacionadas

A posição accionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, é a seguinte:

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos		Movimento no exercício de 2007			Preço unitário Euros
		à data de		Aquisições	Alienações Transferência para o DB AG	Data	
		31-12-07	31-12-06				
Membros do Conselho geral							
Frank Helmut Krings	Acções	-	1	-	1	03-05-2007	5
Andreas Arndt	Acções	-	1	-	1	03-05-2007	5
António Rodriguez-Pina	Acções	-	1	-	1	03-05-2007	5
Fernando Olalla	Acções	-	1	-	1	09-05-2007	5
David Victor Fass	Acções	-	1	-	1	03-05-2007	5
Werner Helmut Steinmuller	Acções	-	1	-	1	04-05-2007	5
António Linares Rodriguez	Acções	-	1	-	1	03-05-2007	5
Membros da Direcção							
Homero José de Pinho Coutinho		-	-	-	-		
Filipe Crisóstomo Silva		-	-	-	-		
Joaquim António Furtado Baptista		-	-	-	-		
Bernardo Meyrelles do Souto		-	-	-	-		
Gert Spennemann		-	-	-	-		

À data de 31 de Dezembro de 2007, os principais proveitos e custos com partes relacionadas, são analisados como segue:

	Comissões recebidas (inclui SLA) Euros'000	Comissões pagas (inclui SLA) Euros'000	Seguros Euros'000	IT Euros'000	Recursos Humanos Euros'000	Outros Euros'000	Total Euros'000
DWS	638	-	-	-	-	-	638
Xavex	651	-	-	-	-	-	651
Deutsche Bank Luxemburg	76	-	-	-	-	-	76
Deutsche Bank London	5.954	-	-	(153)	-	(196)	5.605
Deutsche Bank Frankfurt	13	(791)	-	(1.684)	(152)	(117)	(2.731)
Deutsche Bank Spain	-	(12)	-	(2.271)	-	(48)	(2.331)
Deutsche Bank Amsterdam	-	-	-	(217)	-	-	(217)
Deutsche Bank Singapore	-	-	-	(44)	-	-	(44)
Deutsche Bank New York	-	-	-	-	-	(36)	(36)
Navegator SGFTC, S.A.	166	-	-	-	-	-	166
Tagus STC, S.A.	49	-	(16)	-	-	-	49
Primelux Insurance, S.A.	-	-	-	-	-	-	(78)
	7.547	(803)	(16)	(4.369)	(152)	(397)	1.748

SLA – Service Level Agreement

À data de 31 de Dezembro de 2006, os principais proveitos e custos com partes relacionadas, são analisados como segue:

	Comissões recebidas (inclui SLA) Euros'000	Comissões pagas (inclui SLA) Euros'000	Seguros Euros'000	IT Euros'000	Recursos Humanos Euros'000	Outros Euros'000	Total Euros'000
DWS	550	-	-	-	-	-	550
Deutsche Bank Luxemburg	42	-	-	-	-	-	42
Deutsche Bank London	5.947	-	-	(155)	-	(69)	5.723
Deutsche Bank Frankfurt	3	(533)	-	(1.071)	(113)	(65)	(1.779)
Deutsche Bank Spain	-	(12)	-	(2.097)	-	-	(2.109)
Deutsche Bank Amsterdam	-	-	-	(244)	-	-	(244)
Deutsche Bank Singapore	-	-	-	(90)	-	-	(90)
Deutsche Bank New York	-	-	-	(16)	-	-	(16)
Deutsche Bank Securities Inc	-	-	-	(7)	-	-	(7)
Navegator SGFTC, S.A.	166	-	-	-	-	-	166
Primelux Insurance, S.A.	-	-	(16)	-	-	-	(16)
	6.708	(545)	(16)	(3.680)	(113)	(134)	2.220

SLA – Service Level Agreement

À data de 31 de Dezembro de 2007, os principais activos e passivos com partes relacionadas, são analisados como segue:

	Disponibilidades em OIC Euros'000	Aplicações em OIC Euros'000	Crédito clientes Euros'000	Outros activos Euros'000	Recursos de OIC Euros'000	Recursos de clientes Euros'000	Passivos subordinados Euros'000	Outros passivos Euros'000	Total Euros'000
DB Frankfurt	5.873	2.956.591	-	1	(1.085.643)	-	(15.155)	-	1.861.667
DB Barcelona	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DB London	1	-	-	-	(135)	-	-	-	(134)
DB Luxemburg	-	-	-	-	-	-	(30.205)	-	(30.205)
DB Broker	-	-	-	-	-	(303)	-	(83)	(386)
DB Real Estate	-	-	-	-	-	(7.821)	-	-	(7.821)
DB Real GMBH	-	-	-	-	-	(35)	-	-	(35)
DB Real Madeira	-	-	-	-	-	(3.233)	-	-	(3.233)
DB Consuffin	-	-	-	-	-	(18.020)	-	-	(18.020)
DB Trust	28	-	-	-	(1)	-	-	-	27
DB Geneva	-	-	-	-	(207)	-	-	-	(207)
Alvenaria Soc. Imobiliária	-	-	16	-	-	(3)	-	-	13
Navegador SGFTC, S.A.	-	-	-	-	(1.222)	(13.057)	-	-	(14.279)
Tagus – STC, S.A.	-	-	-	-	-	(1.214)	-	-	(1.214)
	<u>5.902</u>	<u>2.956.591</u>	<u>16</u>	<u>1</u>	<u>(1.087.208)</u>	<u>(43.686)</u>	<u>(45.360)</u>	<u>(83)</u>	<u>1.786.173</u>

À data de 31 de Dezembro de 2006, os principais activos e passivos com partes relacionadas, são analisados como segue:

	Disponibilidades em OIC Euros'000	Aplicações em OIC Euros'000	Crédito clientes Euros'000	Outros activos Euros'000	Recursos de OIC Euros'000	Recursos de clientes Euros'000	Passivos subordinados Euros'000	Outros passivos Euros'000	Total Euros'000
DB Frankfurt	2.661	3.358.602	-	1	(891.912)	-	(15.120)	-	2.454.232
DB Barcelona	23	-	-	-	-	-	-	-	23
DB London	1	-	-	-	(8.680)	-	-	-	(8.679)
DB Luxemburg	-	-	-	-	-	-	(30.166)	-	(30.166)
DB Broker	-	-	-	-	-	(241)	-	(62)	(303)
DB Real Estate	-	-	-	-	-	(4.031)	-	-	(4.031)
DB Real GMBH	-	-	-	-	-	(1.838)	-	-	(1.838)
DB Real Madeira	-	-	-	-	-	(1.515)	-	-	(1.515)
DB Consuffin	-	-	-	-	-	(7.812)	-	-	(7.812)
DB Trust	-	-	-	-	(1.041)	(1)	-	-	(1.042)
DB Geneva	-	-	-	-	(200)	-	-	-	(200)
Alvenaria Soc. Imobiliária, Lda.	-	-	19	-	-	-	-	-	19
Navegador SGFTC, S.A.	-	-	-	-	(12.618)	-	-	-	(12.618)
Tagus – STC, S.A.	-	-	-	-	-	(904)	-	-	(904)
	<u>2.685</u>	<u>3.358.602</u>	<u>19</u>	<u>1</u>	<u>(914.451)</u>	<u>(16.342)</u>	<u>(45.286)</u>	<u>(62)</u>	<u>2.385.166</u>

À data de 31 de Dezembro de 2007, o montante de crédito directo concedido pelo Grupo Deutsche Bank aos Órgãos de Administração ascendia a Euros 1.742.000 (2006: Euros 1.460.000) e o montante de crédito indirecto concedido ascendia a Euros 44.000 (2006: Euros 13.000).

À data de 31 de Dezembro de 2007, o montante de Recursos de clientes associado aos Órgãos de Administração ascendia a Euros 430.000 (2006: 343.000).

38 Empresas subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2007, o grupo de empresas subsidiárias do Banco, era constituído como segue:

Subsidiária	Sede	Act. Econ.	Capital Euros'000	Activos Euros'000	Passivos Euros'000	Proveitos Euros'000	Res. Líq. Euros'000	%
Navegator	Lisboa	(a)	7.500	14.976	151	1.179	624	100%
Tagus	Lisboa	(b)	250	1.269	185	61	(50)	100%

(a) Gestão de Fundos de Titularização de créditos

(b) Titularização de Créditos

39 Indicadores do Balanço e Demonstração dos resultados por segmentos de negócio

O Banco desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho e de Banca de Investimento.

Caracterização dos segmentos

Banca de Retalho

A área denominada por PCAM - Private Clients and Asset Management é responsável por todos os clientes particulares e pequenas empresas assim como pela gestão e fornecimento de produtos de gestão em fundos.

Esta área divide-se em duas, a AWM- Asset and Private Wealth Management com a responsabilidade de fornecer a clientes institucionais (Fundos, seguradoras, etc.) produtos de gestão de activos e o PBC- Private and Business clients, com a responsabilidade de fornecer o leque de produtos de banca tradicional (desde os depósitos à ordem passando por produtos de gestão de activos) a todos os clientes particulares.

Banca de Investimento

A área denominada por CIB - Corporate and Investment Banking é responsável por todos os produtos de capital markets, seja na sua vertente de originação de vendas ou de trading, assim como pelos produtos de crédito a empresas e ainda por todos os produtos de banca transaccional. Os clientes principais são instituições financeiras, sector público, empresas multinacionais, e outras empresas em geral.

Esta área divide-se em termos de produtos em duas grandes áreas, Corporate Banking com a responsabilidade dos produtos de capital markets, e dos produtos de crédito a empresas e Global Transaction Banking responsável pelos produtos de banca transaccional, como seja o cash-management, e todo o negócio de trade, apoio à exportação e importação.

Infraestrutura

A área denominada infraestrutura engloba todas as denominadas áreas operacionais que dão suporte às áreas acima referidas. São por exemplo consideradas como áreas operacionais, a Informática, as Operações, a Tesouraria, o Finance, os Recursos Humanos, o Compliance, Legal, Gestão de Patrimónios, Tax, departamento de risco de Crédito e departamento Inspeção. No reporte por segmentos esta área está incluída na coluna “Outros”.

Em 31 de Dezembro de 2007, a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Banca de Retalho Euros'000	Banca de Investimento Euros'000	Outros Euros'000	Total Euros'000
Juros e rendimentos similares	35.513	188.278	(2.563)	221.228
Juros e encargos similares	24.574	174.164	3.556	202.294
Margem financeira	10.939	14.114	(6.119)	18.934
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	522	522
Serviços e Comissões e outros resultados de exploração	17.334	13.181	(17.524)	12.991
Resultados em operações financeiras	(963)	(16.650)	36.624	19.011
Custos com o pessoal e outros gastos administrativos	27.880	3.524	6.374	37.778
Amortizações do exercício	(591)	(20)	1.319	708
Total de custos operacionais	27.289	3.504	7.693	38.486
Imparidade e provisões	440	1	(498)	(57)
Resultado antes de impostos	(419)	7.140	6.308	13.029
Impostos	-	-	(1.179)	(1.179)
Resultado do exercício	(419)	7.140	5.129	11.850

Indicadores de balanço	Banca de Retailho Euros'000	Banca de Investimento Euros'000	Outros Euros'000	Total Euros'000
Caixa e aplicações em instituições de crédito	1.310	3.022.039	24.283	3.047.632
Crédito a clientes	860.145	286.259	4.705	1.151.109
Activos financeiros disponíveis para venda	549	6.014	2.258	8.821
Outros activos	23.693	92.598	15.014	131.305
Total do Activo	885.697	3.406.910	46.260	4.338.867
Recursos de instituições de crédito	-	968.050	16.560	984.610
Recursos de clientes	580.010	2.479.933	(442.550)	2.617.393
Outros passivos	9.273	105.960	506.028	621.261
Total do Passivo	589.283	3.553.943	80.038	4.223.264
Total do Capital Próprio	(419)	7.140	108.882	115.603
Total do Passivo e Capital Próprio	588.864	3.561.083	188.921	4.338.867

Em 31 de Dezembro de 2006, a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Banca de Retailho Euros'000	Banca de Investimento Euros'000	Outros Euros'000	Total Euros'000
Juros e rendimentos similares	21.669	127.310	1.394	150.373
Juros e encargos similares	11.720	121.325	(892)	132.153
Margem financeira	9.949	5.985	2.286	18.220
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	604	604
Serviços e Comissões e outros resultados de exploração	8.108	4.191	(3.902)	8.397
Resultados em operações financeiras	7	1.693	7.312	9.012
Custos com o pessoal e outros gastos administrativos	20.495	4.362	4.901	29.758
Amortizações do exercício	260	28	100	388
Total de custos operacionais	20.755	4.390	5.001	30.146
Imparidade e provisões	(1.830)	90	(562)	(2.302)
Resultado antes de impostos	(4.521)	7.569	737	3.785
Impostos	-	-	(424)	(424)
Resultado do exercício	(4.521)	7.569	313	3.361

Indicadores de balanço	Banca de Retailho Euros'000	Banca de Investimento Euros'000	Outros Euros'000	Total Euros'000
Caixa e aplicações em instituições de crédito	589	3.463.893	12.696	3.477.178
Crédito a clientes	571.782	122.150	16.942	710.874
Activos financeiros disponíveis para venda	-	8.302	2.851	11.153
Outros activos	21.504	247.149	(150.396)	118.257
Total do Activo	593.875	3.841.494	(117.907)	4.317.462
Depósitos em instituições de crédito	-	697.564	(2.458)	695.106
Depósitos de clientes	270.348	3.042.121	(159.818)	3.152.651
Outros passivos	328.049	94.241	(60.583)	361.707
Total do Passivo	598.397	3.833.926	(222.859)	4.209.464
Total do Capital Próprio	(4.522)	7.568	104.952	107.998
Total do Passivo e Capital Próprio	593.875	3.841.494	(117.907)	4.317.462

40 Activos e passivos financeiros – justo valor

As demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com o custo histórico, mas modificadas pela aplicação do justo valor às rubricas de Activos e passivos financeiros detidos para negociação ou reavaliados ao justo valor através de resultados, Activos disponíveis para venda.

A metodologia utilizada pelo Banco para o cálculo do justo valor, para cada categoria de activos e passivos financeiros, é descrita como segue:

- Às rubricas à vista, como sejam, Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades e recursos em outras instituições de crédito (à ordem), Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos e restantes elementos activos e passivos do balanço ao custo amortizado foi considerado que o valor contabilístico, devido à natureza de curto prazo destes instrumentos financeiros, um justo valor razoável a atribuir aos mesmos.
- Em relação aos Activos financeiros disponíveis para venda, a aplicação do justo valor tem por base o preço de mercado quando disponível. Para Activos Financeiros não cotados, o Banco excepcionalmente utiliza o custo de aquisição.
- Os passivos subordinados são avaliados através de modelos de *discount cash flow* com a utilização de curvas de mercado no que respeita ao risco de taxa de juro.
- Por fim, no Crédito a clientes e instituições de crédito, Recursos de clientes e de instituições de crédito e Activos ou passivos detidos para negociação ou ao justo valor através de resultados, foram utilizados modelos de “Pricing” baseados no “Net Present Value”, dos cash outflows e inflows futuros esperados, os quais têm em conta as condições de mercado para os instrumentos em causa, o “Time Value”(taxa de desconto), a “Yield Curve” e ainda factores de volatilidade.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Banco contabilizados ao custo amortizado e ao justo valor é analisada como segue:

2007				
Negociação	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Activos financeiros:</i>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	79.771	79.771
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	11.270	11.270
Aplicações em instituições de crédito	-	-	2.956.591	2.970.226
Crédito a clientes	-	-	1.151.109	1.151.904
Activos financeiros detidos para negociação	75.583	-	-	75.583
Activos financeiros disponíveis para venda	-	8.821	-	8.821
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	14.752
	<u>75.583</u>	<u>8.821</u>	<u>4.198.741</u>	<u>4.294.176</u>
<i>Passivos financeiros:</i>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	984.610	992.850
Recursos de clientes	-	-	2.617.393	2.622.504
Passivos financeiros detidos para negociação	99.057	-	-	99.057
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	419.398	-	-	419.398
Passivos subordinados	-	-	45.360	45.648
	<u>518.455</u>	<u>-</u>	<u>3.647.363</u>	<u>4.179.457</u>

2006					
	Negociação	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Activos financeiros:</i>					
Caixa e disponibilidades					
Em bancos centrais	-	-	102.262	102.262	102.262
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	6.915	6.915	6.915
Aplicações em instituições de crédito	-	-	3.368.001	3.368.001	3.375.477
Crédito a clientes	-	-	710.874	710.874	712.030
Activos financeiros detidos para negociação	57.746	-	-	57.746	57.746
Activos financeiros disponíveis para venda	-	11.153	-	11.153	11.153
Propriedades de investimento	-	-	-	2.223	2.223
	<u>57.746</u>	<u>11.153</u>	<u>4.188.052</u>	<u>4.259.174</u>	<u>4.267.806</u>
<i>Passivos financeiros:</i>					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	695.106	695.106	699.141
Recursos de clientes	-	-	3.152.651	3.152.651	3.355.020
Passivos financeiros detidos para negociação	63.969	-	-	63.969	63.969
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	202.244	-	-	202.244	202.244
Passivos subordinados	-	-	45.286	45.286	45.286
	<u>266.213</u>	<u>-</u>	<u>3.893.043</u>	<u>4.159.256</u>	<u>4.365.660</u>

41 Gestão de risco

A gestão integrada dos riscos - Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional e outros - constitui um dos vectores primordiais de suporte a uma estratégia de crescimento sustentada e à manutenção de uma adequada relação entre o nível de fundos próprios e a actividade desenvolvida, assim como uma correcta avaliação do perfil de risco/retorno das diferentes linhas de negócio.

De forma a garantir uma gestão eficiente dos riscos e a universalidade de práticas, o Grupo Deutsche Bank instituiu um modelo transversal de gestão de risco, tendo concentrado o risco de crédito (CRM) e de mercado em áreas de gestão específica com segregação total entre as funções de origem e de gestão e controle de risco.

Compete ao Executive Board do Deutsche Bank AG com o apoio do Market Risk Management a definição da política de risco, incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser adoptadas na gestão dos riscos, assim como a aprovação dos limites globais pelos vários tipos de risco.

Compete à Administração executiva do Deutsche Bank Portugal, garantir a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de risco que permitam a implementação dos limites aprovados, assim como uma visão consolidada dos riscos e uma análise individual por linha de negócio e/ou empresa participada.

Os vários tipos de risco

Os riscos de crédito, de mercado e operacional são os riscos mais significativos em que o Deutsche Bank Portugal incorre.

Risco de Crédito

O risco de crédito reflecte o grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador de um empréstimo (e seu garante, se existir), quer do emitente de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Para além da quantificação dos riscos do balanço, a avaliação regular das exposições fora de balanço, montantes não utilizados e outro tipo de instrumentos enquadra-se num conjunto de controlos que visa uma maior eficácia no modelo de gestão do risco de crédito.

A existência de um único sistema de notação de risco para as empresas, constitui um dos factos de maior relevância, em matéria de risco de crédito. Este modelo traduz a probabilidade de incumprimento esperada, acomodando os resultados dos diferentes sistemas de monitorização do crédito, imparidade, sinais de alerta, crédito vencido, entre outros.

Entre outros realça-se ainda o modelo de scoring para os particulares assim como o sistema de gestão de colaterais. Ao nível da gestão de colaterais registou-se um reforço do alinhamento da gestão informática dos colaterais com as exigências regulamentares, nomeadamente, ao nível da elegibilidade dos instrumentos de mitigação e da respectiva associação as operações e crédito.

Em 2007 e tendo em vista o aperfeiçoamento das métricas utilizadas para a quantificação do risco de crédito, iniciou-se o desenvolvimento de um modelo de Homogéneos Portfólio, de acordo com os requisitos do Pilar II de Basileia II. Trata-se de um modelo actuarial, baseado no facto de um suficientemente grande número dos riscos individuais terem uma baixa probabilidade de

ocorrência, que permite, a partir das exposições e características específicas da carteira de crédito obter a distribuição de probabilidade das perdas totais.

Risco de Mercado

O conceito de riscos de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada em resultado de alterações adversas de taxas (de juro e de câmbio), de preços de acções, obrigações.

Na quantificação dos riscos incorridos, que se pretende sistemática e completa, várias métricas tem vindo a ser progressivamente desenvolvidas e implementadas. Na carteira de negociação, desenvolveram-se métricas baseadas numa medida de risco que inclui um modelo de "Value at Risk -VaR".

A monitorização dos riscos de mercado, nas carteiras de negociação e bancária, é efectuada através de um conjunto alargado de actividades que envolvem o acompanhamento diário das carteiras, exercício de backtesting, validação complementar dos modelos e pressupostos utilizados, controlos de operações caracterizadas nos sistemas e a atribuição de limites prudenciais sustentados nos fundos próprios do Grupo.

O Deutsche Bank Portugal o utiliza também um conjunto de cenários de "stress", de mercado, históricos e customizados, para simular a perda económica potencial decorrente de variações extremas nos factores de risco de mercado, identificar situações não capturadas pelo modelo de VaR, identificar maiores sensibilidades e limitar exposições consideradas excessivas.

A principal medida utilizada pelo Grupo na avaliação dos riscos de mercado é o VaR. O cálculo do VaR é efectuada com base na aproximação analítica, sendo calculado considerando um horizonte temporal de dez dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%. É apurado valor de VaR em termos consolidados considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

De forma a assegurar que o modelo de VaR adoptado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de back-testing, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados.

O processo de cálculo do VAR é efectuada centralmente (DB Frankfurt) para todas as empresas participadas do Grupo DB com actividades nas áreas de mercado, através de um software desenvolvido por entidade externa, permitindo assim a todos os Países com risco de taxa de juro o acesso on-line aos valores de risco das respectivas carteiras.

O VAR é utilizado como medida de avaliação dos riscos incorridos pelas áreas de negociação e de cobertura, conforme decidido no âmbito do ALCO.

As posições são maioritariamente assumidas em instrumentos de taxa de juro, assumindo que o risco cambial e o de participações financeiras apresentam valores inexpressivos.

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2007, por moeda, é analisado como segue:

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	Outros	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79.771	-	-	-	-	-	79.771
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10.899	170	11	104	-	86	11.270
Aplicações em instituições de crédito	2.484.399	459.734	9.087	909	68	2.394	2.956.591
Crédito a clientes	1.150.137	968	2	-	-	2	1.151.109
Activos financeiros detidos para negociação	75.583	-	-	-	-	-	75.583
Activos financeiros disponíveis para venda	8.821	-	-	-	-	-	8.821
Outros activos tangíveis	6.074	-	-	-	-	-	6.074
Activos intangíveis	34	-	-	-	-	-	34
Investimento em filiais e associadas	14.752	-	-	-	-	-	14.752
Activos por impostos correntes	2.044	-	-	-	-	-	2.044
Activos por impostos diferidos	3.006	-	-	-	-	-	3.006
Outros activos	28.382	800	(31)	266	2	393	29.812
	<u>3.863.902</u>	<u>461.672</u>	<u>9.069</u>	<u>1.279</u>	<u>70</u>	<u>2.875</u>	<u>4.338.867</u>
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	982.721	9	1.444	-	1	435	984.610
Recursos de clientes	2.147.006	460.187	6.869	943	1	2.387	2.617.393
Passivos financeiros detidos para negociação	99.054	3	-	-	-	-	99.057
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	419.398	-	-	-	-	-	419.398
Provisões	9.629	6	-	-	-	-	9.635
Passivos subordinados	45.360	-	-	-	-	-	45.360
Passivos por impostos correntes	1.577	-	-	-	-	-	1.577
Passivos por impostos diferidos	713	-	-	-	-	-	713
Outros passivos	45.226	31	-	264	-	-	45.521
	<u>3.750.684</u>	<u>460.236</u>	<u>8.313</u>	<u>1.207</u>	<u>2</u>	<u>2.822</u>	<u>4.223.264</u>

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2006, por moeda, é analisado como segue:

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	Outros	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	102.262	-	-	-	-	-	102.262
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.150	77	546	125	1	16	6.915
Aplicações em instituições de crédito	2.910.299	431.869	5.185	12.206	69	8.373	3.368.001
Crédito a clientes	707.294	1.708	1.862	8	-	2	710.874
Activos financeiros detidos para negociação	57.746	-	-	-	-	-	57.746
Activos financeiros disponíveis para venda	11.153	-	-	-	-	-	11.153
Propriedades de investimento	2.223	-	-	-	-	-	2.223
Outros activos tangíveis	2.266	-	-	-	-	-	2.266
Activos intangíveis	9	-	-	-	-	-	9
Investimento em filiais e associadas	12.248	-	-	-	-	-	12.248
Activos por impostos correntes	1.578	-	-	-	-	-	1.578
Activos por impostos diferidos	3.628	-	-	-	-	-	3.628
Outros activos	37.852	800	-	(93)	-	-	38.559
	<u>3.854.708</u>	<u>434.454</u>	<u>7.593</u>	<u>12.246</u>	<u>70</u>	<u>8.391</u>	<u>4.317.462</u>
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	693.972	1.063	66	-	-	5	695.106
Recursos de clientes	2.691.989	433.001	7.088	12.236	-	8.337	3.152.651
Passivos financeiros detidos para negociação	63.969	-	-	-	-	-	63.969
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	202.244	-	-	-	-	-	202.244
Provisões	12.712	7	-	-	-	-	12.719
Passivos subordinados	45.286	-	-	-	-	-	45.286
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	1.044	-	-	-	-	-	1.044
Outros passivos	36.101	331	4	9	-	-	36.445
	<u>3.747.317</u>	<u>434.402</u>	<u>7.158</u>	<u>12.245</u>	<u>-</u>	<u>8.342</u>	<u>4.209.464</u>

Risco de Liquidez

O risco de liquidez reflecte a possibilidade de se incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda de activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado) para suprir necessidades de fundos decorrentes das obrigações a que o Banco se encontra sujeito.

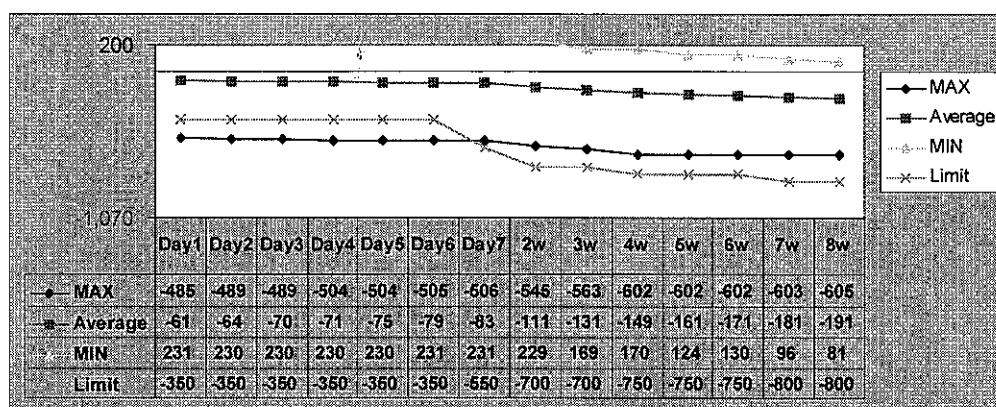
A gestão da posição de liquidez do Deutsche Bank Portugal é efectuada de uma forma centralizada (Deutsche Bank Frankfurt) para as principais moedas de exposição. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez, totalmente, geridos por via de operações concretizadas com o Deutsche Bank Frankfurt.

A política de financiamento das empresas do Grupo Deutsche Bank encontra-se definida ao nível de um regulamento interno que estabelece um conjunto de regras a respeitar em termos de gaps máximos de liquidez por intervalo de tempo, visando garantir que a estrutura de financiamento das

mesmas se encontra, em base individual, adequada as características da respectiva carteira de activos.

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é efectuada utilizando indicadores regulamentares definidos pela Autoridade de Supervisão, assim como por via de outras métricas internas para as quais se encontram, igualmente, definidos limites de exposição. A evolução da situação de liquidez do Grupo, é efectuada diariamente, avaliando as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projecções de cash-flows para todos os períodos até 56 dias.

Estes valores são reportadas diariamente as áreas responsáveis pela gestão da posição de liquidez e confrontados com os limites de exposição em vigor, conforme quadro abaixo.



A gestão da liquidez é coordenada ao nível consolidado pelo Group Treasurer (DB AG), cabendo-lhes ainda a coordenação, ao nível de cada País, das diferentes unidades de gestão de liquidez. É também o Group Treasurer que coordena as entidades do Grupo no esforço contínuo de acesso ao mercado, via relacionamento com financiadores, diversificação de passivos e venda de activos e que assegura a conformidade das duas ferramentas principais de gestão da liquidez a nível estrutural o Plano de Liquidez e o Plano de Contingência de Liquidez.

Risco Operacional

Por risco operacional entende-se as perdas potenciais resultantes de falhas ou inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas ou ainda, de eventos externos.

O Deutsche Bank Portugal tem adoptado, desde sempre, princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente, através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações, os limites de exposição, os códigos deontológicos e de conduta os indicadores chave, os controlos ao nível informático os planos de contingência, os acessos físicos e lógicos, as actividades de reconciliação, os relatórios de excepção e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

Sem prejuízo da responsabilização de toda a estrutura na gestão do risco operacional, o DB Portugal possui um departamento dedicado em exclusividade à gestão deste risco em conformidade com as recomendações do Banco de Portugal e com as práticas consagradas na Secção 404 do Sarbanes-Oxley Act.

42 Solvabilidade

Fundos Próprios

O Deutsche Bank calcula os seus Fundos Próprios de acordo com os requisitos definidos pelo Banco de Portugal, nomeadamente no Aviso 12/92.

Em Dezembro de 2006, o valor de Fundos Próprios Elegíveis totalizava 131,8 milhões de euros, dos quais 103,4 respeitavam a Tier I (de Base) e 45,5 milhões de euros a Tier II (Complementares). Em termos de deduções, o Banco apresentava um valor na ordem dos 17,1 milhões de euros.

Em 1 de Janeiro de 2006, o Banco adoptou as NCA/NIC e optou por não diferir os impactos daí decorrentes conforme o regime previsto no nº 10 do Aviso 2/2005, incorporando os mesmos em resultados transitados.

Em Dezembro de 2007, o valor de Fundos Próprios Elegíveis totalizava 142,7 milhões de euros, dos quais 103,7 respeitavam a Tier I (de Base) e 39 milhões de euros a Tier II (Complementares). Em termos de deduções, o Banco apresenta um valor na ordem dos 34 mil euros. O quadro seguinte sintetiza a evolução dos Fundos Próprios do Banco no final dos exercícios de 2006 e 2007:

Fundos Próprios	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Tier I		
Capital	79.620	79.620
Reservas	16.357	16.099
Resultados Transitados	7.711	7.730
	<u>103.688</u>	<u>103.449</u>
Tier II		
Reservas de reavaliação positivas excluindo as que estão associadas a diferenças cambiais	-	32
45% dos ganhos não realizados em propriedades de investimento	-	421
Empréstimos subordinados	39.000	45.000
	<u>39.000</u>	<u>45.453</u>
Deduções	(34)	(17.055)
Total	142.654	131.847

O Tier II apresentava uma evolução negativa, pelo facto de um dos Empréstimos Subordinados ter atingido em 2007 o prazo de cinco anos, a partir do qual apresenta uma dedução de 20% ao ano, conforme a carta circular 29/97 DSB de 17-12-1997 do Banco de Portugal. Por outro lado e ao nível das deduções, na sequência das alterações ao nº 9 F do Aviso 12/92 pela publicação do Aviso 4/2007, foi excluída a dedução da nossa participação na entidade Navegador S.G.F.T.C., S.A. originando uma variação significativa.

Rácio do Banco de Portugal

O Deutsche Bank calcula o Rácio de Solvabilidade ponderando os seus elementos activos e extrapatrimoniais de acordo com os requisitos previstos nos Avisos 1/93 e 07/96 do Banco de Portugal. O quadro seguinte sintetiza a evolução do Rácio da Instituição no final dos exercícios de 2006 e 2007:

Rácio de Solvabilidade	2007	2006	Variação %
	Euros '000	Euros '000	
Ratio	9,9%	10,0%	-10,0%
Tier I	7,2%	6,6%	-3,7%
Tier II	2,7%	3,4%	-20,5%
Total de requisitos de Fundos Próprios (Av. 1/93)	109.450	105.450	5,2%
Total de requisitos de Risco Operacional (Av.9/07)	4,628	-	100,0%
Total de activos e elementos extrapatrimoniais ponderados	1.386.826	1.318.130	5,2%

Em Dezembro de 2006, o Banco apresentava um Rácio de 10%, o qual teve apenas uma variação negativa de 10% no final de Dezembro de 2007. Por um lado, houve um aumento dos activos ponderados, houve também por outro um incremento dos requisitos de Fundos Próprios por via da implementação do Risco Operacional, decorrente do disposto no Aviso 09/2007 do Banco de Portugal; neste âmbito, a Instituição optou pelo Método do Indicador Básico (BIA). No entanto, a exclusão da dedução da participação na Navegador S.G.F.T.C., S.A. equilibrou a evolução. Adicionalmente, e em termos de Risco de Crédito, a opção foi pelo Método Padrão, a entrar em vigor apenas no início de 2008.

43 Eventos subsequentes

A 4 de Março de 2008, o Grupo Deutsche Bank anunciou a nomeação de Filipe Quintin Crisóstomo Silva como o novo Presidente do Conselho de Administração Executivo para Portugal, sucedendo assim a Homero José de Pinho Coutinho que cessa ao fim de nove anos as funções que desempenhava no Grupo.

Filipe Quintin Crisóstomo Silva ingressou no Deutsche Bank em 1999 e tem desempenhado as funções de responsável pela área de *Corporate Investment Banking* e membro do Conselho de Administração Executivo.